



Tribunal Regional  
Eleitoral do Amapá



# RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO 2025





Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

# POR TODOS



[www.tre-ap.jus.br](http://www.tre-ap.jus.br)

TRE-AP

# Tribunal Regional Eleitoral do Amapá



# SUMÁRIO

## Capa

### Sobre capa

### Mensagem do Presidente

## 1. Visão Geral Organizacional do TRE-AP

- 1.1. Quem somos
- 1.2. Estrutura organizacional
- 1.3. Modelo de negócios
- 1.4. Cadeia de valor
- 1.5. Matrix de materialidade
- 1.6. Relacionamento com a sociedade

## 2. Resultados da Gestão

- 2.1. Ranking da Transparência
- 2.2. Prêmio CNJ de Qualidade
- 2.3. Selo Linguagem Simples
- 2.4. Prêmio Equidade Racial
- 2.5. Prêmio Inovação TSE
- 2.6. Premiathon
- 2.7. Prestação Jurisdicional em números
- 2.8. Eleições 2024

## 3. Governança, estratégica e desempenho

- 3.1. Modelo de governança organizacional
- 3.2. Planejamento Estratégico
- 3.3. Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos

## 4. Gestão de riscos

- 4.1. Visão geral da gestão de riscos
- 4.2. Riscos, oportunidades e perspectivas
- 4.3. Recomendações dos órgãos de controle

## 5. Nossos recursos

- 5.1. Gestão de pessoas
- 5.2. Gestão de Tecnologia da Informação
- 5.3. Gestão de aquisições e contratos
- 5.4. Gestão patrimonial e infraestrutura
- 5.5. Gestão Orçamentária e financeira
- 5.6. Gestão de Custos

## 6. Demonstrações contábeis

- 6.1. Considerações iniciais
- 6.2. Declaração do contador

## 7. Condutas ambiental, social e de governança

- 7.1. Conduta ambiental
- 7.2. Conduta social
- 7.3. Conduta de governança

## 8. Condutas ambiental, social e de governança

- 8.1. Demonstrações contábeis
- 8.2. Declaração do contador
- 8.3. Posição patrimonial
- 8.4. Posição orçamentária
- 8.5. Notas explicativa

## 9. Gestão de custos

# MENSAGEM DO PRESIDENTE



Apresento o Relatório de Gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amapá (TRE-AP), resultado do trabalho integrado das unidades que compõem esta Corte. Este documento descreve as atividades realizadas ao longo de 2025, demonstrando, com transparência e precisão, a estratégia, a governança e o desempenho das unidades, além de desenvolver os resultados em relação aos objetivos traçados pela Administração. O Relatório atende aos requisitos estabelecidos na IN TCU nº 84/2020 e na DN TCU nº 198/2022, cujo objetivo é transformar o modo como as organizações prestam contas, com foco na criação de valor. Elaborado como “Relato Integrado”, visa proporcionar uma melhor compreensão e oferecer uma visão ampla e coesa das ações praticadas por esta Administração e dos principais resultados obtidos.



Desembargador  
**Carmo Antônio de Souza**  
Presidente do TRE-AP

É com grande satisfação que registro, inicialmente, que este Tribunal conquistou, pela terceira vez consecutiva, o Selo Diamante no Prêmio CNJ de Qualidade 2025, alcançando a 2ª colocação nacional. Esse reconhecimento reflete o conjunto de ações implementadas ao longo do período, evidenciando o aprimoramento contínuo da gestão e avanços nas atividades finalísticas e de apoio.

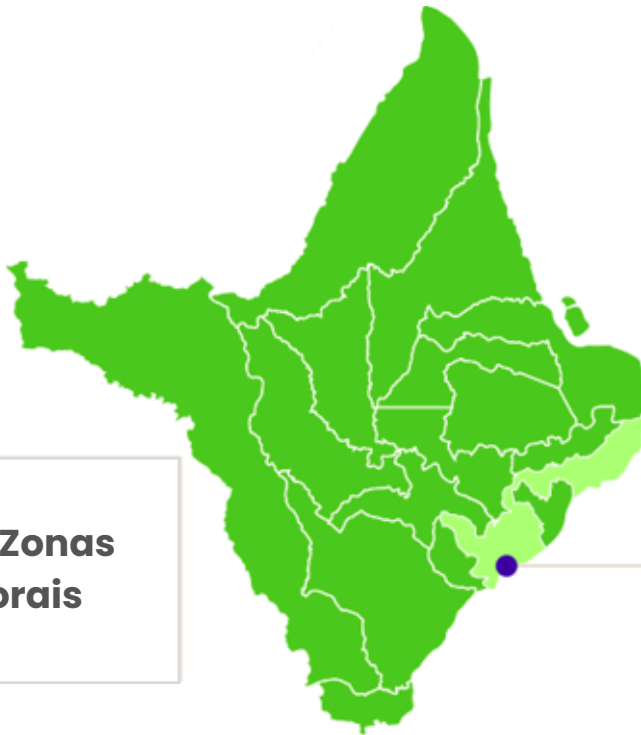
Ainda em 2025, o TRE-AP conquistou o Selo Judiciário Inovador, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Prêmio de Inovação da Rede Conexão Inovação Pública, Prêmio Auditoria Geração de Valor (CNJ), Prêmio J.Ex de Inovação, Prêmio Equidade Racial, Selo Linguagem Simples (CNJ), Selo Tribunal Amigo da Pessoa Idosa (CNJ), Selo Ouro na certificação ODS (Instituto ODS), Selo ouro no Selo de Qualidade da Justiça Eleitoral (TSE) e Menção Honrosa do Selo de Qualidade da Justiça Eleitoral (TSE)

Desde 2022, este Tribunal tem se destacado entre os tribunais do País, devido ao investimento e ao comprometimento no cumprimento das exigências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Esses resultados demonstram, por si só, o engajamento das magistradas e magistrados, bem como a competência das servidoras e servidores e de todas as colaboradoras e colaboradores, mantendo este Tribunal em posição de destaque no cenário nacional, entre os órgãos judiciários mais eficientes do País, mesmo diante das limitações orçamentárias.

Por fim, o Tribunal segue firme em sua missão de contribuir para um Judiciário mais eficiente, mais próximo da sociedade e mais inclusivo.





São 11 Zonas Eleitorais

**Sede:**

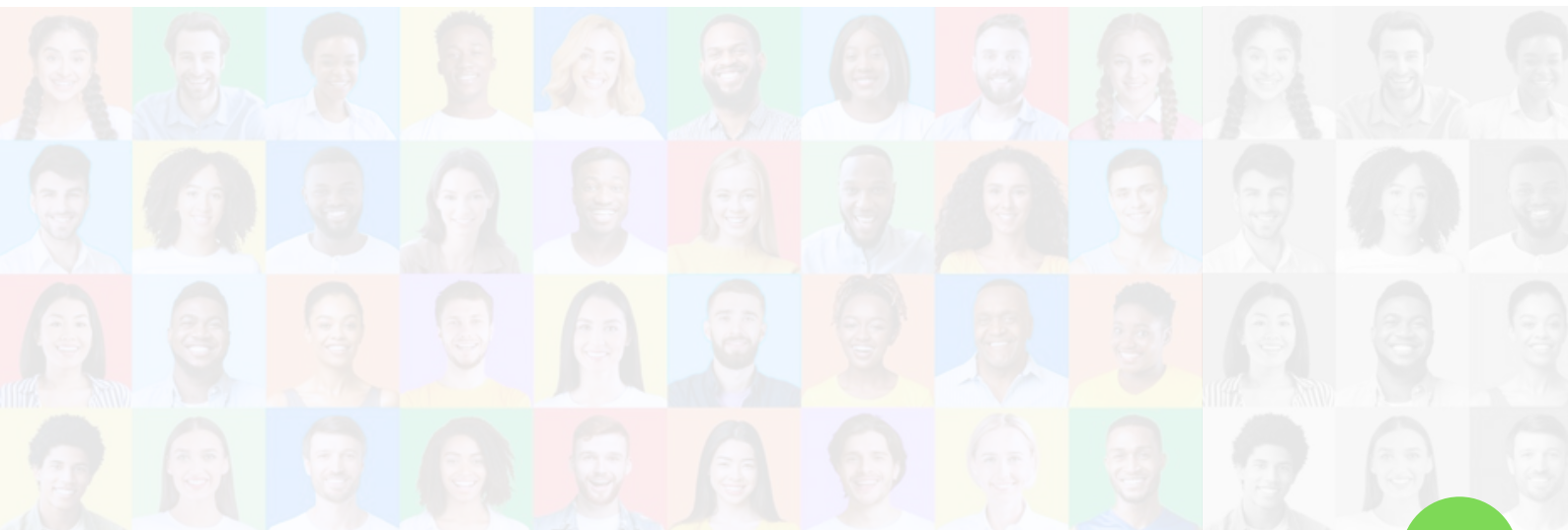
Avenida Mendonça Júnior, 1502  
Centro - CEP: 689000-914  
Macapá - Amapá - Brasil

**Telefones:**

Recepção: +55 (96) 3198-7525  
Judiciário: +55 (96) 3198-7589  
Administrativo: +55 (96) 3198-7520

## Número de Eleitores

 571.888



## 1.1 O TRE-AP

### Composição da Justiça Eleitoral



O Tribunal Regional Eleitoral Do Amapá (TRE-AP) é um Órgão integrante do Poder Judiciário Federal, nos termos do art. 92, V, da Constituição Federal de 1988. Juntamente com o Tribunal Superior Eleitoral, os demais Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais, compõe a Justiça Eleitoral, prevista no art. 118 da Constituição Federal. No primeiro grau de jurisdição, atua por meio de zonas eleitorais, unidades que podem englobar mais de um município. Atualmente, a Justiça Eleitoral amapaense é composta por 10 zonas. Em segunda instância, o TRE-AP, que tem sede em Macapá, capital do Estado do Amapá, é composto por 07 (sete) desembargadores eleitorais, sendo 02 (dois) desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, 02 (dois) juízes de direito, 01 (um) juiz do Tribunal Regional Federal e 02 (dois) advogados (art. 120 da CF).

A competência e atribuições da Justiça Eleitoral estão disciplinadas no art. 121 da Constituição Federal, no Código Eleitoral e em outras normas complementares. Tem como finalidade primordial garantir o respeito à soberania popular e assegurar os direitos de cidadania - essencialmente o de votar e ser votado. Como órgão do Poder Judiciário Federal exerce a função jurisdicional, que consiste no julgamento dos feitos pertinentes à matéria eleitoral. A função administrativa destaca-se pelo planejamento, organização e execução das eleições e consultas populares, além da realização de ações de cunho social com o propósito de promover o desenvolvimento da consciência política dos eleitores.



Já a função consultiva, está materializada no pronunciamento, sem caráter decisório, diante de questões que lhe são apresentadas em tese. A composição, organização e funcionamento do TRE-AP, bem como os procedimentos relativos ao julgamento dos processos de sua competência também estão disciplinados em seu Regimento Interno (Resolução TRE-AP nº 402, de 20.03.12, atualizada pela Resolução TRE-AP nº 532, de 10.12.19).

### 1.1.1 Identidade Institucional



## 1.2 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional e a lotação dos cargos e comissão e das funções comissionadas criados pelas Leis nº 8.868/1994 e nº 11.202/2005.

A atual estrutura organizacional da Secretaria do Órgão, resultado de uma reestruturação administrativa ocorrida em 2022, contempla o desenvolvimento do corpo funcional, privilegiando a observância da missão, dos valores e da visão de futuro do Tribunal e das técnicas organizacionais, em consonância com os critérios de hierarquização das unidades em linha de, no máximo, três níveis - Secretaria, Coordenadoria e Seção - com vistas a aproximar os âmbitos decisório e operacional e agilizar a tomada de decisão.

As competências das unidades que compõe a estrutura do Tribunal estão disciplinadas nos seguintes normativos:

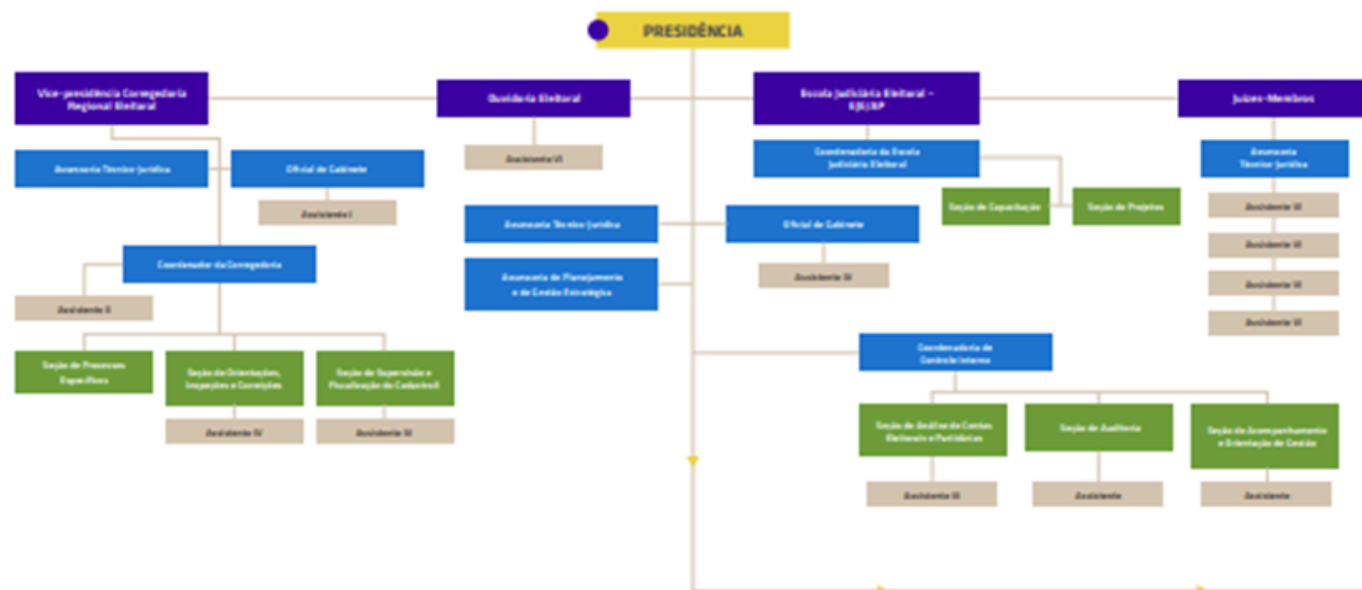


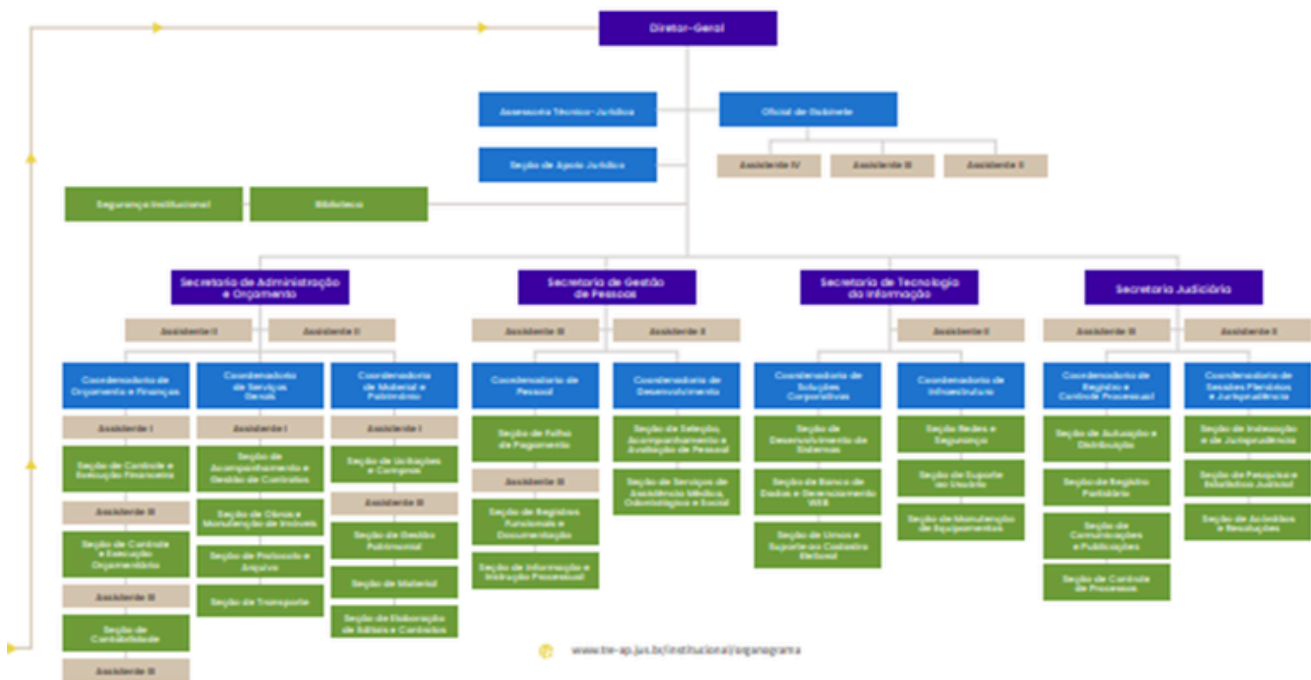
**Resolução nº 402, de 20.03.2012** (Regimento Interno) – Estabelece o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.

**Resolução nº 406, de 16.05.2012** (Regulamento da Secretaria) – Estabelece o Regulamento da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.

- ▶ **Links:** <https://www.tre-ap.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao/registro-das-competencias-e-responsabilidades-do-tre-ap>

## 1.2.1 Organograma





▶ Link de acesso: <https://www.tre-ap.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao/estrutura-organizacional>

## Composição da Corte

Principais instâncias administrativas



**Desembargador Carmo Antônio de Oliveira**  
Presidente



**Desembargador Agostino Silvério Júnior**  
Vice Presidente e Corregedor



**Alex Lamy de Gouvêa**  
Juiz Federal/  
Juiz Membro



**Aline Conceição Cardoso de Almeida Perez**  
Juiz Federal/Juiza Membro Substituta



**Keila Christine Banha Bastos Utzig**  
Juíza de Direito  
Juíza-Membro



**Normandes Antônio de Souza**  
Juíz de Direito  
Juíz Membro  
Diretor/EJE



**Paola Julien Oliveira dos Santos**  
Advogada  
Juíza-Membro  
Ouidora



**Sarah**  
Procurado Geral

## Saíram em 2025 (Fim de Biênio)



**João Guilherme Lages Mendes**



**Thina Luiza D'Almeida Gomes dos Santos Sousa**



**Anselmo Gonçalves da Silva**

## Instâncias Administrativas



**Dilma Pimenta**  
Diretora Geral

### Secretarias



**Elinete Freitas**  
Secretária de  
Administração  
Orçamento e  
Finanças



**Heverton  
Fernandes**  
Secretário de  
Gestão de Pessoas



**Emanuel Flex**  
Tecnologia da  
Informação



**Mylene Lages**  
Judiciária



**Breno Borges  
Vasconcelos  
Dias**  
Coordenador da  
Corregedoria



**Rinaldo Farias**  
Escola Judiciária  
Eleitoral



**Francisco Barros**  
Auditoria Interna



**Adriana Pacheco**  
Assessora Chefe da  
Presidência



**Patrick Dayan**  
Assessoria de  
Planejamento e  
Gestão  
Estratégica

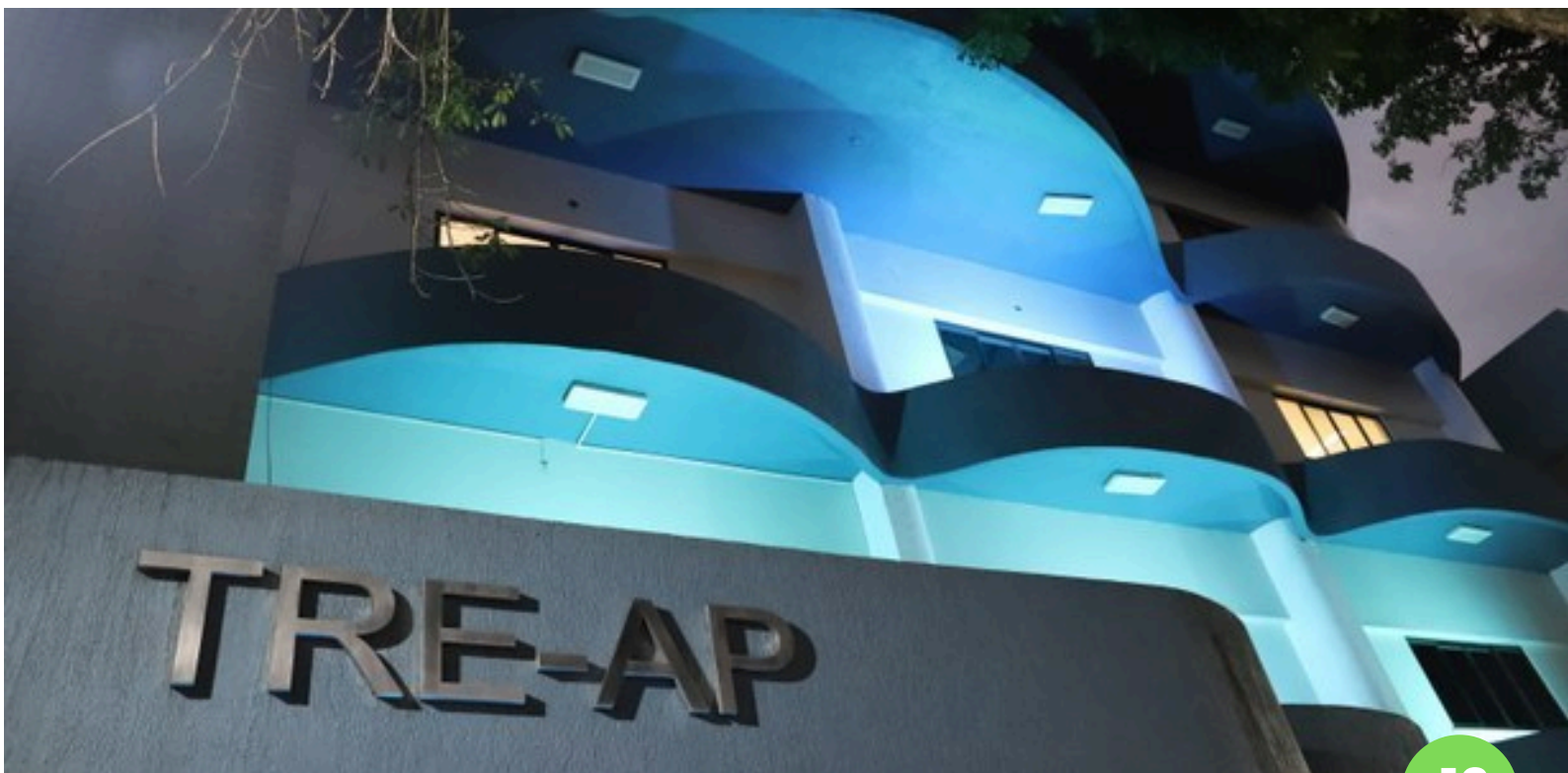


**Juvenal Melo**  
Assessoria de  
Gestão de Dados e  
Estatística



**Cláudio André  
Ribeiro**  
Assessoria de Gestão  
de Dados e  
Estatística

### Coordenações



anterior



próximo



## 1.3 Modelo de Negócios

O Modelo de Negócios é o sistema de transformação de insumos (capitais ou recursos) em produtos e impactos por meio das atividades de um órgão, a fim de cumprir seus objetivos estratégicos e gerar valor ao longo do tempo. Noutras palavras, sintetiza a descrição dos principais recursos (ou capitais) usados pela Instituição, das suas atividades de negócio e de seus produtos, bem como dos impactos que eles causam (internos ou externos, positivos ou negativos), e, ainda, do valor gerado e da sua distribuição às partes interessadas.

Os macroprocessos do Tribunal ainda não foram formalmente homologados. Foram identificados os principais processos, utilizando-se de conhecimentos práticos e conceituais, norteando-se pelo trabalho desenvolvido pelo Escritório de Processos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os primeiros macroprocessos delineados foram os finalísticos e estão em fase de estudos o delineamento dos macroprocessos de apoio e gerenciais.



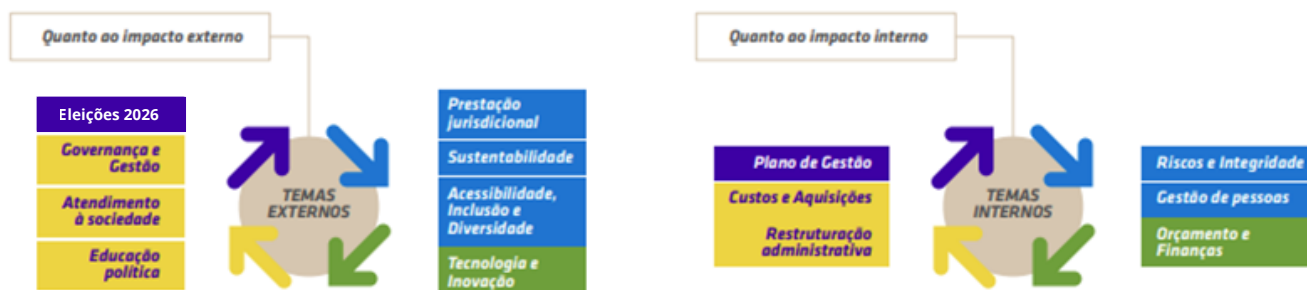
## 1.4 Cadeia de Valor

A cadeia de valor é resultante do levantamento de todas as ações ou processos necessários para gerar ou entregar produtos ou serviços aos usuários. É por intermédio dessa identificação encadeada que se tem uma melhor visão do valor ou benefício que se agrega em razão dos processos de trabalho. A cadeia de valor da Justiça Eleitoral do Amapá ainda não possui formalmente a representação gráfica da cadeia de valor aprovada pelo pleno da Instituição.

## 1.5 Matriz de Materialidade

Decorrentes da identificação, avaliação e priorização dos temas relevantes, os temas materiais são aqueles que podem impactar a geração de valor do Tribunal. Além de integrar a estratégia e a gestão do TRE-AP. Nossos temas materiais também contribuem para o alcance dos ODS da agenda 2030 da ONU.

Os temas materiais estão divididos em dois grupos:



## 1.6 Relacionamento Com a Sociedade

Alinhado ao valor foco na cidadã e no cidadão, o TRE-AP busca se aproximar cada vez mais da sociedade. A Justiça Eleitoral do Amapá preocupada em manter elevação contínua dos padrões de transparência, presteza e segurança das atividades desenvolvidas por esta Corte, disponibiliza a sociedade civil, a Ouvidoria Judicial Eleitoral, um canal de comunicação permanente, permitindo fazer consultas

sobre atos, programas e projetos institucionais, dar sugestões, fazer reclamações, denúncias, críticas e elogios sobre as atividades prestadas pelo TRE/AP e Zonas Eleitorais, bem como atender aos pedidos de acesso à informação de que trata a Lei nº 12.527/2011.

O Tribunal também realiza ações e projetos focados em trazer informações acessíveis sobre o TRE-AP tanto em seu portal como em suas redes sociais.

### Portal da Justiça Eleitoral



[www.tre-ap.jus.br](http://www.tre-ap.jus.br)

**Serviços**

- Atendimento online
- Certidão de quitação
- Validar documentos
  - Situação eleitoral
  - Dúvidas frequentes

**Consultas**

- Local de votação
- Andamento processual
- Portal da Transparência
- Dados sobre as eleições
  - Locais e horários de atendimento

### Redes Sociais

-  Facebook: 6.100
-  Instagram: 14.700
-  X: 7.276
-  Youtube: 3.540

### Atendimento ao eleitor

o TRE-AP priorizou o atendimento on-line. Nesse sentido, foram realizados atendimentos por meio do Título Net, sistema disponibilizado pelo TSE, que oferece ao eleitor, de forma remota a possibilidade de solicitar o alistamento eleitoral transferir o município de votação, revisar os dados cadastrais ou regularizar inscrição cancelada. Com isso, os cartórios foram autorizados a realizar as operações no Cadastro Nacional com base nos requerimentos encaminhados por meio eletrônico, sem a necessidade de comparecimento pessoal do eleitor.

 **Balcão Virtual**

Possibilita o atendimento virtual a diversos serviços prestados pelo TRE-AP.

[www.tre-ap.jus.br/servicos-judiciais/balcao-virtual](http://www.tre-ap.jus.br/servicos-judiciais/balcao-virtual)

 **Carta de serviços**

Informa a sociedade sobre os serviços prestados pela Justiça Eleitoral Amapaense.

[www.tre-ap.jus.br/servicos-eleitorais/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor](http://www.tre-ap.jus.br/servicos-eleitorais/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor)

 **Canais de atendimento**

(96) 3198-7630

[ouvidoria@tre-ap.jus.br](mailto:ouvidoria@tre-ap.jus.br)

[www.tre-ap.jus.br/institucional/ouvidoria/ouvidoria](http://www.tre-ap.jus.br/institucional/ouvidoria/ouvidoria)

Agende o seu atendimento presencial



A Ouvidoria da Mulher oferece à sociedade um canal especializado para recebimento de manifestações e denúncias relativas à violência contra a mulher, aos seus direitos políticos e a igualdade de gênero.

## *Ouvidoria da* **MULHER**

Nos casos de denúncias de violência política de gênero, a Ouvidoria da Mulher possui, dentre suas outras atribuições, o encaminhamento de tais denúncias aos órgãos competentes, mediante anuência do denunciante, além de sugerir práticas de ações relacionadas à igualdade de gênero e ao combate à violência contra a mulher.



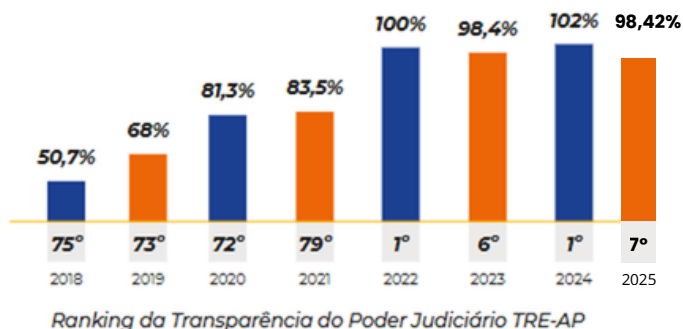
## 2.1 Ranking da Transparência

Visando garantir a transparência de suas ações e atividades, em conformidade com a publicidade, que constitui um dos princípios fundamentais da Administração Pública, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá enfatiza o cumprimento nos normativos que regulam o acesso à informação.

Neste contexto, por mais um ano, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) se destacou no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, alcançando o índice de 98,42% no cumprimento dos 83 dos 84 critérios avaliados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O Ranking da Transparência foi instituído pela Resolução CNJ nº 260/2018 e avalia o grau de informação que os tribunais brasileiros e conselhos divulgam às cidadãs e aos cidadãos, objetivando incentivar que a informação franqueada pelos órgãos seja disponibilizada de forma padronizada, ágil, clara e de fácil compreensão, com uso de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.

O avanço do Tribunal no que concerne a transparência é resultado dos esforços das áreas responsáveis pela publicação de conteúdo, capitaneadas, nesse aspecto, pela Assessoria de Planejamento, Gestão, Inovação e Sustentabilidade (ASPLAN), de acordo com as diretrizes traçadas pela Alta Administração e pelas instâncias internas de governança.



### Resultado de 2025

7ª colocação,  
percentual **98,42%**



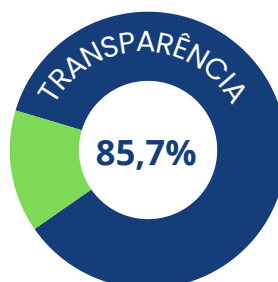
## 2.2 Prêmio CNJ de Qualidade

O Prêmio CNJ de Qualidade tem por objetivo reconhecer os tribunais que investem na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de suas informações administrativas e processuais, cujos critérios utilizados para avaliação envolvem o encaminhamento adequado de informações estatísticas de seu acervo processual, nível de informatização, uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico e o cumprimento das Resoluções do CNJ.

O desempenho dos tribunais foi avaliado com base em quesitos distribuídos em quatro eixos temáticos: Governança, Produtividade, Transparência e Dados e Tecnologia. Em 2025, pelo terceiro ano consecutivo o Selo Diamante do Prêmio CNJ de Qualidade, demonstrando o compromisso do Tribunal na eficiência na prestação jurisdicional e na qualidade dos serviços prestados à sociedade amapaense.

O Tribunal alcançou a seguinte pontuação:

### Números do TRE-AP



Pontuação de  
**1.257**  
97,7%





## 2.4 Prêmio Equidade Racial

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) foi reconhecido pelo segundo ano consecutivo com a 1ª colocação no 2º Prêmio de Equidade Racial, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Este prêmio destaca as instituições na promoção da igualdade racial e na adoção de políticas públicas que garantam a inclusão e a valorização da diversidade racial no ambiente institucional.

A 1ª colocação no Prêmio de Equidade Racial demonstra que o TRE-AP é uma instituição referência em boas práticas de inclusão, buscando constantemente inovar e fortalecer a representatividade racial no ambiente institucional e na sociedade.

**TRE Amapá  
conquista 1º lugar  
no Prêmio  
Equidade do CNJ  
no eixo  
Desempenho**

 Tribunal Regional  
Eleitoral do Amapá



## 2.5 Prêmio Inovação (Rede Conexão Inovação Pública)



O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) conquistou o primeiro, na categoria votação popular e segundo lugar pelo júri técnico, no 5º Prêmio Conexão Inova com o projeto "Democracia Inclusiva: Facilitando o Voto, Garantindo Direitos". A iniciativa venceu na Área 1: Categoria 4 - Gestão em Organizações Públicas, Subcategoria Ideias Promissoras, por meio de votação popular.

O Prêmio Conexão Inova é promovido pela rede Conexão Inovação Pública, que reúne agentes públicos e outros interessados na modernização e aprimoramento dos serviços oferecidos à população. A premiação tem como propósito incentivar boas práticas e soluções inovadoras no setor público.

## 2.6 Prêmio Auditoria Geração de Valor



O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) foi o grande vencedor do Prêmio Auditoria de Geração de Valor – Eixo Inovação Tecnológica e Ferramentas Digitais, com o projeto Agente de Auditoria, durante o Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário.

O projeto, elaborado em parceria com os Tribunais Regionais Eleitorais do Acre (TRE-AC) e de Goiás (TRE-GO).

## 2.7 Selo Judiciário Inovador



O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) conquistou o Selo Judiciário Inovador, honraria concedida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) durante a mais recente edição do Prêmio de Inovação do Poder Judiciário. O reconhecimento nacional certifica projetos que se destacam pelo uso de tecnologia, eficiência administrativa e aprimoramento da prestação de serviços à sociedade.

O reconhecimento foi obtido pelo desenvolvimento do Sistema Nativa IA, iniciativa construída em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC), o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO) e o Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP). O projeto propõe o desenvolvimento de um ecossistema digital modular de agentes inteligentes de IA, capaz de automatizar rotinas, integrar sistemas e aprimorar a tomada de decisão baseada em dados. Todo o processo de inovação está sendo construído de forma colaborativa, utilizando metodologias como Design Thinking, prototipagem rápida e ciclos iterativos de feedback com as usuárias e os usuários finais.

## 2.8 Prêmio J.Ex de Inovação (Categoria Laboratório de Inovação)



O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) alcançou o primeiro lugar na 6ª edição do Prêmio de Inovação J.Ex – 2025, uma das mais importantes premiações do ecossistema de inovação do sistema de Justiça. Entre 603 projetos inscritos, o Nativa IA – Ecossistema Colaborativo de Inteligência Artificial, desenvolvido de forma conjunta pelos Tribunais Regionais Eleitorais do Amapá, Pará, Goiás e Acre, se destacou nacionalmente e garantiu o topo da categoria Laboratórios de Inovação.

## 2.9 Selo Linguagem Simples (CNJ)



O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) conquistou, pela segunda vez consecutiva, o Selo Linguagem Simples 2025, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A certificação reconhece instituições do Judiciário que adotam práticas voltadas a tornar a comunicação mais clara, acessível e fácil de entender para a população.

A premiação reconhece o compromisso do TRE Amapá em aproximar a Justiça Eleitoral dos cidadãos, por meio de textos objetivos, linguagem direta e uso de recursos que facilitam a compreensão das informações institucionais, especialmente para públicos diversos, como pessoas com deficiência, idosos e eleitores com menor familiaridade com termos jurídicos.

## 2.10 Selo Tribunal do Amigo da Pessoa Idosa (CNJ)



O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) conquistou, pela primeira vez, o Selo Tribunal Amigo da Pessoa Idosa, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A premiação, instituída pela Portaria CNJ nº 400/2024, reconhece os tribunais brasileiros que implementam ações efetivas para garantir a prioridade de atendimento e a promoção dos direitos da população idosa.

## 2.11 Selo Ouro – Certificação ODS



O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) na Conferência Nacional pelo ODS 2025, realizada na cidade de Osasco (SP) foi destaque ao conquistar o selo Ouro concedido pelo Instituto ODS.

O Programa de Certificação ODS reconhece organizações públicas e privadas que contribuem de forma efetiva para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela ONU.

## 2.12 Selo Ouro e Menção Honrosa – Selo de Qualidade Eleitoral (TSE)

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) foi destaque ao receber o Selo Ouro na premiação promovida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O reconhecimento ocorreu durante o evento que reuniu o Prêmio Justiça Eleitoral e o Selo de Qualidade Eleitoral, voltados a valorizar práticas de excelência adotadas por tribunais de todo o país.

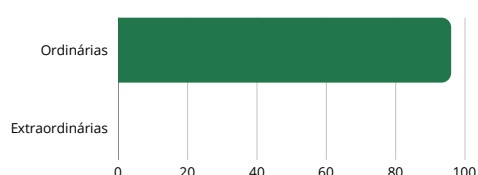
Além da certificação Ouro, a Justiça Eleitoral amapaense também foi agraciada com uma Menção Honrosa. O Prêmio Justiça Eleitoral reconhece projetos e ações que contribuem de forma significativa para o aperfeiçoamento do processo eleitoral brasileiro

## 2.13 Prestação Jurisdicional em números



Sessões Judiciárias

Total: 96



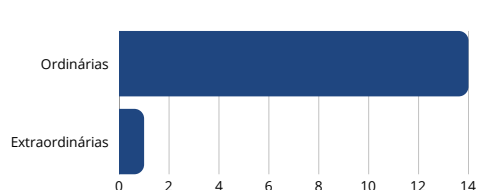
Sessões Solenes

01

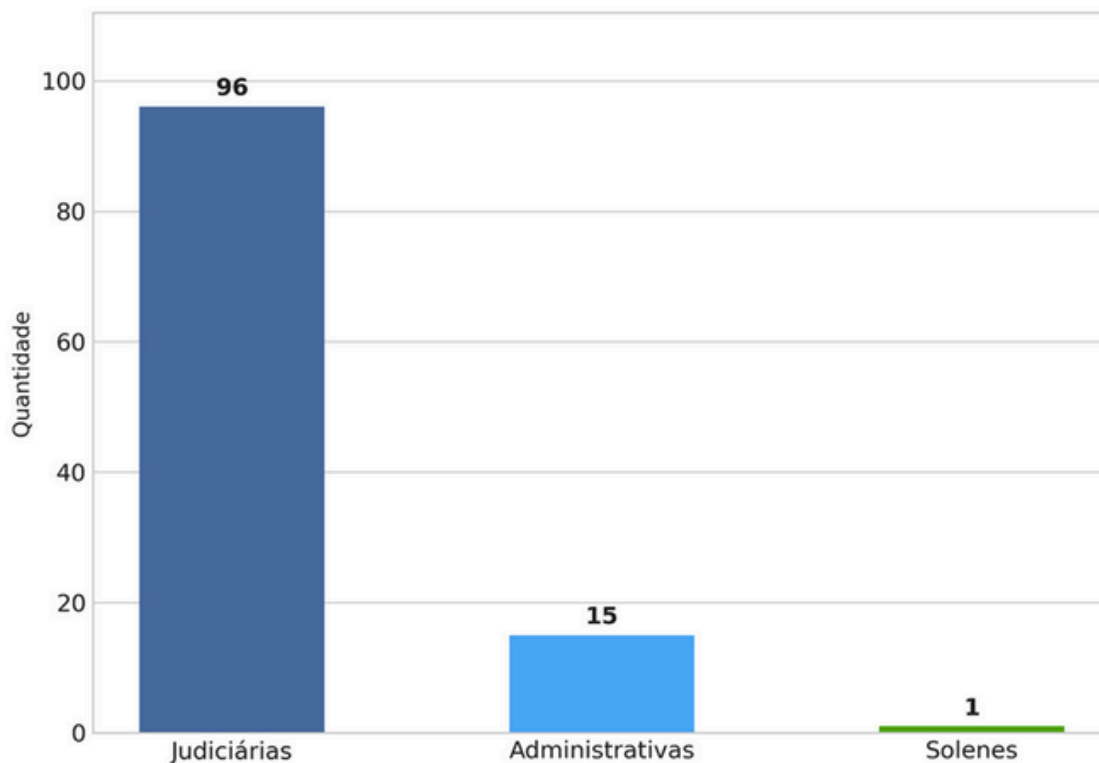


Sessões Administrativas

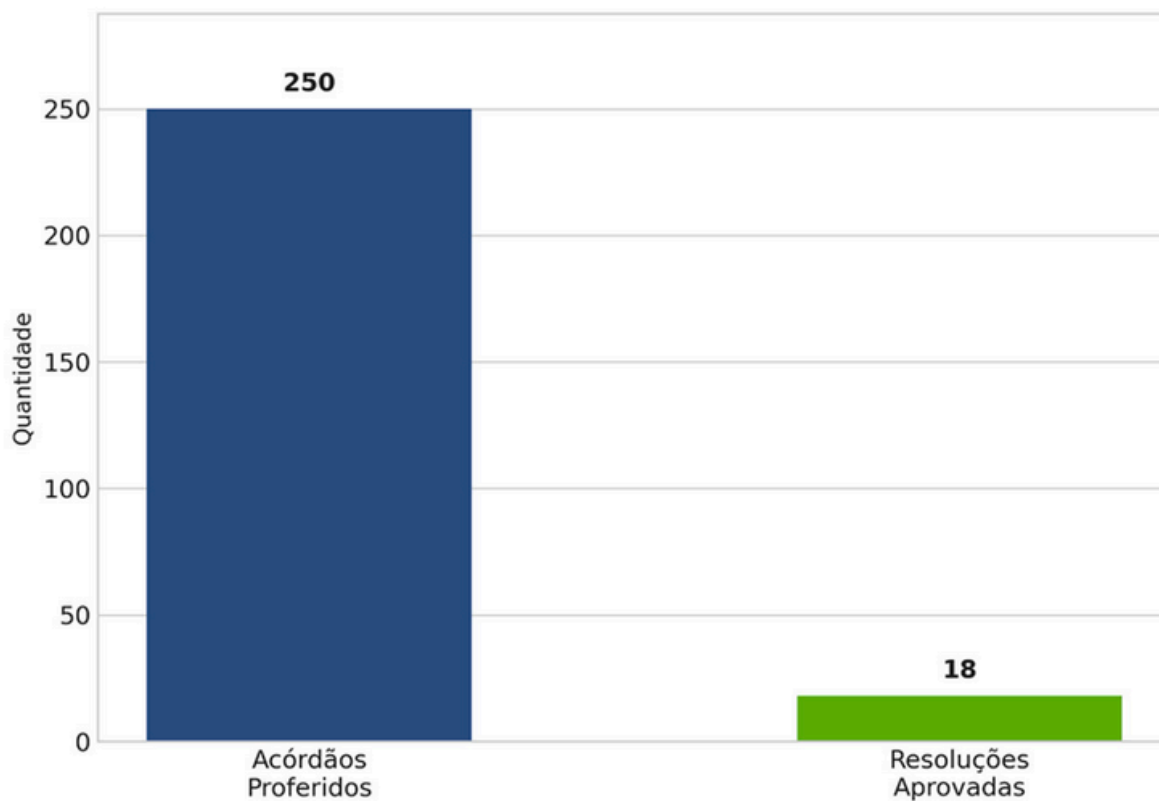
15



### Quantidade de Sessões Realizadas - 2025



### Produção Documental - 2025



## TRE-Amapá

652 Casos novos (processos ingressados no período)

605 Pendentes (em tramitação)

2439 Baixados (processo arquivado ou remetido para outra instância)

427 Pendentes Líquidos (em tramitação, menos os suspensos e os sobrestados)

2117 Julgados

### G1

428 Casos novos

368 Pendentes

2042 Baixados

302 Pendentes Líquidos

1810 Julgados

### G2

224 Casos novos

237 Pendentes

397 Baixados

125 Pendentes Líquidos

307 Julgados

### Taxa de Congestionamento Líquida (TCL)

TRE AP	G1	G2
7,01%	4,35%	19,95%

### Tempo Médio dos Processos Pendentes Líquidos

TRE AP	G1	G2
205,55 dias	265,16 dias	141,54 dias

### Índice de Atendimento à Demanda (IAD)

TRE AP	G1	G2
374,08%	477,10%	177,23%

### Tempo Médio das Ações Penais

TRE AP	G1	G2
366 dias	366 dias	Não houve tramitação de ação penal nesta instância

### Julgamento ou baixa de processos antigos

TRE AP	G1	G2
0,99%	0,30%	4,48%

### Metas Nacionais

Meta 1: Julgar mais processos que os distribuídos	107,92%	
Meta 2: Julgar processos mais antigos	1º Grau e 2º Grau	142,09%
	Processos mais antigos	100%
Meta 4: Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais	Eleições 2022	111,11%
	Eleições 2024	183,78%

## 3.1 Modelo de Governança Organizacional

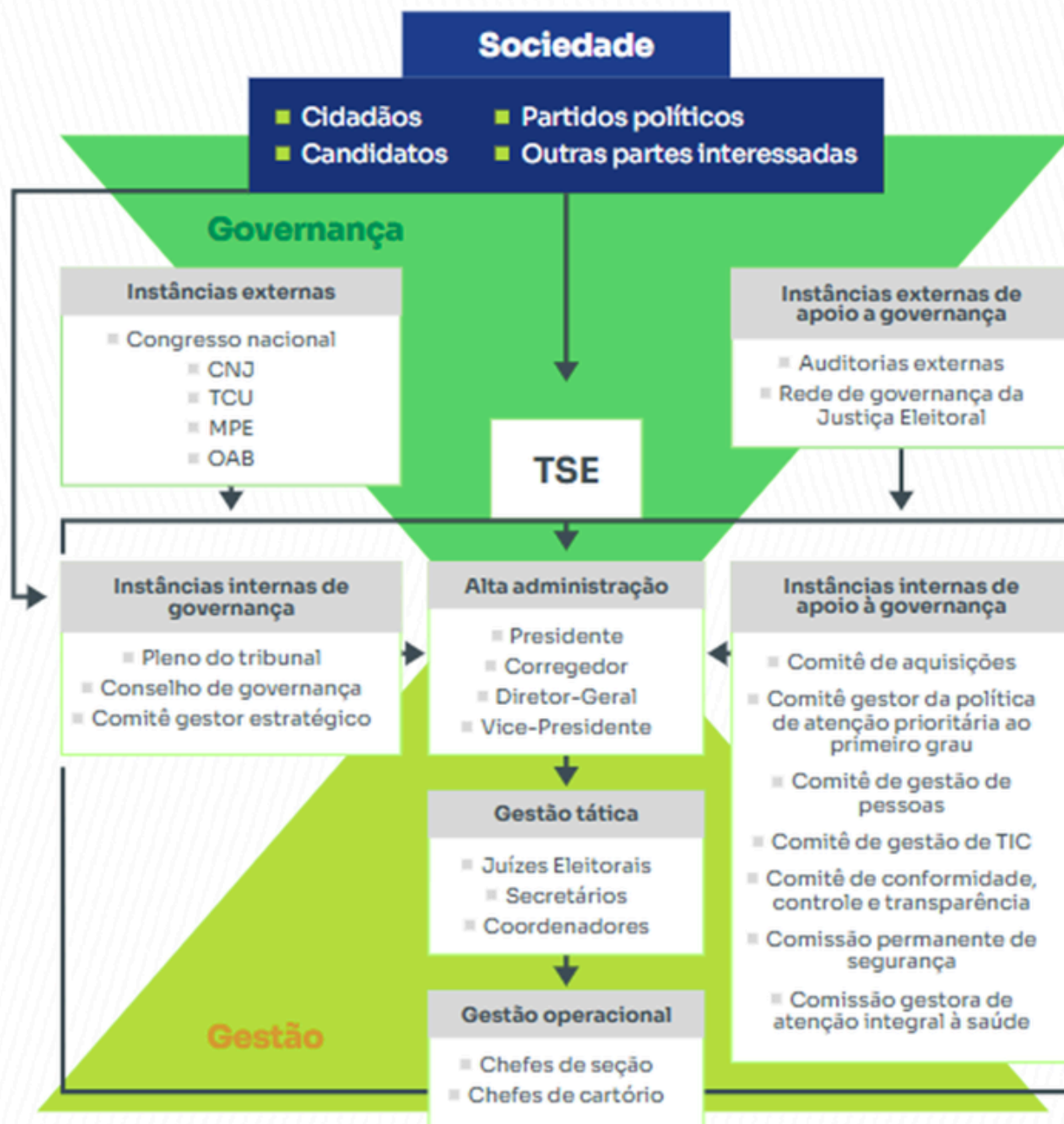
Governança conceitualmente é um mecanismo de avaliação, liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, a fim de atender às necessidades e expectativas dos cidadãos e demais partes interessadas.

No mesmo sentido, a Gestão é o funcionamento da organização no contexto de estratégias, políticas, processos, normatização e procedimentos estabelecidos, sendo responsável pelo planejamento, execução, avaliação das ações, manejo dos recursos e poderes disponibilizados para consecução de seus objetivos.

Na Justiça Eleitoral do Amapá o Sistema Governança e Gestão compreende o conjunto de práticas gerenciais, em especial planos institucionais, voltadas para a obtenção de resultados e a gestão de riscos, com base no estabelecimento, na execução e no acompanhamento de objetivos, indicadores, metas e iniciativas que impulsionem o cumprimento da missão institucional e o alcance da visão de futuro da Justiça Eleitoral do Amapá, de modo a viabilizar a melhoria contínua.

São instâncias de governança internas: Tribunal Pleno, Conselho de Governança e Comitê Gestor Estratégico. Compõe o Conselho os ocupantes dos cargos de (1) Presidente do Tribunal, (2) Corregedor Regional Eleitoral, (3) magistrado indicado pelo pleno e o (4) Diretor-Geral.

Constam no Planejamento Estratégico 2016/2021, na perspectiva recursos, o macrodesafio instituição da Governança e Governança de TI.

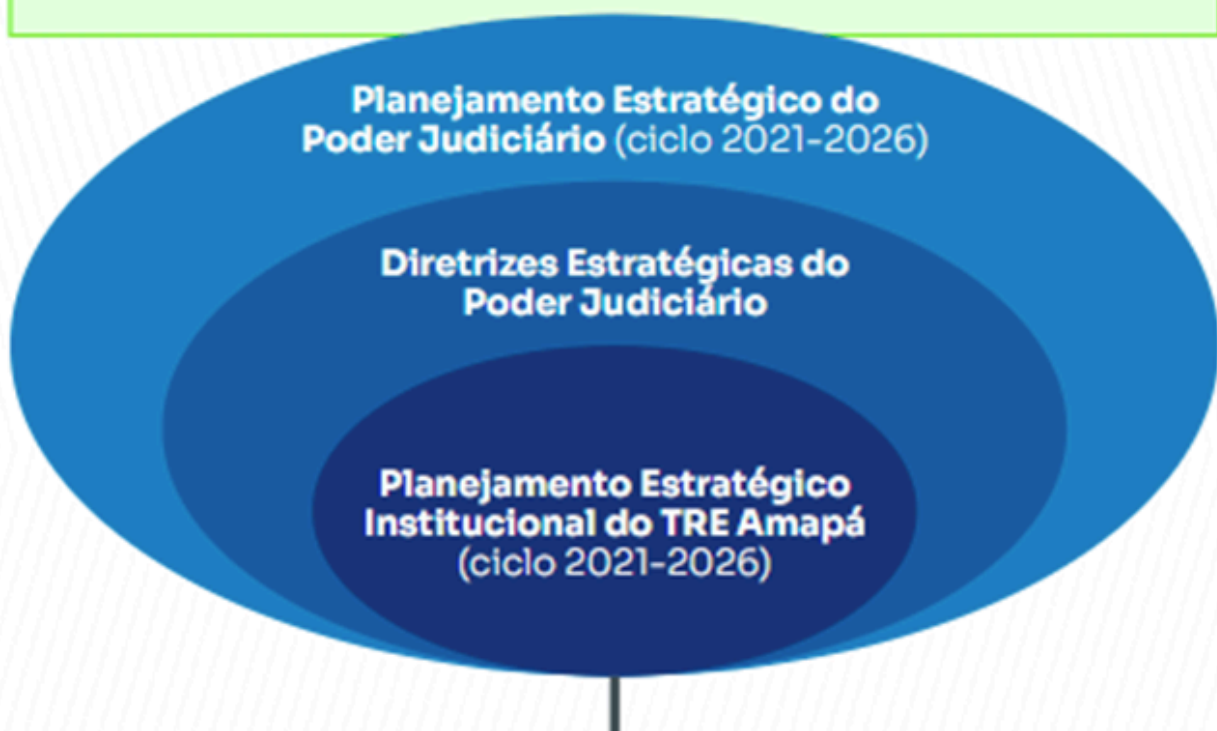


## 3.2 Planejamento Estratégico

### O que é?

Planejamento estratégico é uma ferramenta de gestão que traça os objetivos a serem alcançados pela organização, levando-se em conta seus pontos fortes e fracos, bem como as oportunidades e ameaças a que está sujeita, de maneira a direcioná-la para o cumprimento de sua missão institucional e para o atingimento de sua visão de futuro, pautando suas ações em princípios ou valores a serem seguidos por todos que a integram.

O atual Planejamento Estratégico do TRE-AP foi concebido para o período de 2021 a 2026 e foi instituído pela Resolução nº 559/2021 em consonância com as Diretrizes Nacionais do Conselho Nacional de Justiça, conforme Resolução CNJ nº 325/2020. Sua elaboração ocorreu e contou com a participação de magistrados do 1º e 2º graus, servidores lotados na secretaria do Tribunal e nos cartórios da capital e do interior.

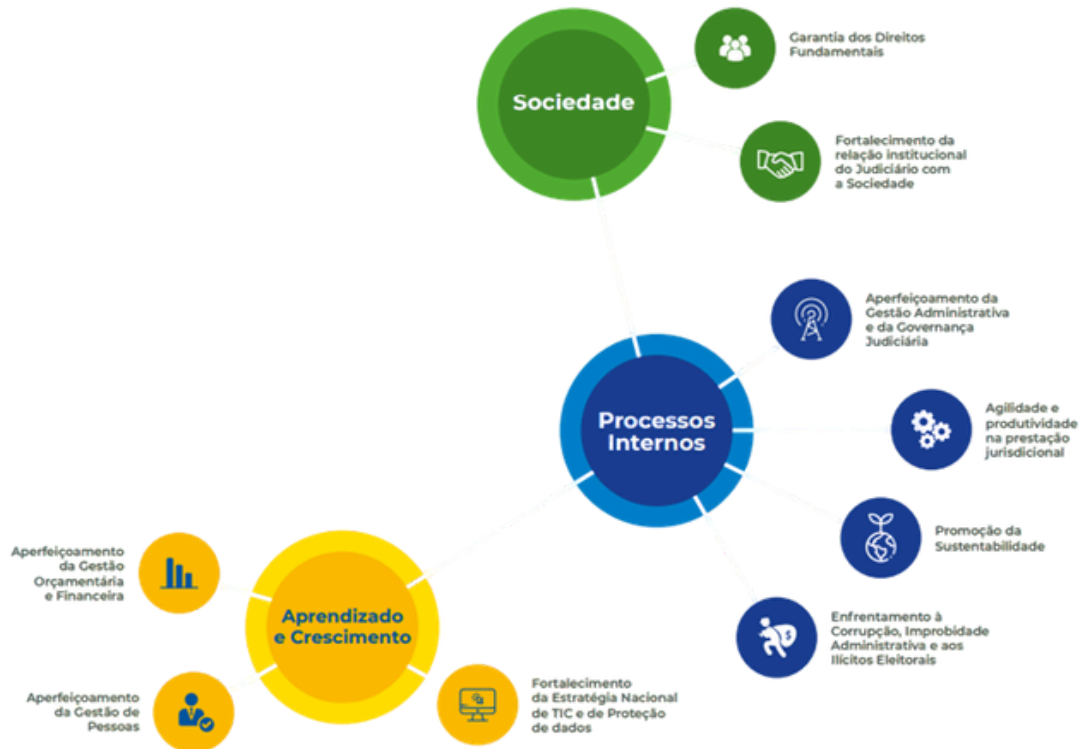


## **Alinhamento da estratégia**

O desdobramento da estratégia é um meio de viabilizar o atingimento dos objetivos. Assim, o PEI também orienta os planos institucionais e as propostas orçamentárias, de modo que as prioridades estratégicas sejam devidamente implementadas. Alguns dos principais Planos do TRE-AP são: Plano de Gestão, Plano de Logística Sustentável, Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, Planejamento das Eleições, Plano Anual de Contratações, Plano Anual de Capacitação.

# Mapa Estratégico

Resultados - Plano de Gestão Tribunal Regional Eleitoral do Amapá 2023/2025



7

## 3.3 Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos

Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) tem se dedicado ao cumprimento de seus objetivos estratégicos, buscando constantemente aprimorar suas práticas e garantir a excelência na prestação de seus serviços. Através da implementação de projetos e iniciativas voltadas para a melhoria contínua, o TRE-AP obteve resultados, alinhados com as metas traçadas para o ano de 2025.


**Acesso aos resultados:** <https://www.tre-ap.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao/resultados-alcancados-pelo-tre-ap>



## 4.1 Visão geral da gestão de riscos

A política de Gestão de Riscos do TRE/AP está regulamentada pela Resolução nº 522/2018, e constitui-se importante mecanismo de governança, ao passo que auxilia na tomada de decisões pelos gestores, tornando-as mais precisas e eficazes. Para dar concretude foi criada a Comissão de Implementação da Política de Gestão de Riscos (Portaria TRE/AP 152/2019). Porém há carência do aprofundamento dos estudos face as diversas outras demandas existentes bem como a falta de capacitação dos principais envolvidos.

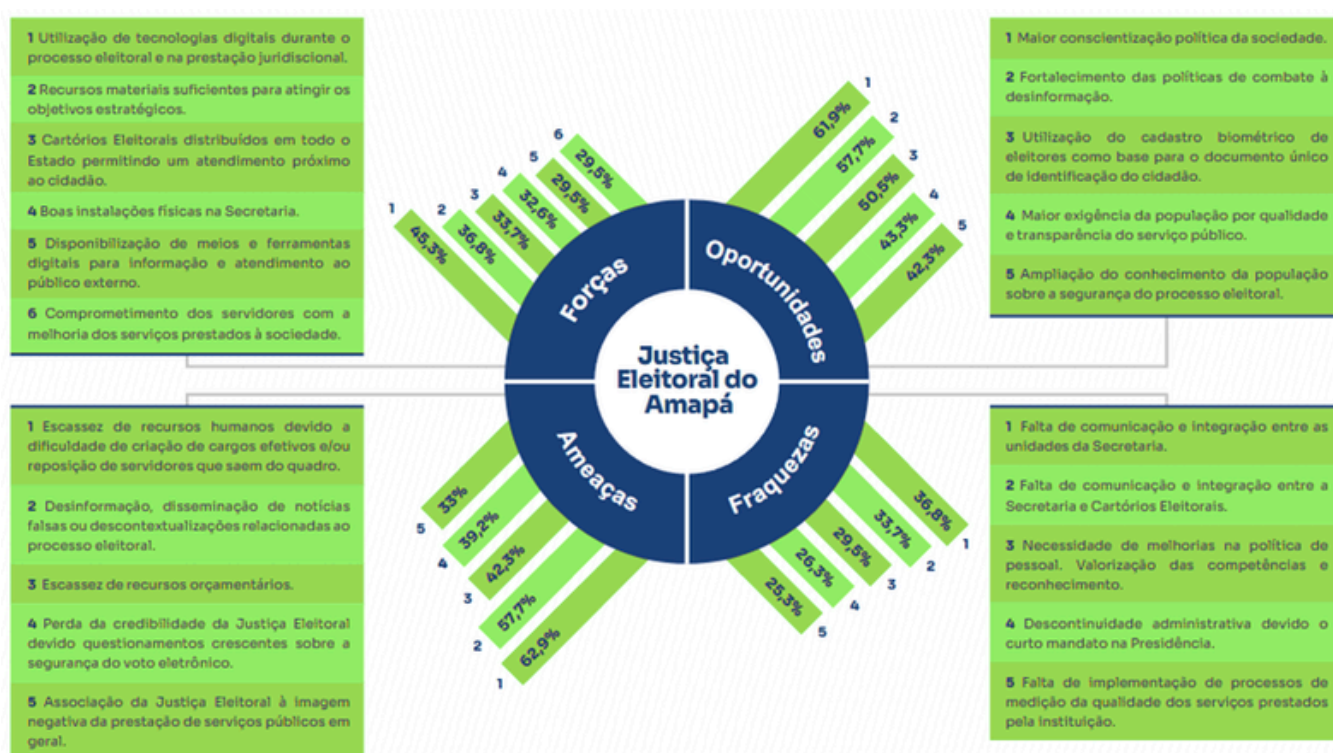
Risco é o território da incerteza e consiste na probabilidade de um evento impactar em determinada ação, decisão ou processo. Os riscos são avaliados de acordo com a probabilidade e o impacto. Com base nessas duas dimensões de análise, determina-se o modo pelo qual eles deverão ser administrados.

<p><b>Riscos de comunicação</b></p> <p>Estão associados a eventos que podem impedir ou dificultar a disponibilidade de informações para a tomada de decisões e para o cumprimento das obrigações de accountability (prestação de contas às instâncias controladoras e à sociedade).</p>	<p><b>Riscos de orçamentários</b></p> <p>Eventos que podem comprometer a capacidade de a organização contar com os recursos orçamentários necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária, como atrasos no cronograma de licitações.</p>	<p><b>Riscos de conformidade</b></p> <p>Estão associados ao não cumprimento de princípios constitucionais, legislações específicas ou regulamentações externas aplicáveis à instituição.</p>
<p><b>Riscos estratégicos</b></p> <p>Estão associados à tomada de decisão e podem afetar negativamente o alcance dos objetivos consignados no Plano Estratégico Institucional.</p>	 <p><b>FONTES ESPECÍFICAS DE RISCOS</b></p>	<p><b>Riscos tecnológicos</b></p> <p>Possibilidade de ocorrência de falhas em sistemas de tecnologia da informação e comunicação com impactos nos negócios ou na execução de processos relacionados à tecnologia da informação e comunicação.</p>
<p><b>Riscos de imagem</b></p> <p>Danos à reputação.</p>	<p><b>Riscos operacionais</b></p> <p>Possibilidade de ocorrência de perdas (produtividade, ativos e orçamentos) resultantes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, tecnologia ou de eventos externos (catástrofes naturais, greves, fraudes).</p>	<p><b>Riscos de socioambientais</b></p> <p>Risco de perdas em consequência de efeitos negativos no meio ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade.</p>

## 4.2 Resultados Alcançados Ante os Objetivos Estratégicos

As principais oportunidades foram catalogadas na matriz SWOT constante no planejamento estratégico 2016/2021. Tendo com destaques:

- (1) alta credibilidade da Justiça eleitoral e
- (2) Implantação do processo judicial eletrônico dentre outros.



## 4.3 Recomendações dos Órgãos de Controle

Principais ações de supervisão, controle e correição adotadas pela Unidade de Auditoria Interna para garantir a legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos. De acordo com estudo, denominado “Critérios Gerais de Controle Interno na Administração Pública”, elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para o Senado, as atividades de controle devem estar distribuídas por toda a organização pública, em todos os seus níveis e funções.

Elas incluem uma gama de controles preventivos e detectivos, como procedimentos de autorização e aprovação, segregação de funções (autorização, execução, registro e controle), controles de acesso a recursos e registros, verificações, conciliações, revisões de desempenho, avaliação de operações, de processos e de atividades, supervisão direta etc.

No Tribunal Regional Eleitoral do Amapá – TREAP, as atividades de controle das ações e processos da gestão, que não própria dela, contemplam:

1. Autorização superior em processos de licitação, contratações, pagamentos de pessoal, diárias, aquisições, serviços prestados e qualquer ação que gere dispêndio de recursos;
2. Exames de conformidade em processos de licitação na fase interna e na pré-homologação, antes do pagamento das folhas de pessoal, na concessão e na prestação de contas de suprimento de fundos, etc.;
3. Exames de conformidade contábil e documental em todos os lançamentos contábeis;
4. Segregação de funções, sobretudo em processos com maior risco, como Contratações e Aquisições, nos quais diversos setores atuam com o fim de evitar concentração de atividades que possam facilitar fraudes e erros;
5. Controle de acesso aos bens e materiais por meio sistema de segurança predial. Controle de acesso a informações por meio de ferramentas de segurança com autenticação de identidade de usuário e perfil de usuários;
6. Pareceres técnico-jurídicos como suporte às decisões administrativas;

7. Acompanhamento de planos e metas por parte da alta gestão;

8. Comitê Gestor constituído por integrantes da alta gestão reunindo-se periodicamente para tomada de decisões estratégicas.

## Recomendações internas e externas

As ações e recomendações recebidas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP), tanto da unidade de auditoria interna quanto dos órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), são parte fundamental do processo de melhoria contínua da gestão institucional.

Estas recomendações disponíveis para consulta pública no Portal da Transparência do TRE-AP, especificamente em Auditoria e Prestação de Contas. No portal, é possível acessar informações detalhadas sobre as ações realizadas para atender a essas recomendações, bem como o acompanhamento das medidas adotadas em resposta às auditorias e fiscalizações.



▶ <https://www.tre-ap.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-e-prestacao-de-contas>



## 5.1 Gestão de pessoas

### Conformidade Legal

#### Legislação Aplicada

A fim de garantir a conformidade com a Lei nº 8.112/90 e demais normativas pertinentes à Gestão de Pessoas, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) adere ao conjunto de regulamentos e diretrizes estipulados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Tribunal de Contas da União (TCU), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), além das normas internas editadas pelo próprio Tribunal.



#### **Total de normas e legislações = 193**

14 Leis, 30 Portarias,  
58 Resoluções, 78 Instruções Normativas,  
13 outros.

#### Apontamentos dos Órgãos de Controle

Acompanham-se as diligências e apontamentos dos órgãos de controle (TCU e CNJ), para os quais são ultimadas as providências visando o atendimento integral.

Diligências recebidas e acompanhadas em 2025:

ORIGEM DA DILIGÊNCIA	QUANTITATIVO DE DILIGÊNCIAS	PROCESSO CORRESPONDENTE
CNJ	2	0004141-57.2025.6.03.8000 0003944-05.2025.6.03.8000
TCU	3	0004363-25.2025.6.03.8000 0001315-58.2025.6.03.8000 0000183-63.2025.6.03.8000

## Indicadores de Conformidade

A avaliação de conformidade nos processos de trabalho na área de Gestão de Pessoas é realizada por meio de indicadores. Dentre os controles adotados destacam-se os listados abaixo:

Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda: No ano de 2025, as magistradas, os magistrados, as servidoras e os servidores que ingressaram autorizaram seu acesso, nos termos da Lei n. 8.730/93 e Instrução Normativa TCU n. 87/2020.

**Controle e Acompanhamento dos registros de informação no sistema e-Pessoal do TCU:** Em 2025, houve uma nomeação e posse de 2 (duas) servidoras e 9 (nove) servidores para cargo efetivo, as quais foram devidamente informadas no sistema e-pessoal do TCU, na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018 e Resolução TCU nº 353/2023.

**Atendimento das determinações dos órgãos de controle:** As determinações e recomendações oriundas dos órgãos de controle (TCU e CNJ) são acompanhadas e observadas por este Tribunal, na medida da sua aplicabilidade à Justiça Eleitoral.

**Acompanhamento dos processos instruídos a título de Reposição ao Erário:** Todos os valores pagos indevidamente às servidoras, aos servidores, às magistradas e aos magistrados, aposentados e beneficiários de pensão civil foram objeto de processo visando a reposição dos valores ao Erário, nos termos de regulamentação interna (Res. TRE-AP 495/2017).

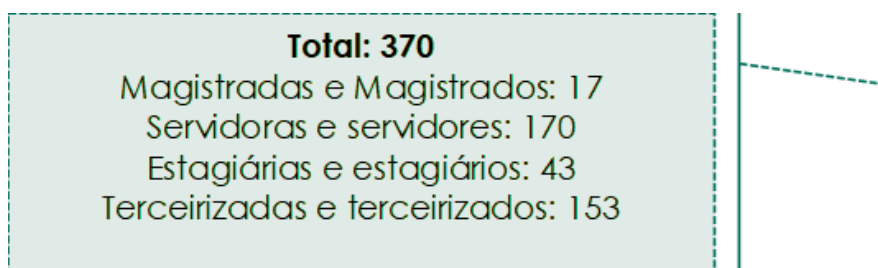
**Acompanhamento de concessões, licenças, frequência e benefícios:** Todos os pedidos de concessão de licenças e benefícios são processados e analisados pelas unidades técnicas responsáveis do Tribunal.

**Acompanhamento da frequência e carga horária:** Mensalmente é feito o acompanhamento e controle da frequência das servidoras e dos servidores, tratando-se as inconsistências e jornada negativa na forma do regulamento do Tribunal.



## Avaliação da Força de Trabalho

A força de trabalho do TRE-AP é composta por magistradas, magistrados, servidoras, servidores, estagiários, estagiários, terceirizadas e terceirizados.

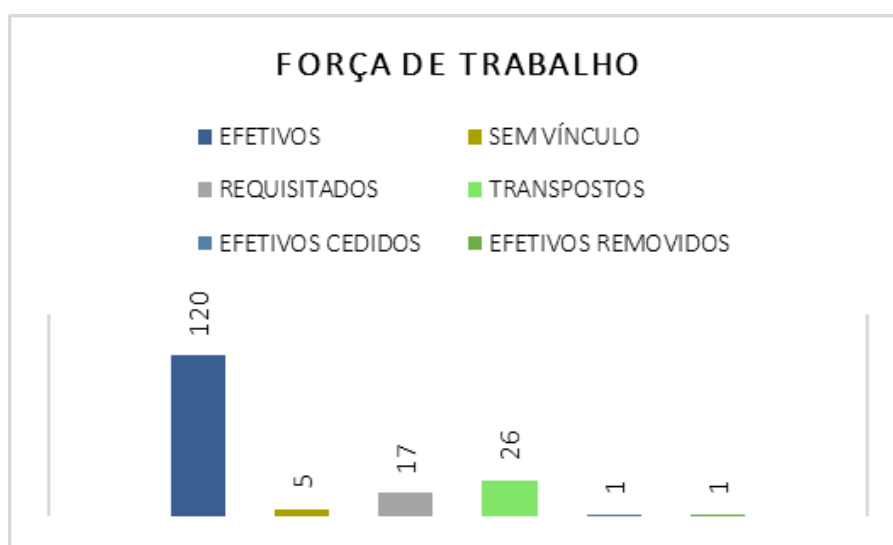


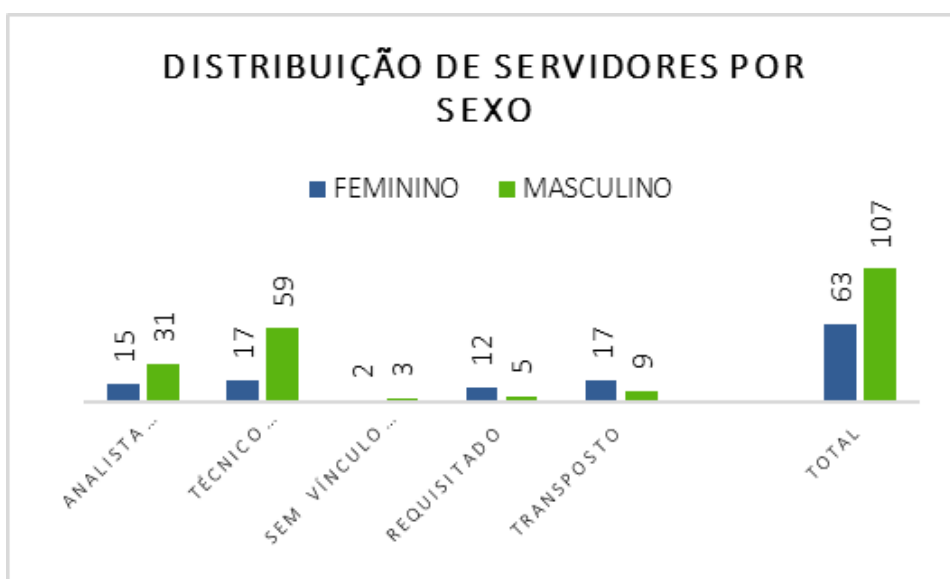
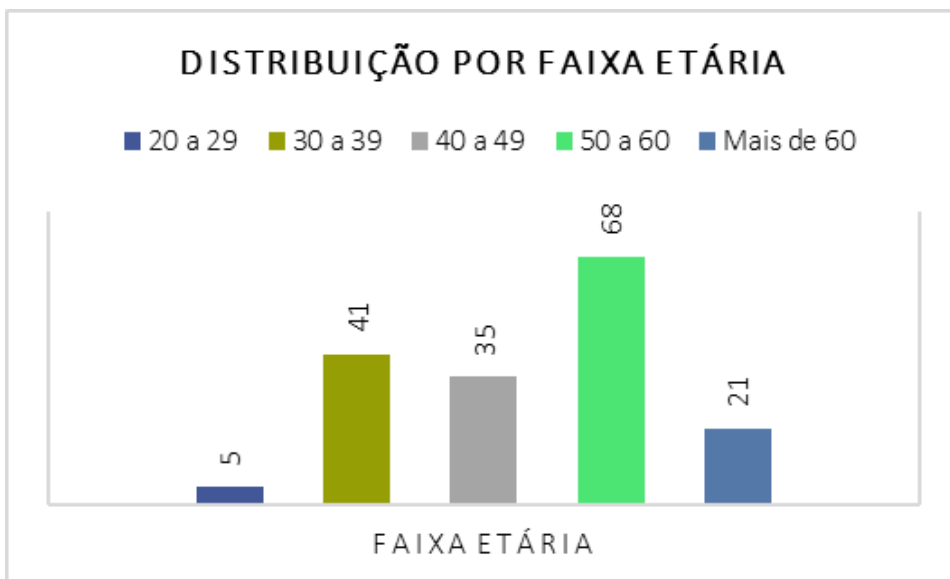
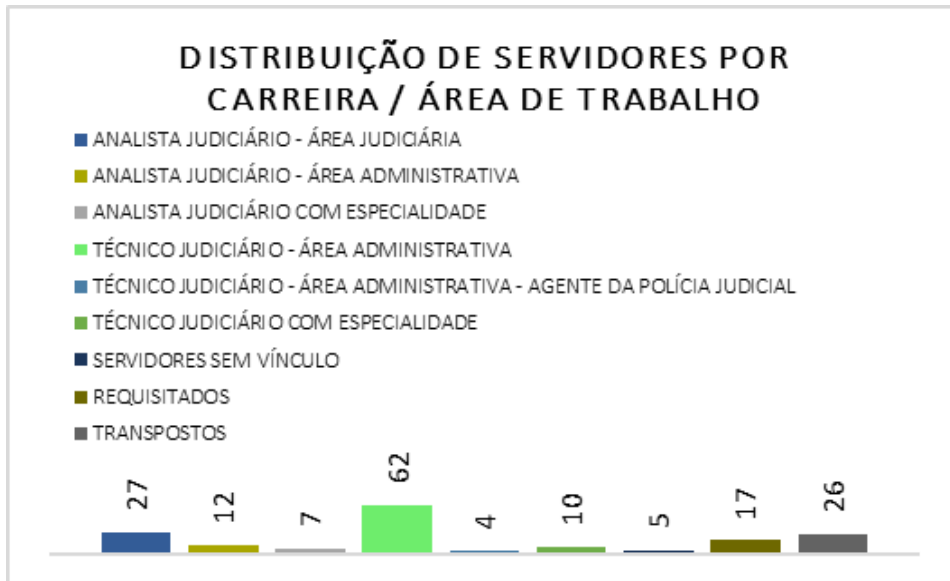
## Quadro de Servidores

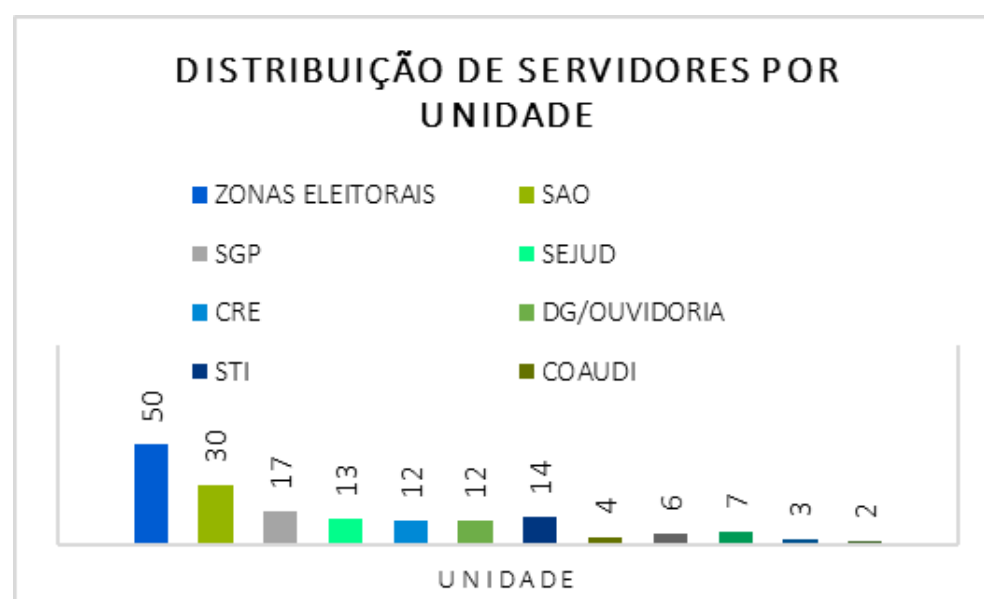
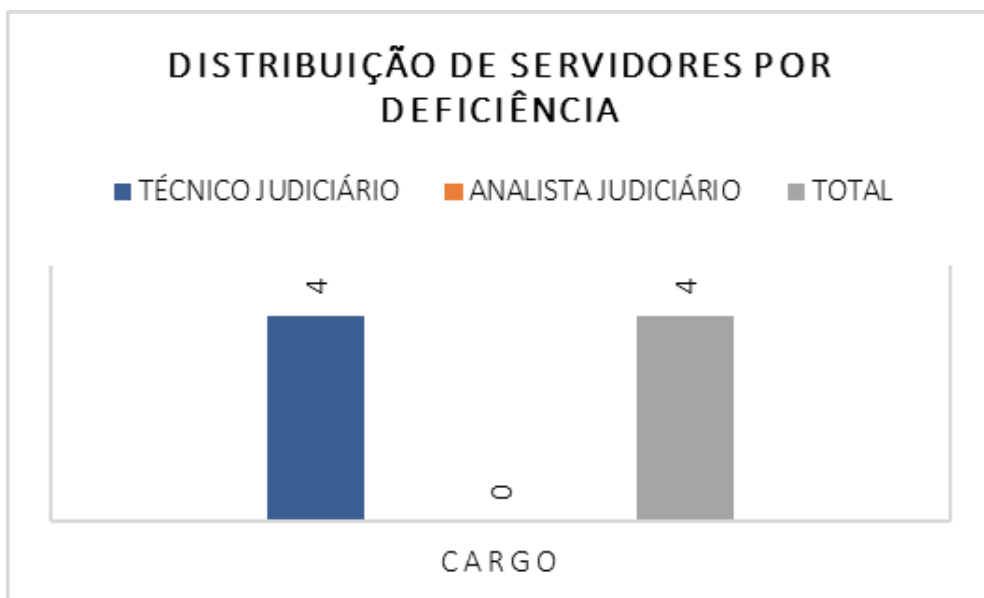
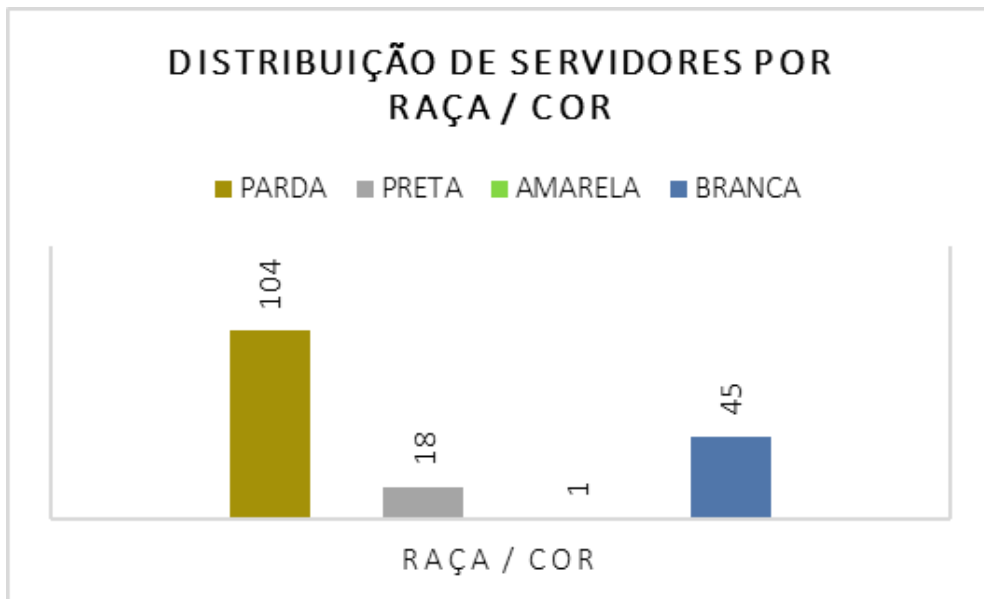
O quadro de pessoal efetivo da Justiça Eleitoral amapaense é constituído por servidoras e servidores ocupantes dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário. Os cargos são estruturados nas seguintes áreas de atividade, nos termos da Lei nº 11.416/2006: área judiciária, área administrativa e área de apoio especializado.

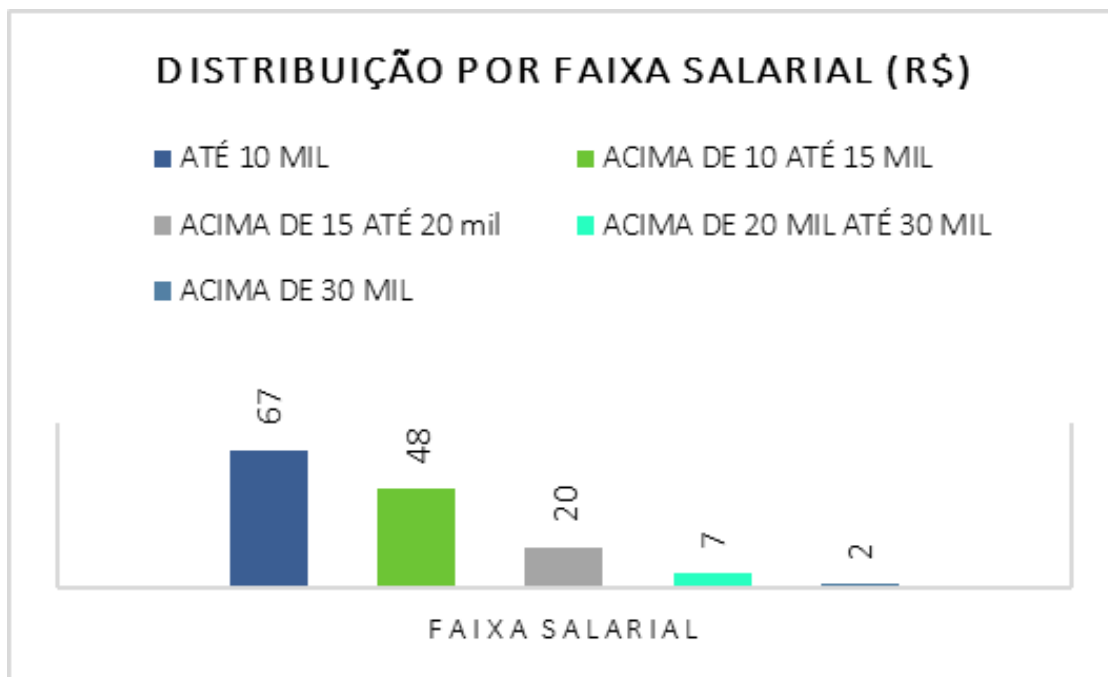
Os **servidores requisitados** que prestam serviço neste Tribunal têm sua requisição fundamentada na Lei nº 6.999/1982, Resolução TSE nº 23.527/2017 e Ac. TCU nº 199/2011 – Plenário. A requisição se assenta no diminuto quadro de servidoras e servidores efetivos.

Abaixo, são apresentados dados de caracterização do quadro de servidoras e servidores.







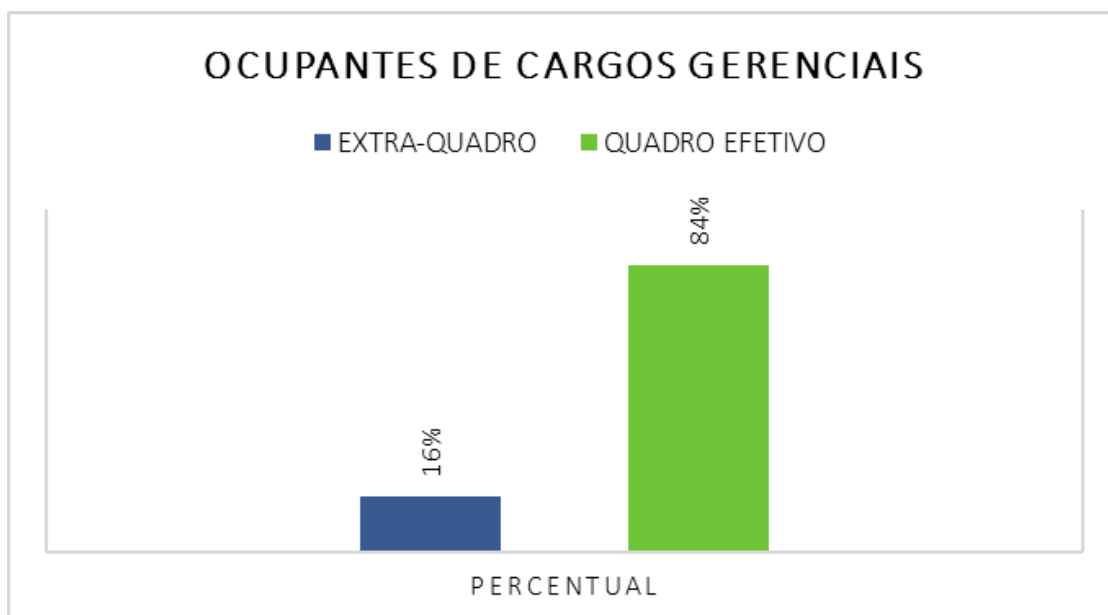


Notas:

(1) Dados extraídos do SGRH – Sistema de Gestão de Recursos Humanos.

(2) Faixa Salarial: total de servidores contidos na folha de pagamento:142, sendo excluídos os servidores requisitados, transpostos e removidos que não ocupam função ou cargo.

## Percentual de Cargos Gerenciais Ocupado por Servidoras e Servidores Efetivos e Igualdade de Oportunidade no TRE-AP



Os cargos gerenciais (cargos em comissão) são regulamentados pela Lei nº 11.416/2006, cuja norma define o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) destinados a servidoras e servidores do quadro de pessoal do TRE-AP.

## **Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas**

O recrutamento externo da Justiça Eleitoral Amapaense é realizado por meio de concurso público, em conformidade com o regramento previsto na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 8.112/1990 e na Resolução do TSE nº 23.724/2023.

No exercício de 2025, o provimento de cargos efetivos no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá ocorreu com base no Concurso Público Nacional Unificado da Justiça Eleitoral, realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral, destinado ao preenchimento de cargos vagos e à formação de cadastro de reserva para toda a Justiça Eleitoral.

Observadas as regras de provimento estabelecidas na Portaria TSE nº 236, de 27 de maio de 2025, o TRE-AP promoveu o preenchimento de cargos vagos de forma regular, mediante a nomeação de candidatos aprovados no referido certame. No período, foram providos 11 cargos efetivos, sendo 2 cargos de Analista Judiciário e 9 cargos de Técnico Judiciário, distribuídos entre as áreas Judiciária, Administrativa e de Apoio Especializado, conforme a necessidade institucional e o interesse da Administração. Permaneceram, ao final do exercício, 3 cargos efetivos vagos, cujo provimento observará os critérios administrativos e a disponibilidade orçamentária.

As movimentações internas, por sua vez, ocorrem mediante remoção, nos termos da Instrução Normativa TRE-AP nº 13/2018, e alocação de pessoal, observando-se os claros de lotação e buscando-se compatibilizar, sempre que possível, o perfil profissiográfico da servidora ou do servidor com as competências requeridas pela unidade a ser provida.

## **Situação de servidores com condições de aposentadoria**

Em 2025, cinco servidoras e quatro servidores estavam em condições de aposentadoria.



## Detalhamento da Despesa de Pessoal (ativo, inativo e pensionista) Evolução das Despesas de Pessoal e Justificativa para variação de valores

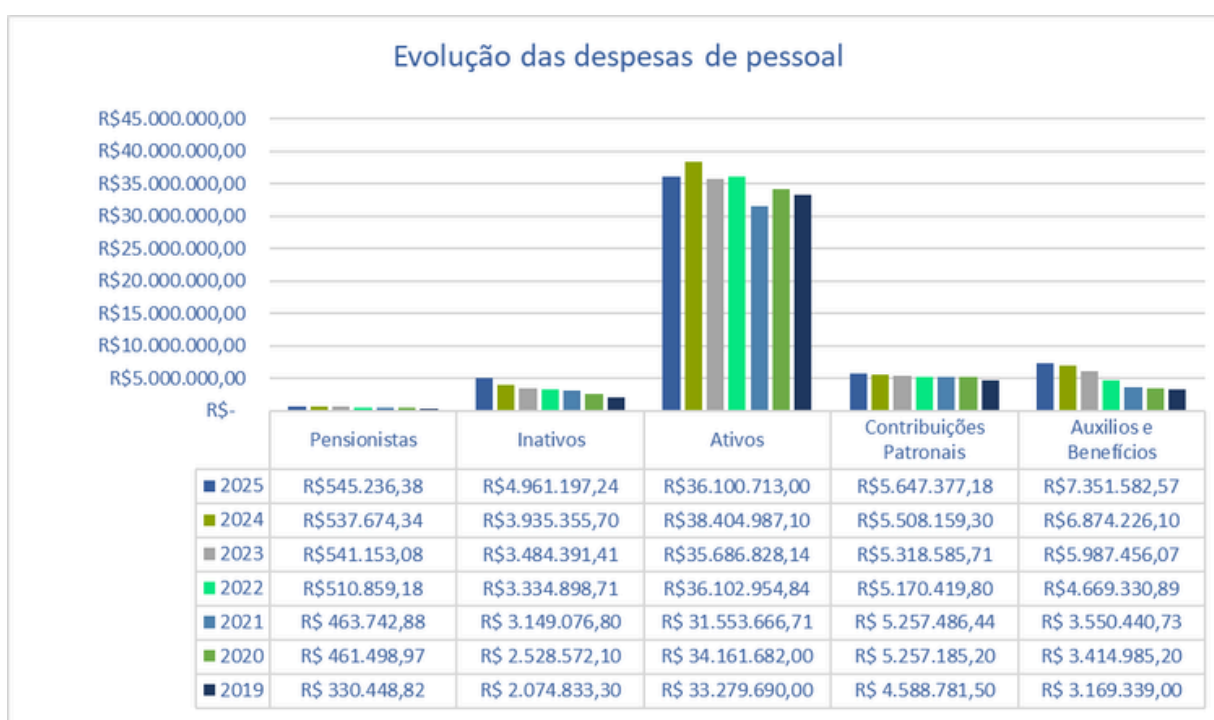
A despesa de pessoal na Justiça Eleitoral é peculiar à sua natureza. Há de se diferenciar os anos eleitorais dos não eleitorais.

**Pessoal ativo:** Em 2025, o Tribunal registrou decréscimo nas despesas com pessoal ativo em comparação ao ano de 2024, por não ser ano eleitoral, ainda que tenha ocorrido a implementação da 3ª parcela do reajuste, na remuneração das servidoras e dos servidores do quadro de pessoal do Poder Judiciário da União, promovido pela Lei nº 14.523/2023, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2025.

**Aposentados:** Houve acréscimo da despesa em 2025, devido o registro de 01 (uma) nova aposentadoria, bem como pela implementação da 3ª parcela do reajuste previstos na Lei 14.523/2023, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2025.

**Pensionistas:** Houve um acréscimo nos valores das despesas, devido a implementação da 3ª parcela do reajuste previstos na Lei 14.523/2023, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2025.

Abaixo, dados extraídos do SGRH-Sistema de Gestão de Recursos Humanos/TESOURO GERENCIAL:



## Tabela de Remuneração dos Servidores Efetivos

DADOS DO CARGO				VENCIMENTO BÁSICO	GRATIFICAÇÕES E SIMILARES												
CARREIRA / CLASSE / ESCOLARIDADE / PADRÃO					ATIVO E INATIVO	GAJ		PARCELAS VARIÁVEIS									
						ATIVO E INATIVO	ATIVO					ATIVO E INATIVO					
							140,0%	35%	1%	2%	3%	GAE	AQ Títulos				
ANALISTA	C	SUPERIOR	13	9.292,14	13.009,00	3.252,25	92,92	185,84	278,76	0,00	0,00	696,91	929,21	1.161,52			
			12	9.021,50	12.630,10	3.157,53	90,22	180,43	270,65	0,00	0,00	676,61	902,15	1.127,69			
			11	8.758,73	12.262,22	3.065,56	87,59	175,17	262,76	0,00	0,00	656,90	875,87	1.094,84			
			10	8.503,62	11.905,08	2.976,27	85,04	170,07	255,11	0,00	0,00	637,77	850,36	1.062,95			
			9	8.255,95	11.558,33	2.889,58	82,56	165,12	247,68	0,00	0,00	619,20	825,60	1.031,99			
			8	7.810,73	10.935,02	2.733,76	78,11	156,21	234,32	0,00	0,00	585,80	781,07	976,34			
	A	MÉDIO	7	7.583,23	10.616,52	2.654,13	75,83	151,66	227,50	0,00	0,00	568,74	758,32	947,90			
			6	7.362,37	10.307,33	2.576,83	73,62	147,25	220,87	0,00	0,00	552,18	736,24	920,30			
			5	7.147,92	10.007,10	2.501,77	71,48	142,96	214,44	0,00	0,00	536,09	714,79	893,49			
			4	6.939,75	9.715,65	2.428,91	69,40	138,80	208,19	0,00	0,00	520,48	693,98	867,47			
			3	6.565,50	9.191,71	2.297,93	65,66	131,31	196,97	0,00	0,00	492,41	656,55	820,69			
			2	6.374,26	8.923,96	2.230,99	63,74	127,49	191,23	0,00	0,00	478,07	637,43	796,78			
			1	6.188,61	8.664,05	2.166,01	61,89	123,77	185,66	0,00	0,00	464,15	618,86	773,58			
TÉCNICO	C	MÉDIO	13	5.663,47	7.928,86	1.982,21	56,63	113,27	169,90	0,00	283,17	424,76	566,35	707,93			
			12	5.498,51	7.697,90	1.924,48	54,99	109,97	164,96	0,00	274,93	412,39	549,85	687,31			
			11	5.338,36	7.473,69	1.868,43	53,38	106,77	160,15	0,00	266,92	400,38	533,84	667,30			
			10	5.182,88	7.256,03	1.814,01	51,83	103,66	155,49	0,00	259,14	388,72	518,29	647,86			
			9	5.031,90	7.044,67	1.761,17	50,32	100,64	150,96	0,00	251,60	377,39	503,19	628,99			
			8	4.760,56	6.664,79	1.666,20	47,61	95,21	142,82	0,00	238,03	357,04	476,06	595,07			
	A	MÉDIO	7	4.621,90	6.470,67	1.617,67	46,22	92,44	138,66	0,00	231,10	346,64	462,19	577,74			
			6	4.487,29	6.282,21	1.570,55	44,87	89,75	134,62	0,00	224,36	336,55	448,73	560,91			
			5	4.356,59	6.099,22	1.524,81	43,57	87,13	130,70	0,00	217,83	326,74	435,66	544,57			
			4	4.229,69	5.921,58	1.480,39	42,30	84,59	126,89	0,00	211,48	317,23	422,97	528,71			
			3	4.001,60	5.602,24	1.400,56	40,02	80,03	120,05	0,00	200,08	300,12	400,16	500,20			
			2	3.885,06	5.439,08	1.359,77	38,85	77,70	116,55	0,00	194,25	291,38	388,51	485,63			
			1	3.771,88	5.280,63	1.320,16	37,72	75,44	113,16	0,00	188,59	282,89	377,19	471,49			
AUXILIAR	C	MÉDIO	13	3.354,11	4.695,75	1.173,94	33,54	67,08	100,62	0,00	167,71	251,56	335,41	419,26			
			12	3.209,70	4.493,57	1.123,40	32,10	64,19	96,29	0,00	160,49	240,73	320,97	401,21			
			11	3.071,48	4.300,06	1.075,02	30,71	61,43	92,14	0,00	153,57	230,36	307,15	383,94			
			10	2.939,22	4.114,91	1.028,73	29,39	58,78	88,18	0,00	146,96	220,44	293,92	367,40			
			9	2.812,64	3.937,71	984,42	28,13	56,25	84,38	0,00	140,63	210,95	281,26	351,58			
			8	2.660,96	3.725,35	931,34	26,61	53,22	79,83	0,00	133,05	199,57	266,10	332,62			
	A	MÉDIO	7	2.546,38	3.564,94	891,23	25,46	50,93	76,39	0,00	127,32	190,98	254,64	318,30			
			6	2.436,73	3.411,42	852,86	24,37	48,73	73,10	0,00	121,84	182,75	243,67	304,59			
			5	2.331,80	3.264,51	816,13	23,32	46,64	69,95	0,00	116,59	174,89	233,18	291,48			
			4	2.231,38	3.123,94	780,98	22,31	44,63	66,94	0,00	111,57	167,35	223,14	278,92			
			3	2.111,05	2.955,47	738,87	21,11	42,22	63,33	0,00	105,55	158,33	211,11	263,88			
			2	2.020,14	2.828,20	707,05	20,20	40,40	60,60	0,00	101,01	151,51	202,01	252,52			
			1	1.933,15	2.706,41	676,60	19,33	38,66	57,99	0,00	96,66	144,99	193,32	241,64			

## Estratégia de Valorização por Desempenho

Com o objetivo de disponibilizar um processo contínuo de avaliação com foco em resultados, mesmo após a conclusão da carreira, vem sendo desenvolvido, em conformidade com as diretrizes da Instrução Normativa TRE-AP nº 8/2016, o Programa de Avaliação com Foco em Resultados (PAFOR). Em linhas gerais, esse programa envolve a formulação anual de um plano de ação individual, alinhado ao Planejamento Estratégico do órgão, apresentado por cada servidora e servidor e em sintonia com seu respectivo gestor. Ao término de cada período, é requerido que cada servidora e servidor apresente as evidências de suas realizações, as quais são avaliadas e quantificadas. Os desempenhos individuais e por unidade são divulgados, destacando e reconhecendo aqueles com melhor desempenho.

## Levantamento das Necessidades de Capacitação

O Plano Anual de Capacitação (PAC) representa uma ferramenta crucial adotada pelo TRE-AP para alcançar os objetivos estratégicos estabelecidos. A elaboração do PAC é fundamentada nas informações provenientes das Avaliações por Competência, as quais oferecem um diagnóstico das necessidades de capacitação (lacunas de competências). Com base na identificação das competências que requerem aprimoramento, é delineado um plano com foco na capacitação dos três grupos de competências do modelo, a saber, organizacionais, gerenciais e específicas. Adotando uma abordagem participativa e considerando as lacunas de competências identificadas, as unidades administrativas fornecem sugestões sobre a melhor maneira de desenvolver suas competências críticas.



### Capacitações em 2025

Ações Previstas: 30

Ações Realizadas: 90

Capacitados (magistradas, magistrados, servidoras e servidores): 168

## Estratégias para Alavancar o Desempenho e a Eficiência

Diversas iniciativas foram implementadas com o intuito de aprimorar a eficiência e melhorar o desempenho. Dentre essas, destacam-se: o Programa de Avaliação com Foco em Resultados (PAFOR), mencionado anteriormente; a busca pelo reconhecimento institucional por meio da ampla divulgação e destaque público de iniciativas individuais ou de unidades nos canais de comunicação deste Tribunal; a constante atualização e/ou desenvolvimento dos sistemas informatizados; a monitorização periódica do clima organizacional; a implementação de uma política de sucessões; a manutenção do teletrabalho; o enfrentamento ao assédio moral e sexual; e a realização contínua de eventos nas áreas de qualidade de vida, educação socioambiental, inclusão e ações solidárias, todos voltados para valorizar o ambiente e as condições de trabalho.



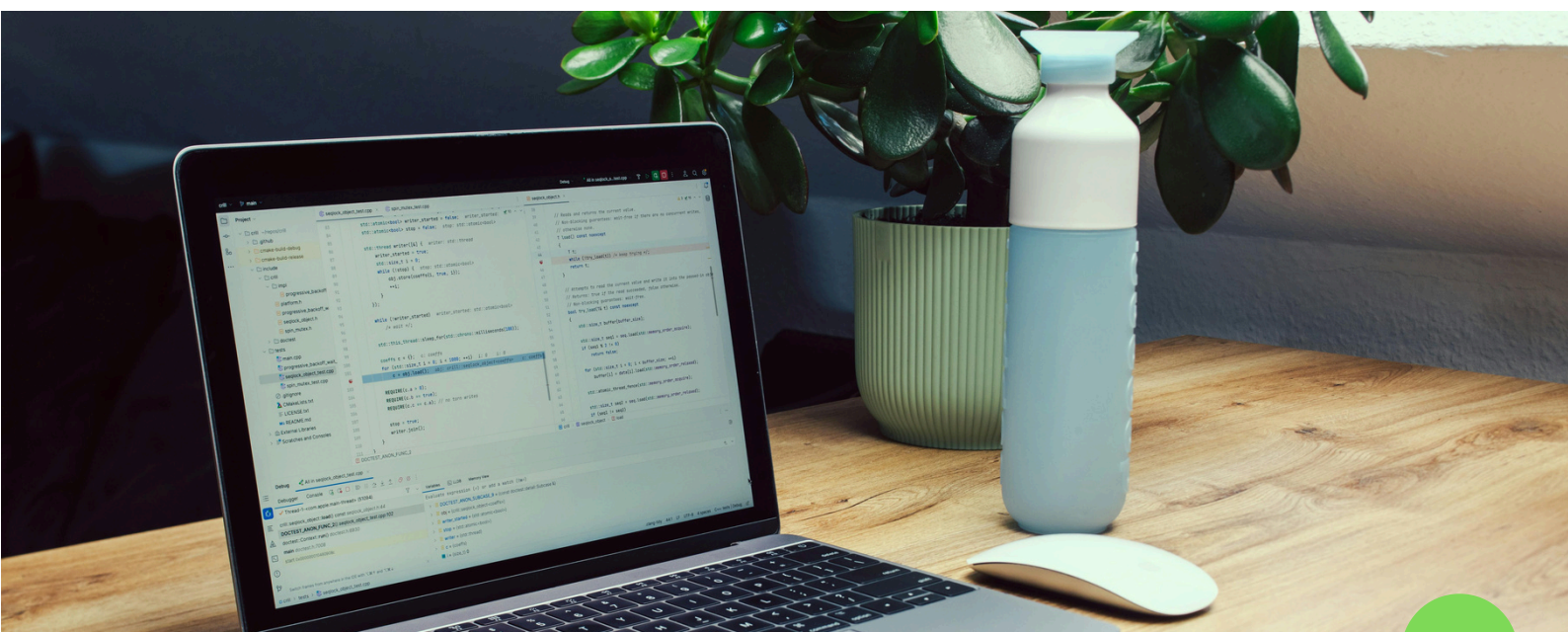
## Sistemas e Ferramentas de apoio

Na busca pela celeridade e eficiência, atualmente, de acordo com informações da Coordenadoria de Soluções Cooperativas, o TRE-AP conta com 131 sistemas informatizados, entre ferramentas com desenvolvimento próprio ou incorporadas ao parque tecnológico do órgão.

## Trabalho Remoto

O teletrabalho no âmbito da Justiça Eleitoral amapaense foi efetivamente implantado no ano de 2021, conforme previsto na Resolução CNJ nº 227/2016. Tal modalidade de trabalho é regulamentada, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, pela Portaria Presidência nº 250/2021 e pela Instrução Normativa TRE-AP nº 03/2021, encontrando-se alinhada ao Planejamento Estratégico do Tribunal. No exercício de 2025, atuaram em regime de teletrabalho neste Regional 17 (dezesete) servidores, sendo 7 (sete) vinculados ao regime de teletrabalho regulamentado pela Portaria Presidência nº 250/2021, mediante participação em edital, e 10 (dez) enquadrados na condição especial de trabalho na modalidade de teletrabalho, nos termos da Instrução Normativa TRE-AP nº 03/2021.

## Valorização do Ambiente e das condições de Trabalho



Principais Eventos – 2025	Categoria	Nº de Participantes
Semana da Saúde	Qualidade de Vida	86
Palestra “Saúde Mental em Foco”		73
Wokshop “Refeições Rápidas e Saudáveis”		13
Ação de Vacinação		181
Palestra “Autonomia na Terceira Idade”		55
Dia do Check-Up Visual		21
Ação de Saúde Bucal		30
Comemoração Dia do Trabalhador		80
Semana de Combate ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação		75
Comemoração Festa Junina		85
Comemoração Dia das Mães		120
Comemoração Dia dos Pais		130
Campanha “Setembro Amarelo”		120
Palestra “Vamos Conversar Sobre Saúde Mental”		73
Campanha “Outubro Rosa”		165
Semana da Servidora e do Servidor Público		130
Palestra “Mente, emoção e Ação: A Felicidade Como Uma Habilidade a Ser Construída”		57
Palestra “Prevenção do Câncer de Próstata”		16
Serviços de aferição de pressão arterial (PA), teste de glicemia e exame de bioimpedância		23



Ação de realização de exames periódicos		25
Olimpíadas dos Servidores Públicos Federais		80
Seminário Para Profissionais - Alcoólicos Anônimos		55
Arrecadação Donativos – Tartarugalzinho/Calçoene	Ação Solidária	60
Doação Itens de Higiene Pessoal Abrigo Ciã Katuá	Ação Solidária	65
Doação de brinquedos, roupas, acessórios Abrigo Ciã Katuá	Ação Solidária	43
Doação de alimentos Abrigo São José	Ação Solidária	82
Doação de alimentos Abrigo Padre Luigi Brusadelli	Ação Solidária	82
Campanha Solidária – Papai Noel dos Correios	Ação Solidária	73

*Nota. Os eventos estão abertos a magistrados (as), servidores (as), terceirizados (as) e estagiários (as)*



## Principais Desafios e Perspectivas futuras

O aperfeiçoamento da gestão de pessoas, superando a concepção tradicional de mera administração de recursos humanos, configura-se como um dos principais desafios estratégicos a serem enfrentados pelo TRE-AP. Em um contexto marcado por restrições orçamentárias, crescente complexidade das demandas institucionais e elevada exigência por eficiência e transparência, é necessária uma abordagem integrada, estratégica e orientada a resultados.

A otimização do desempenho institucional com recursos limitados, impõe a racionalização de processos, a adequada alocação da força de trabalho e o aproveitamento mais eficiente das competências individuais e coletivas. A gestão por competências, aliada a políticas de capacitação contínua e ao planejamento da força de trabalho, é instrumento essencial para alinhar os perfis profissionais às necessidades organizacionais.

A modernização dos processos de trabalho é alcançada por meio de sistemas informatizados. A automação de atividades rotineiras e repetitivas pode reduzir a sobrecarga de trabalho, mitigar riscos operacionais e permitir que os profissionais concentrem esforços em atividades estratégicas e analíticas. Essa transformação digital contribui diretamente para a sustentabilidade das operações e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

A gestão de pessoas no TRE-AP pretende avançar e consolidar a cultura organizacional orientada à inovação, ao bem-estar e ao engajamento das servidoras e dos servidores. Iniciativas voltadas à qualidade de vida no trabalho, à valorização profissional, à liderança humanizada e à gestão do conhecimento tendem a assumir papel central na construção de um ambiente institucional mais resiliente, colaborativo e preparado para os desafios eleitorais vindouros.

## Ações e Perspectivas para os Próximos Exercícios

- Apresentação de nova proposta para implantação de banco de talentos e seleção de cargos e funções comissionadas com base em competências, com foco na ampliação da meritocracia;
- Continuar a implementação de metodologia para o dimensionamento da força de trabalho, mais especificamente no 2º grau;
- Implementar ações de compartilhamento e reflexão sobre o Código de Ética do TRE-AP
- Ampliar a cultura de combate ao assédio no trabalho;
- Implementar ações de conscientização de cuidados com a saúde de janeiro/dezembro (Saúde em Todas as Cores)

Estabelecer e regulamentar a política de gestão de pessoas do TRE-AP.

## 5.2 Gestão de Tecnologia da Informação

Para assegurar a conformidade legal, a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) observa e aplica orientações e diretrizes estabelecidas pelo TSE e pelos órgãos dos controles TCU e CNJ. Orienta-se também por modelos internacionais de boas práticas relacionadas à governança e gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e por normativos internos elaborados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amapá. No link abaixo é possível encontrar a lista, não exaustiva, dos normativos aplicados à Secretaria de Tecnologia da Informação (STI).

**Link:**<https://www.tre-ap.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/governanca-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-1>



## Modelo de Governança de TI

O Modelo de Governança de TIC do TRE-AP alinha-se às orientações da Resolução CNJ 370/2021 e na Resolução TRE-AP nº 457/2016, que dispõe sobre a Governança de Tecnologia da Informação no TRE-AP.

Além disso, foram estabelecidas duas instâncias de Governança e Gestão de TIC no TRE-AP. A primeira é o Comitê de Governança de Tecnologia e Comunicação (CGOVTIC), que tem natureza estratégica, é formada pelos Secretários das Unidades e o Diretor Geral, conforme estabelecido na Portaria TRE-AP nº 240-2018, e é responsável por:

- Deliberar políticas e diretrizes de tecnologia da informação alinhadas ao planejamento estratégico do Tribunal;
- Orientar o desenvolvimento e aprovar o planejamento estratégico de tecnologia da informação do Tribunal;
- Orientar o desenvolvimento e aprovar o planejamento diretor de tecnologia da informação do Tribunal;
- Estabelecer o plano de investimentos em tecnologia da informação;
- Estabelecer o plano de aquisição de bens e contratação de serviços de tecnologia da informação;
- Recomendar à Secretaria do Tribunal a priorização de projetos e atividades de tecnologia da informação aprovados pelo comitê;
- Acompanhar e monitorar a execução de projetos de tecnologia da informação.

A segunda, regida pela Portaria TRE-AP nº 241-2018, é o Comitê de Gestão de TIC (CGTIC), formado pelo Secretário e Coordenadores da STI. É responsável pela elaboração, acompanhamento e monitoramento dos aspectos táticos da Gestão de TIC. O instrumento utilizado para alinhar as iniciativas de TI à estratégia organizacional é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2021-2026, instituído pela Portaria TRE-AP nº 180/2021.

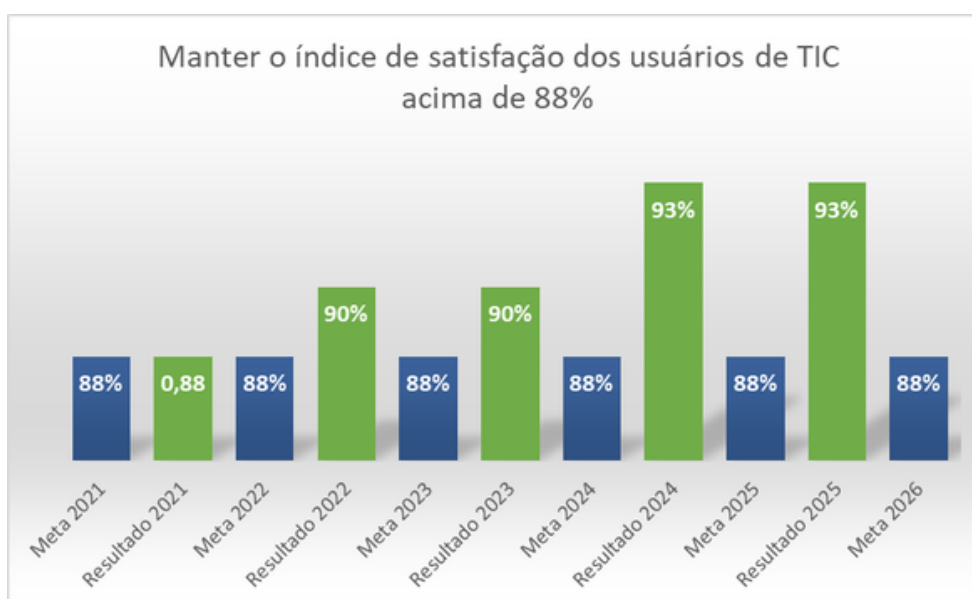
A transparência dos atos é assegurada através das publicações realizadas no Portal de Governança de TIC do TRE-AP.

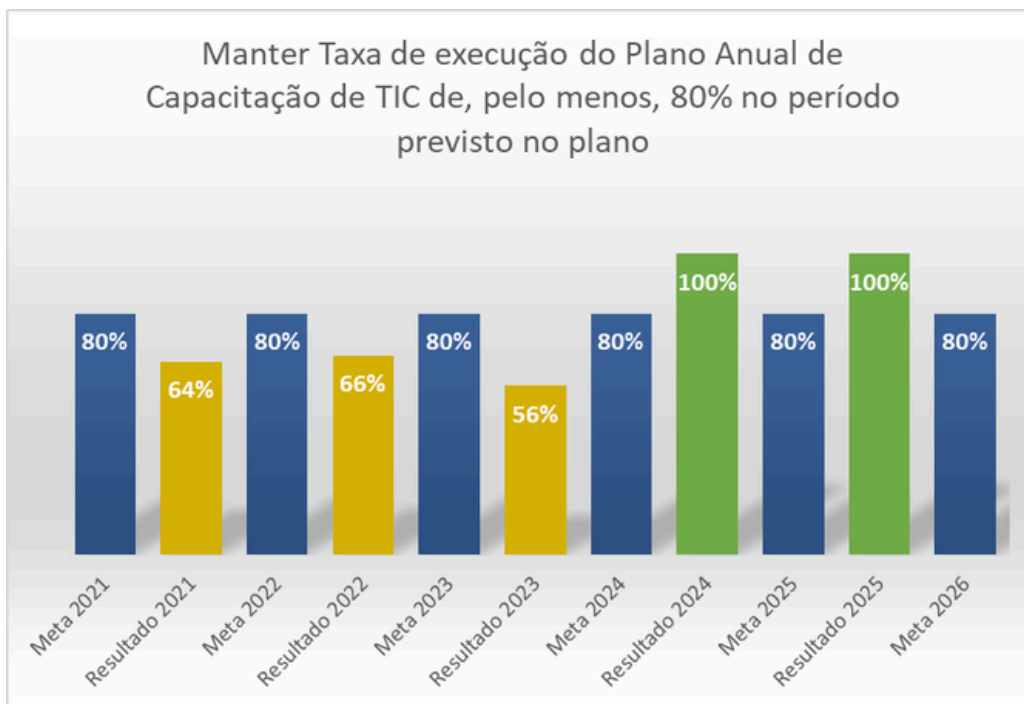
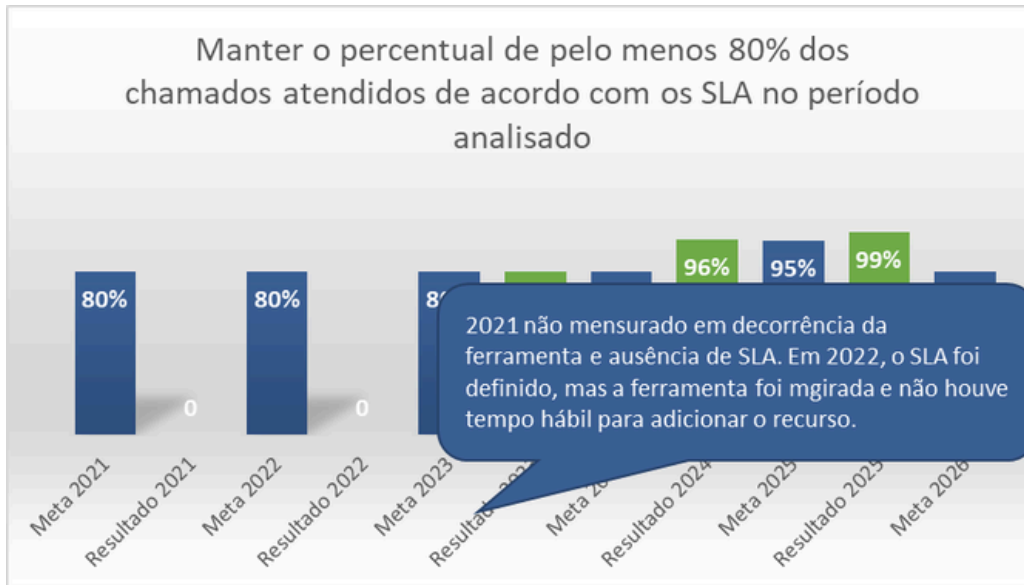
## Plano Diretor de Tecnologia da Informação – Indicadores Estratégicos

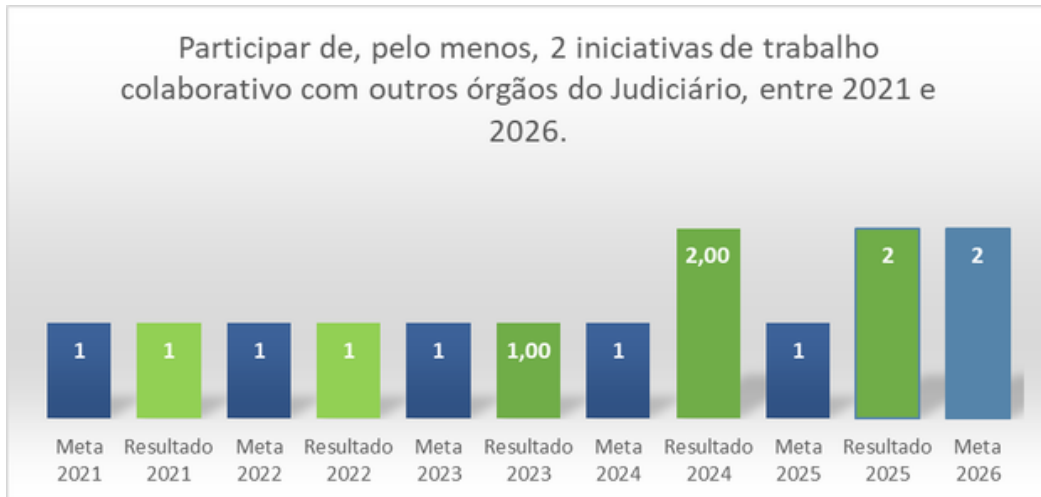
Com o fim da vigência do Planejamento Estratégico de TIC (PETIC) 2016-2021 e do Plano Diretor de Tecnologia 2020-2021, resolveu-se estabelecer um novo PDTIC (Portaria TRE-AP nº 180/2021) com vigência de 6 anos (2021 a 2026), que passou a contemplar, além dos aspectos táticos, os aspectos estratégicos de tecnologia da informação, dispensando-se, portanto, o desenvolvimento de novo PETIC.



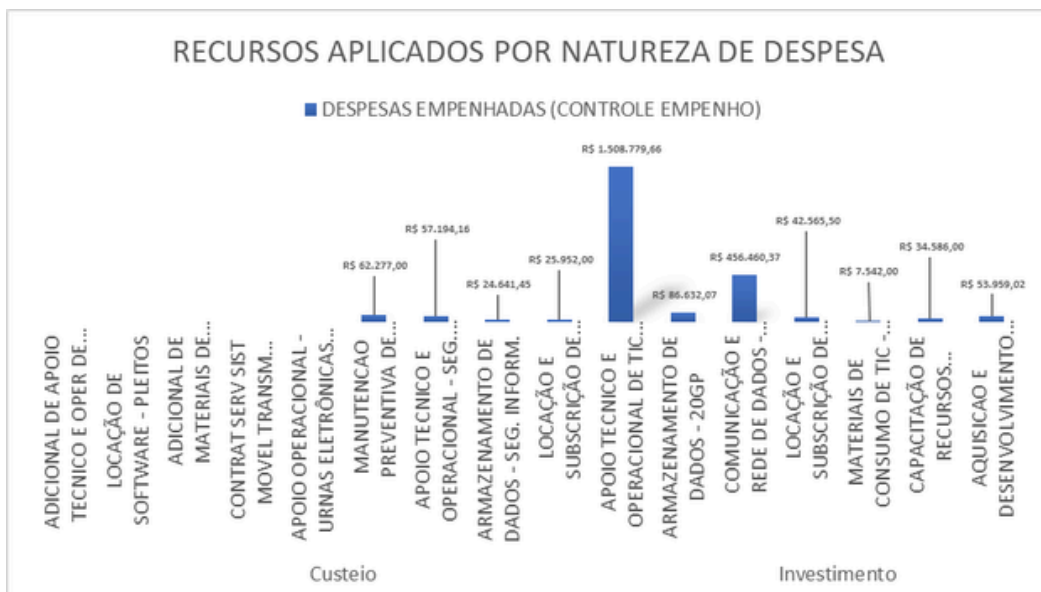
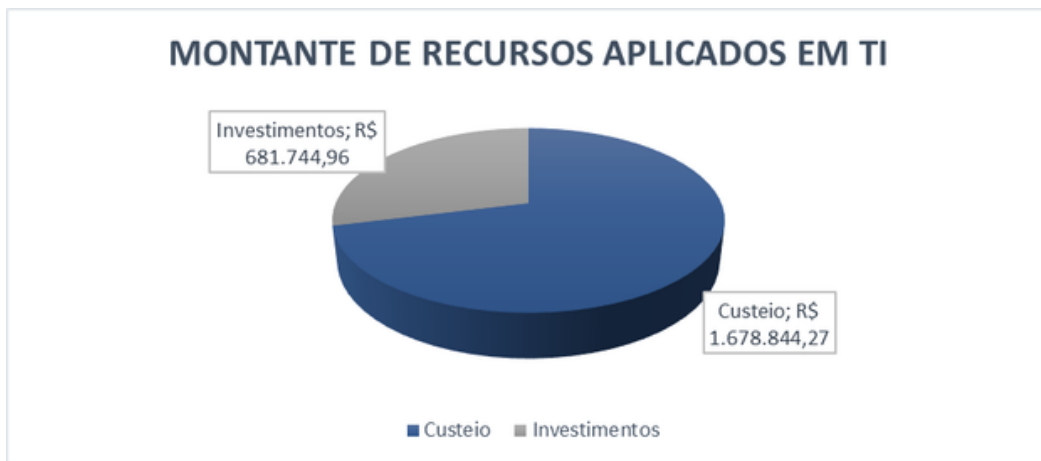
Assim, o PDTIC foi alinhando à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário e foi consolidado com os objetivos estratégicos e indicadores de resultado. Abaixo serão apresentados os resultados atingidos nos indicadores de resultados estabelecidos no PDTIC 2021-2026.







### Montante de recursos aplicados em TI



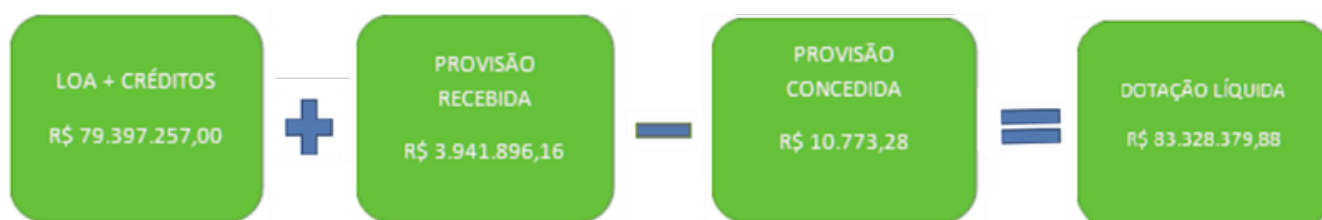
## Gestão de aquisições e contratos

### Gestão orçamentária e financeira

#### Orçamento total aprovado

A Lei Orçamentária Anual – LOA 2025 destinou à Justiça Eleitoral do Amapá o montante de R\$ 68,8 milhões. Ao longo do exercício, foram realizadas alterações orçamentárias que elevaram a dotação inicial para R\$ 79 milhões. O acréscimo de R\$ 10,2 milhões destinou-se, principalmente, à complementação de recursos para atender despesa com pessoal, encargos sociais e benefícios, incluindo reajustes do auxílio-alimentação e da assistência pré-escolar.

Além do orçamento ordinário necessário à manutenção das atividades institucionais, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá contou com provisão de créditos por parte do Tribunal Superior Eleitoral. Esses recursos suplementares visaram atender despesas relacionadas às seguintes despesas: Pleitos Eleitorais, Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor e Gestão da Política de Segurança da Informação e Cibernética. Como resultado, a dotação líquida total alcançou R\$ 83 milhões.



### Alocação de recursos

Despesas empenhadas por ação orçamentária: a execução das ações presentes na Lei Orçamentária Anual – LOA/2025, nas Suplementações de Créditos e Provisões Recebidas ocorreu de forma satisfatória, atingindo o percentual de 99,74% em relação à dotação líquida.

<b>Ação Orçamentária</b>	<b>LOA + Créditos</b>	<b>Provisão Recebida</b>	<b>Provisão Concedida</b>	<b>Despesa Empenhada</b>	<b>%</b>
Ativos Cíveis da União	40.378.529,00			40.378.528,52	100
Aposentadorias e Pensões	5.524.897,00			5.514.397,78	99,81
Contribuição da União	5.470.145,00			5.434.592,96	99,35
Benefícios Obrigatórios aos Servidores	3.975.209,00			3.806.546,57	95,76
Assistência Médica e Odontológica	3.515.983,00			3.515.983,00	100
Ajuda de Custo para Moradia	29.053,00			29.053,00	100
Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na JE	20.503.441,00	11.131,70	10.773,28	20.503.799,42	100
Pleitos Eleitorais		62.277,00		62.277,00	100
Gestão da Política de Segurança da Informação e Cibernética		3.126.912,75		3.126.746,63	99,99
Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor		741.574,71		741.574,71	100
<b>TOTAL</b>	<b>79.397.257,00</b>	<b>3.941.896,16</b>	<b>10.773,28</b>	<b>83.113.499,59</b>	<b>99,74</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

## Execução da Despesa

Os objetivos e metas propostos pelo TRE/AP foram plenamente alcançados, evidenciando responsabilidade e eficiência na gestão. As ações contempladas na LOA/2025, bem como nos créditos adicionais e nas provisões recebidas foram executadas de forma satisfatória, resultando nos seguintes percentuais em relação à Dotação Líquida:

DOTAÇÃO LÍQUIDA	EMPENHADO	%	LIQUIDADO	%	PAGO	%
83.328.379,88	83.113.499,59	99,74	83.113.499,59	100	83.113.499,59	100

Fonte: Tesouro Gerencial

Execução por categoria econômica em comparação a 2024: as despesas realizadas pelo órgão classificam-se em duas categorias econômicas: despesas correntes e despesas de capital, que representam o conjunto de gastos públicos indispensáveis para atender às demandas da sociedade e assegurar o funcionamento da estrutura administrativa.

Em relação ao exercício de 2024, houve redução no volume total das despesas, principalmente devido à ausência de gastos associados à realização das Eleições. Por outro lado, observou-se um aumento das despesas de capital em comparação ao ano anterior, decorrente das provisões de segurança da informação descentralizadas pelo TSE. No exercício de 2025 as despesas empenhadas atingiram o montante de R\$ 83 milhões. Quanto às despesas pagas, verificou-se que 97,67% correspondem a despesas correntes e 2,33% a despesas de capital.

DESPESAS CORRENTES				
GRUPO DE DESPESA	Empenhada		Valores Pagos	
	2024	2025	2024	2025
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	52.439.474,71	51.327.519,26	52.391.843,88	51.327.519,26
<b>Outras Despesas Correntes</b>	36.597.878,85	29.847.135,31	36.125.795,13	29.847.135,31
Fonte: Tesouro Gerencial <b>TOTAL</b>	<b>89.037.353,56</b>	<b>81.174.654,57</b>	<b>88.517.639,01</b>	<b>81.174.654,57</b>

DESPESAS DE CAPITAL				
GRUPO DE DESPESA	Empenhada		Valores Pagos	
	2024	2025	2024	2025
<b>Investimento</b>	1.239.527,00	1.938.845,02	1.190.299,25	1.938.845,02
<b>TOTAL</b>	<b>1.239.527,00</b>	<b>1.938.845,02</b>	<b>1.190.299,25</b>	<b>1.938.845,02</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

### Execução por grupo e elemento de despesa em comparação a 2024:

Verificou-se redução do total de gastos nos grupos Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes em relação ao exercício de 2024, em razão da ausência de despesas vinculadas à ação Pleitos Eleitorais, tradicionalmente responsável por acréscimos significativos nessas categorias. Por outro lado, observou-se aumento no grupo Investimentos, motivado pela ampliação das provisões destinadas à segurança da informação, descentralizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Quanto à composição das despesas pagas no exercício, verifica-se a seguinte distribuição:

- 61,75% – Pessoal e Encargos Sociais
- 35,92% – Outras Despesas Correntes
- 2,33% – Investimentos

Os resultados refletem a estrutura típica de custeio da Justiça Eleitoral, com predominância das despesas obrigatórias e reforço em ações de tecnologia e segurança da informação.



anterior



próximo



GRUPO 1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						
ELEMENTO DE DESPESA	Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Vencimentos e Vantagens Fixas (319011)	34.541.059,51	36.769.192,88	34.541.059,51	36.769.192,88	34.541.059,51	36.769.192,88
Obrigações Patronais (319113)	5.549.608,91	5.693.635,78	5.549.572,17	5.693.635,78	5.549.572,17	5.693.635,78
Demais Elementos do Grupo	12.348.806,29	8.864.690,60	12.304.230,41	8.864.690,60	12.301.212,20	8.864.690,60
<b>TOTAL</b>	<b>52.439.474,71</b>	<b>51.327.519,26</b>	<b>52.394.862,09</b>	<b>51.327.519,26</b>	<b>52.391.843,88</b>	<b>51.327.519,26</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

GRUPO 3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
ELEMENTO DE DESPESA	Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica (339039)	9.472.581,99	7.520.227,46	9.472.581,99	7.520.227,46	9.450.814,10	7.520.227,46
Locação de Mão de Obra (339037)	9.886.458,91	9.394.416,16	9.886.458,91	9.394.416,16	9.632.259,39	9.394.416,16
Demais Elementos do Grupo	17.238.837,95	12.932.491,69	17.238.837,95	12.932.491,69	17.042.721,64	12.932.491,69
<b>TOTAL</b>	<b>36.597.878,85</b>	<b>29.847.135,31</b>	<b>36.597.878,89</b>	<b>29.847.135,31</b>	<b>36.125.795,13</b>	<b>29.847.135,31</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Grupo 4. INVESTIMENTOS						
ELEMENTO DE DESPESA	Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Equipamentos e Materiais Permanentes (449052)	1.201.160,00	1.938.845,02	1.201.160,00	1.938.845,02	1.151.932,25	1.938.845,02
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (449040)	550.057,00	0	541.177,00	0	541.177,00	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.751.217,00</b>	<b>1.938.845,02</b>	<b>1.751.217,00</b>	<b>1.938.845,02</b>	<b>1.751.217,00</b>	<b>1.938.845,02</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

**Execução de Restos a Pagar:** consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro. A redução na inscrição de restos a pagar, em comparação ao exercício de 2024, decorre do aperfeiçoamento do processo de planejamento e da execução orçamentária, o que permitiu maior aderência entre programação e execução da despesa. Esse aperfeiçoamento contribuiu para minimizar o impacto sobre o limite financeiro do exercício seguinte, mantendo a conformidade com as restrições impostas pela Emenda Constitucional nº 95/2016.

RESTOS A PAGAR 2024				
ESPECIFICAÇÃO	Inscrito		Valores Pagos	
	2024	2025	2024	2025
Restos a Pagar não Processados	44.612,62	0	1.143.280,55	44.612,62
Restos a Pagar Processados	524.329,68	0	0	524.329,68
<b>TOTAL</b>	<b>568.942,30</b>	<b>0</b>	<b>1.143.280,55</b>	<b>568.942,30</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

## Contingenciamento

A Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Entre suas determinações, prevê a necessidade de contingenciamento de crédito sempre que houver frustração na arrecadação das receitas estimadas na Lei Orçamentária Anual.

No exercício de 2025, não houve a necessidade de contingenciamento de crédito no âmbito do TRE/AP.

## Limite de pagamento instituído pela emenda constitucional nº 95/2016

A Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, estabeleceu limites para as despesas primárias da União, incluindo aquelas realizadas no âmbito da Justiça Eleitoral. Nesse contexto, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) coordenou o processo orçamentário e financeiro dos Tribunais Regionais Eleitorais, definindo e divulgando os limites de pagamento aplicáveis a cada unidade.

No exercício de 2025, o TRE/AP observou integralmente o limite de pagamento previsto no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 95/2016.

## Desempenho orçamentário-financeiro

O Planejamento Estratégico do TRE/AP para o período de 2021 a 2026 definiu Objetivos Estratégicos voltados ao aprimoramento do desempenho institucional, entre eles o Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira. Esse objetivo busca consolidar uma cultura de alocação eficiente dos recursos, garantindo que os gastos sejam direcionados às necessidades prioritárias e essenciais, de modo a alcançar resultados eficazes com os recursos aprovados nos orçamentos anuais.

Os resultados obtidos evidenciam um excelente nível de aproveitamento dos recursos públicos, com a prevenção de desperdícios e a promoção de ganhos efetivos na prestação dos serviços desta Justiça Especializada.

## OBJETIVO ESTRATÉGICO: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira (Custeio e Investimento)

Indicador	Periodicidade	Meta Prevista para 2025	Meta Apurada em 2025
Execução do limite de Pagamento	Anual	>= 88,8%	100%
Execução das Dotações para Despesas Discricionárias	Anual	>= 93,8%	100%
Execução das Dotações para Projetos	Anual	97%	100%

Notas:

1. Execução do limite de Pagamento: indica o percentual de execução do limite de pagamento;
2. Execução das Dotações das Despesas Discricionárias: indica o grau de aproveitamento das dotações aprovadas no orçamento. Envolvem gastos com a manutenção do órgão, tais como contratos, aquisição de materiais de consumo e permanente, etc;
3. Execução das Dotações para Projetos: mede o grau de aproveitamento das dotações para as despesas discricionárias, aprovadas no orçamento e em créditos adicionais, classificadas como projetos/investimentos.

O Planejamento Estratégico do TRE/AP 2021/2026 está disponível em <https://www.tre-ap.jus.br/institucional/mapa-estrategico/planejamento-estrategico>

### Transparência na gestão orçamentária, financeira e fiscal

Ao longo do exercício, o Tribunal adotou medidas para ampliar a transparência das informações relativas à gestão orçamentária, financeira e fiscal. Em seu sítio eletrônico, essas informações são disponibilizadas na área Transparência e Prestação de Contas, que se consolidou como um importante instrumento de gestão ao permitir que a sociedade tenha pleno acesso e acompanhamento dos dados referentes a esses temas.

As publicações podem ser consultadas no seguinte endereço: <https://www.tre-ap.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal>

## Principais desafios e ações futuras

### Desafios

- Manter o pleno funcionamento da Secretaria e das Zonas Eleitorais do Estado, mesmo diante das restrições imposta pelo Novo Regime Fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016.
- Aperfeiçoar o alinhamento entre o planejamento estratégico e a execução orçamentária, garantindo maior coerência entre as necessidades institucionais e a alocação dos recursos.

### Ações Futuras

- Dar continuidade às iniciativas voltadas à racionalização das despesas, assegurando o uso eficiente dos recursos públicos.
- Adotar boas práticas de gestão orçamentária e financeira já implementadas pelos Tribunais Regionais Eleitorais e pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- Sensibilizar os gestores para a importância do aprimoramento contínuo da gestão orçamentária e financeira em suas unidades.

## Coordenadoria de serviços gerais

As contratações mais relevantes efetivadas durante o exercício 2025 no valor total estimado em R\$ 11.437.587,26 (onze milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e seis centavos), compreendem serviços e aquisições visando o favorecimento da Justiça Eleitoral do Amapá como um todo, atendendo demandas da secretaria do Tribunal e todas as Zonas Eleitorais.

Com foco na peculiaridade da Justiça Eleitoral que reflete considerável aumento no consumo de determinados bens e serviços continuados em ano de realização de eleições, o TRE/AP vem otimizando a instrução dos processos licitatórios contratando os serviços e fornecimentos continuados com vigência mínima de 2 (dois) anos, prorrogáveis, e planejamento para aplicação em ano não eleitoral e ano eleitoral; é o caso das contratações de fornecimento de combustível e locação de veículos, por exemplo.



## Pregão eletrônico

SERVIÇO/BEM	VALOR	ÁREAS FAVORECIDAS	OBJETIVO ESTRATÉGICO ASSOCIADO	JUSTIFICATIVA
Aquisição de 4 (quatro) veículos elétricos	R\$ 550.791,06	Secretaria do TRE/AP, Núcleo de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão - NSAI	Garantia dos Direitos da Cidadania; Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional; Promoção da Sustentabilidade; Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	A aquisição está enquadrada no Projeto <u>EcoFrota</u> do TRE/AP, visando substituição gradual de parte de sua frota veicular atual por modelos elétricos, promovendo a adoção de práticas de transporte sustentável na administração pública. O projeto combina inovação, responsabilidade fiscal e ambiental, visando à melhoria da eficiência logística e à redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE).
Registro de preços para aquisição de condicionadores de ar inverter	R\$ 666.085,00	Secretaria do TRE/AP, Zonas Eleitorais, Núcleo de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão - NSAI	Promoção da Sustentabilidade	Atualmente 70% (223/321) dos equipamentos não são de <u>tecnologia Inverter</u> . Além disso, mais de metade dos equipamentos já possuem mais de 10 anos de uso. A utilização por um período superior a 10 anos traz algumas consequências nocivas a administração, como: o excesso de manutenções corretivas, uma vez que passa a apresentar defeitos com maior frequência, e demanda de mais peças de reposição. Isso aumenta o valor despendido com manutenções e deslocamentos, além de proporcionar frequentes transtornos e riscos à saúde dos servidores e público usuário da Justiça Eleitoral Amapaense, uma vez que os equipamentos antigos propiciam a existência de curtos-circuitos nas instalações elétricas, podendo levar até mesmo a produção de chamas no local ou incêndio da edificação.
Serviço de agenciamento de viagens (passagens aéreas)	R\$ 430.368,39	Secretaria do TRE/AP, Zonas Eleitorais, Coordenadoria de Desenvolvimento - CODES, Escola Judicial Eleitoral - EJE	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional; Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	Os serviços de limpeza, copeiragem, garçom, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de manutenção predial, recepção, secretariado, jardinagem, auxiliar de almoxarife, e encarregado, são contínuos e necessários para o adequado funcionamento da Justiça Eleitoral no Amapá, por se tratarem de categorias de trabalho que oferecem suporte à realização da atividade-fim desse órgão especializado.



<p>Registro de preços para serviços de manutenção predial</p>	<p>R\$ 880.000,00</p>	<p>Secretaria do TRE/AP, Zonas Eleitorais, Seção de Obras e Manutenção de Imóveis - SOMI</p>	<p>Promoção da Sustentabilidade; Aperfeiçoamento da Gestão <u>Administrativa e da Governança</u> Judiciária; Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira</p>	<p>Investir em manutenção predial é uma medida responsável e estratégica para preservar os ativos físicos e o bem-estar dos servidores e colaboradores. A contratação de uma empresa especializada em manutenção predial é essencial para garantir a segurança, conforto e preservação das instalações físicas do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Isso inclui a realização de manutenções preventivas e corretivas em sistemas vitais, como elétricos, hidráulicos e de incêndio, além de serviços de alvenaria, serralheria e vidraçaria.</p>
<p>Serviço de telefonia móvel</p>	<p>R\$ 237.998,40</p>	<p>Secretaria do TRE/AP, Zonas Eleitorais</p>	<p><u>Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade</u>; Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional; Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais; Promoção da Sustentabilidade; Aperfeiçoamento da Gestão <u>Administrativa e da Governança</u> Judiciária; <u>Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas</u>; Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira.</p>	<p>O Serviço Móvel Pessoal - SMP objetiva garantir a comunicação de dados e voz, bem como o acesso à Internet pelos Servidores lotados no TRE-AP e Cartórios Eleitorais, quando fora do ambiente habitual de trabalho, em trânsito, em atividades remotas, ou em caso de falha nos serviços e equipamentos corporativos utilizados para esta finalidade.</p>

<p>Registro de preços para aquisição de ativos de rede e segurança da informação</p>	<p>R\$ 437.077,41</p>	<p>Secretaria do TRE/AP, Zonas Eleitorais, Secretaria de Tecnologia da Informação - STI</p>	<p>Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional; Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais; Promoção da Sustentabilidade; Aperfeiçoamento da Gestão <u>Administrativa e da Governança</u> Judiciária; Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira; Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados</p>	<p>As crescentes demandas, que incluem a utilização de diversos sistemas como PJe, SEI, acesso à Internet, videoconferências, transmissões de vídeo, entre outros, tornam virtualmente impossível a execução das atividades das diversas áreas deste Tribunal sem uma comunicação eficaz na rede de dados. Ainda, com a crescente necessidade de Tecnologias da Informação e Comunicação, cresce também a importância dos dados que trafegam pela rede, o que demanda uma atenção especial em relação à segurança da informação, sobretudo no âmbito deste Tribunal, visto que <u>tem como</u> missão a garantia da legitimidade do processo eleitoral, a fim de fortalecer a democracia.</p>
<p>Serviço terceirizado de limpeza e serviços gerais</p>	<p>R\$ 6.209.196,00</p>	<p>Secretaria do TRE/AP, Zonas Eleitorais, Coordenadoria de Serviços Gerais</p>	<p>Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional; Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira</p>	<p>Os serviços de limpeza, copeiragem, garçom, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de manutenção predial, recepção, secretariado, jardinagem, auxiliar de almoxarife, e encarregado, são contínuos e necessários para o adequado funcionamento da Justiça Eleitoral no Amapá, por se tratarem de categorias de trabalho que oferecem suporte à realização da atividade-fim desse órgão especializado.</p>

A utilização de sistemas de Inteligência Artificial aplicáveis na elaboração dos instrumentos de contratações e na gestão dos contratos é sem dúvida uma das principais metas e desafios em curso. A organização vem promovendo ações de capacitação e ofertando ferramentas externas e de desenvolvimento próprio para os agentes de contratações, fortalecendo o amadurecimento uniforme das diversas unidades envolvidas na busca contínua pela otimização, agilidade, transparência e melhor aplicação do orçamento disponível.

## **Cooordenadoria de material e patrimônio**

### **Totais de dispensa de licitação e inexigibilidade de licitação de 2025**

Apresentamos abaixo um quadro-resumo com o total de contratações diretas mais relevantes, relativas às necessidades e funcionamento do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, bem como à capacitação técnica especializada e os serviços de apoio administrativo.

Para que o TREAP possa atingir sua missão institucional, adotam-se as boas práticas da gestão de licitações e contratos como objetivos estratégicos, que visam criar condições para que sejam essas finalidades atingidas na sua totalidade.

O fornecimento de equipamentos, suporte e garantia da infraestrutura da rede de alta performance e manutenção de ambiente de dados digitais estão entre as contratações relevantes referentes à Tecnologia da Informação – TI.

Importante ressaltar que as contratações referidas têm como justificativa o objetivo de garantir a infraestrutura do ambiente de dados digitais, bem como a segurança das informações e atualização das soluções de processamento de dados. Entre outros, também se justifica pela necessidade de oferecer infraestrutura física adequada ao funcionamento das atividades institucionais do TREAP, bem como para qualificação profissional de servidores para o bom desempenho das atividades especializadas, em suas áreas.

Vale destacar que quanto à conformidade legal, dentre as contratações efetuadas, os principais enquadramentos são:

### **Dispensa de Licitação pela Lei 14.133/21:**

a)Dispensa de Licitação (na forma eletrônica e na forma não eletrônica), pelo valor (até R\$ 65.492,11), para aquisição de material e/ou de serviços, capitulados no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21, atualizado pelo Decreto 12.807/2025.

b)Dispensa de Licitação (na forma não eletrônica), para contratação emergencial, capitulado no art. 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/21

## Inexigibilidade de Licitação pela Lei 14.133/21:

a) Inexigibilidade de Licitação para treinamento e capacitação de servidores públicos, fundamentada no artigo 74, I, da Lei 14.133/2021;

b) Inexigibilidade de Licitação para treinamento e capacitação de servidores públicos, fundamentada no artigo 74, III, letra “f”, da Lei 14.133/2021; e

c) Inexigibilidade de Licitação para contratação de serviços de revistas especializadas, capituladas no artigo 74, caput e inciso III, “c” da Lei 14.133/2021.

Finalidade (Lei 14.133/21)	Valor
<b>Dispensa não eletrônica</b> (art. 75, inciso VIII)	<b>93.270,30</b>
<b>Dispensa não eletrônica</b> (art. 75, inciso II)	<b>58.050,00</b>
<b>Dispensa não eletrônica</b> (art. 75, inciso IX da Lei nº 14.133/21.)	<b>150.000,00</b>
<b>Dispensa Eletrônica</b> (art. 75, inciso II)	<b>85.518,81</b>
<b>TOTAL DA DISPENSA (D)</b>	<b>386.839,11</b>
<b>Inexigibilidade Imprensa Nacional</b> (Artigo 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)	<b>11.960,00</b>
<b>Inexigibilidade assinaturas de revista</b> (Artigo 74, caput e inciso III, "c" da Lei nº 14.133/2021)	<b>72.927,04</b>
<b>Inexigibilidade Lei 14.133/21 (Artigo 74, III, letra “f”, da Lei nº 14.133/2021)</b>	<b>152.797,44</b>
<b>INEXIGIBILIDADE (I)</b>	<b>237.684,48</b>
<b>TOTAL GERAL (D+I)*</b>	<b>624.523,59</b>

Total de todas as dispensas somadas com as inexigibilidades R\$ 556.827,30 (quinhentos e cinquenta e seis mil e oitocentos e vinte e sete reais e trinta centavos).

## Processos de contratação direta em 2025

CONTRATAÇÕES DIRETAS EM 2025	Quant.
Inexigibilidade	28
Dispensa de Licitação não Eletrônica	6
Dispensa de Licitação Eletrônica	6
<b>Total de Contratações Diretas</b>	<b>40</b>

Não obstante todo o zelo com planejamento das contratações públicas executadas pelo TREAP, tem-se ainda como DESAFIO a constante busca da perfeição das ações no trato com a coisa pública, seja na melhoria e aperfeiçoamento das práticas da gestão de contratação, seja na qualificação e capacitação dos servidores que atuam nessa área. Combinação essa que consideramos fundamental para dirimir ao máximo os possíveis riscos na gestão de licitações e contratos, uma vez que entendemos se tratar de fase nefrágica para o pleno alcance dos objetivos dentro do processo de planejamento e execução das contratações públicas.

## Gestão patrimonial

### Conformidade legal e mecanismos de controle e prevenção de falhas e irregularidades

A Seção de Gestão Patrimonial (SPAT) pautou suas atividades, em 2025, pelas normas de finanças e de administração pública aplicáveis à gestão de bens, com destaque para:

- **Lei nº 4.320/1964** (normas gerais de direito financeiro aplicáveis à Administração Pública) – como referência basilar para registros e controle de bens permanentes;
- **NR-17 – Ergonomia** – utilizada como parâmetro para adequações de mobiliário e condições de trabalho nas aquisições de bens permanentes correlatos;
- **IN 001/2016 – TRE/AP** – orientadora dos procedimentos internos de gestão patrimonial no âmbito deste Regional.

### Mecanismos de controle:

- (i) controle patrimonial sistemático (tombamento, depreciação e baixa);
- (ii) avaliação prévia de necessidade/obsolescência antes de cada aquisição ou desfazimento, e;
- (iii) política de aquisição sob demanda com entrega direta à unidade solicitante, evitando formação de estoque físico desnecessário, com ganhos de eficiência e redução de riscos logísticos (prática institucional adotada pela SPAT).

## Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos)

### Panorama geral do investimento 2025

·Tangíveis: R\$ 1.966.036,15

·Intangíveis: R\$ 72.995,82

·Total: R\$ 2.039.031,97

INVESTIMENTO EM CAPITAL	
TANGÍVEIS	1.966.036,15
INTANGÍVEIS	72.995,82
	2.039.031,97

Detalhamento por classe de bens	
APARELHOS DE MEDIÇÃO	148,49
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	12.090,00
EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	624.217,43
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	420.436,04
MOBILIÁRIO EM GERAL	72.362,73
EQUIPAMENTOS P/ AUDIO, VIDEO E FOTO	26,75
VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	299.980,00
ESTOQUE DE MATERIAL	536.774,71
SOFTWARES COM VIDA ÚTIL DEFINIDA	72.995,82
	<b>2.039.031,97</b>

## Principais destaques e análise de custo-benefício

- 1. Renovação do parque de TI e aquisição de softwares** – reforço da infraestrutura tecnológica de Sede e Zonas Eleitorais para dar suporte às atividades judiciais/administrativas e à preparação das **Eleições 2026**, com benefícios esperados de **maior confiabilidade, desempenho e segurança** dos serviços e sistemas corporativos;
- 2. Climatização eficiente (splits inverter)** – substituição e ampliação de condicionadores de ar por modelos **inverter** em razão de sua **maior eficiência energética**, contribuindo para conforto ambiental, **redução do consumo de energia** e adequação de novos espaços de atendimento. A medida está **alinhada ao PLS** do Regional;
- 3. Projeto EcoFrota (frota elétrica)** – **aquisição de 02 veículos 100% elétricos**, com **doação** de 02 veículos usados do TRE/AP como parte do pagamento. Espera-se **redução de custos operacionais** (manutenção/energia), **menor emissão de GEE e maior segurança** por recursos embarcados de modelos mais modernos; a iniciativa consolida o compromisso do Tribunal com a **transição energética e logística sustentável**.

## Impacto nos objetivos estratégicos

Os investimentos acima endereçam resultados institucionais nas dimensões de eficiência operacional, sustentabilidade e qualidade de serviços (especialmente atendimento ao público e preparação eleitoral).

## Desfazimento de ativos

Em 2025, a SPAT concluiu **19 processos de doação ou baixa administrativa** de bens classificados como irrecuperáveis/ociosos, em decorrência de avaliação técnica e de renovações de equipamentos. O resultado patrimonial consolidado foi:

- **Valor bruto: R\$ 434.831,75**
- **Depreciação acumulada: R\$ 323.268,25**
- **Valor líquido: R\$ 111.563,50**

DESAZIMENTOS REALIZADOS EM 2025 EM 19 PROCESSOS DE DOAÇÃO OU BAIXA ADMINISTRATIVA		
VALOR BRUTO	DEPRECIÇÃO	VL LÍQUIDO
434.831,75	323.268,25	111.563,50

Esse desfazimento concorre para a racionalização do acervo, mitigação de custos de guarda/manutenção e liberação de espaço, em consonância com as melhores práticas de gestão patrimonial.

## Locação de imóveis e equipamentos

Não houve locação de imóveis ou equipamentos no exercício de 2025.

## Mudanças e desmobilizações relevantes

Não houve mudanças ou desmobilizações relevantes no exercício de 2025.

## Principais desafios e ações futuras

**Aprimorar a eficiência da gestão patrimonial** visando **celeridade e produtividade** no apoio à prestação jurisdicional, com foco em **planejamento orçamentário** e **gestão de custos** para evitar perdas e assegurar aplicação responsável dos recursos;

**Reformas imobiliárias necessárias**, priorizando ambientes com maior impacto para atendimento e para suportar o ciclo eleitoral 2026;

**Sustentabilidade e PLS**: reduzir a emissão de resíduos e a pegada ambiental nas aquisições, com **exigência de materiais recicláveis e/ou certificação ambiental**, continuidade da **substituição por equipamentos de maior eficiência, inclusive em climatização**



## 6.1 Programa Eleitor do Futuro – Projeto Eleição de Representante de Turma em Parceria com escolas públicas e privadas.

Ações: Eleição de Representantes da Turma e de Professor(a) Conselheiro(a). Treinamento de alunos para exercerem a função de mesário. Diplomação dos Eleitos no auditório do TRE/AP. Realização: março à junho/2025

ESCOLA PARCEIRA	PA	QUANT. DE ALUNOS	EVIDÊNCIAS
<b>ESCOLAS PRIVADAS</b>			
Colégio Santa Bartolomea Capitania	0000709-30.2025.6.03.8000	309	<a href="#"><u>Matéria Instagram da EJE/AP</u></a>
Centro de Ensino Madre Tereza	0000461-64.2025.6.03.8000	568	<a href="#"><u>Matéria Instagram da EJE/AP</u></a>
Escola Conexão Aquarela	0001092-08.2025.6.03.8000	719	<a href="#"><u>Matéria Instagram da EJE/AP</u></a>
Núcleo de Educação Integrada-NEI	0000876-47.2025.6.03.8000	-	<a href="#"><u>Matéria Instagram da EJE/AP</u></a>
Centro de Ensino Podium	0001068-77.2025.6.03.8000	59	<a href="#"><u>Matéria Instagram da EJE/AP</u></a>
Colégio SESI	0000484-10.2025.6.03.8000	288	<a href="#"><u>Matéria Instagram da EJE</u></a>
Colégio Equipe	0000912-89.2025.6.03.8000	56	<a href="#"><u>Matéria Instagram da EJE</u></a>
SENAC	0001101-67.2025.6.03.8000	420	<a href="#"><u>Matéria Instagram da EJE/AP</u></a>
Colégio Conceito Bilingue	0001317-28.2025.6.03.8000	93	<a href="#"><u>Matéria Instagram da EJE/AP</u></a>
Colégio UCRI	0001715-72.2025.6.03.8000	131	<a href="#"><u>Matéria Instagram da EJE/AP</u></a>

ESCOLAS PÚBLICAS				
0000727- 51.2025.6.03.8000		312	<i>Matéria Instagram da EJE/AP</i>	
0001434- 19.2025.6.03.8000		49	<u><i>Matéria Instagram da EJE/AP</i></u>	
0001713- 05.2025.6.03.8000		232	<u><i>Matéria Instagram da EJE/AP</i></u>	

## 6.2 Projeto Protagonismo Estudantil – PA 0001727-86.2025.6.03.8000

MUNICÍPIO	AÇÃO	DATA	LOCAL	EVIDÊNCIAS
Macapá	Tarde - Oficina para 31 professores das escolas estaduais de Macapá sobre políticas públicas; - Apresentação da Cartilha "Jovens em Ação"; Eleição de Prioridades.	30/05/2025	Auditório do TRE/AP	<u><i>Matéria Instagram da EJE/AP</i></u> <u><i>Matéria Site do TRE/AP</i></u> <u><i>Matéria Instagram da EJE/AP</i></u> <u><i>Matéria Instagram da EJE/AP</i></u> Fotos: ID 0974155
Oiapoque	<u>Manhã</u> - Diplomação dos alunos eleitos para o grêmio da E.E. Joaquim Nabuco. <u>Tarde</u> - Oficina para 37 professores da E.E.	07/10/2025	Auditório do Fórum de Macapá	<u><i>Matéria Instagram da EJE/AP</i></u> <u><i>Matéria Instagram da EJE/AP</i></u>

	Joaquim Nabuco sobre políticas públicas.			
Clevelândia do Norte	<p><u>Manhã</u> - Roda de conversa para 74 alunos sobre a Cartilha Jovem em Ação.</p> <p><u>Tarde</u> - Oficina para 23 professores da E.E. Duque de Caixas sobre políticas públicas.</p>	08/10/2025	Auditório da E.E. Duque de Caixas	<u>Matéria Instagram da EJE/AP</u>

### 6.3 Projeto Educação, Direito e Cidadania – PA 0001622-12.2025.6.03.8000

Ações: Palestras, mensalmente, sobre os diversos ramos do direito visando desenvolver o senso crítico dos alunos da Educação de Jovens e Adultos da E.E. Azevedo Costa, E.E. Irineu da Gama e Centro de Supletivo Paulo Melo para que sejam protagonistas de sua história e saibam quais são os seus direitos.

Local: Auditório do TRE/AP Realização: Maio a Agosto/2025

Número de alunos: em média 60 alunos por palestra

Evidências:

Publicidade Projeto Educação, Direito e Cidadania : Direito do Consumidor

Publicidade Palestra Direito de Família

Publicidade Palestra sobre Direito do Trabalho

Publicidade Palestra Perspectivas de Cotas Raciais

Publicidade Palestra Prevenção da Violência no Âmbito Familiar

Publicidade da Palestra Direito e Cidadania Publicidade da Palestra de

Resolução de Conflitos: Como se Posicionar sem Brigar

## 6.4 Projeto Cidadania Entre Rios – PA 0004888-41.2024.6.03.8000

Ações: Participação na 149ª Jornada Itinerante Fluvial ao Arquipélago do Bailique visando promover a cidadania ativa e a formação política em comunidades ribeirinhas do Amapá, integrando o Programa Eleitor do Futuro às especificidades desses territórios.

Realização: 23 a 26/03/2025

Localidades: Arquipélago do Bailique ID 0954496 Número de Alunos: em média 100 ID 0954496

Evidências: Material Instagram da EJE/AP; Material Instagram da EJE/AP; Material Instagram da EJE/AP; Matéria Instagram da EJE/AP; Material Instagram da EJE/AP.

## 6.5 Cidadania Participativa dos Povos Originários.

### Projeto Eleições de Prioridade Comunidades Indígenas – PA 0001609-13.2025.6.03.8000

MUNICÍPIO	AÇÃO	DATA	LOCAL	EVIDÊNCIAS
Oiapoque	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oficina para 60 professores indígenas das escolas indígenas do município de Oiapoque sobre políticas públicas;</li> <li>- Eleição das Prioridades para a Comunidade.</li> </ul>	09/10/2025	Aldeia do Manga	Matéria Instagram da EJE/AP <a href="#">Matéria Instagram da EJE/AP</a>
Pedra Branca do Amapari	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oficina para 23 professores indígenas das escolas indígenas do município de Pedra Branca do Amapari sobre políticas públicas;</li> <li>- Eleição das Prioridades para a Comunidade.</li> <li>- Treinamento de Eleitor.</li> </ul>	04/11/2025	Aldeia Aramirã	<a href="#">Matéria Instagram da EJE/AP</a> <a href="#">Materia Instagram da EJE/AP</a>

## 6.6 Projeto de Palestra: "Atendimento ao Público Indígena nas Zonas Eleitorais do Amapá"

Ação: Palestra Linguagem Simples Aplicada ao Atendimento dos Povos Indígenas no Estado do Amapá - Capacitar os servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral do Amapá para um atendimento mais eficiente, respeitoso e inclusivo aos povos indígenas/Apresentar as particularidades culturais e sociais das etnias indígenas do Amapá/Orientar sobre as melhores práticas no atendimento a essas populações, em conformidade com as diretrizes do CNJ/Promover uma melhor integração da Justiça Eleitoral com as comunidades indígenas, facilitando o acesso ao processo eleitoral.

Realização: 7/05/2025 Local: TRE-AP

Evidências: PA SEI 0001524-27.2025.6.03.8000

Publicidade Realização Palestra sobre Linguagem Simples no atendimento aos Povos Indígenas.

Número de Participantes: 83

Certificação Participantes.

## 6.7 Curso: Cidadania Indígena em Contexto Urbano

Discutir propostas pedagógicas para a implementação da Lei 11.645/2008 com os professores da educação básica do município de Macapá Orientar sobre os serviços eleitorais visando o efetivo exercício da cidadania.

Realização: 14/05/2025 Local: TRE-AP

Evidências: PA SEI 0001623-94.2025.6.03.8000

Card do Evento

Cidadania Indígena em Contexto Urbano é tema de curso no TRE-AP. Liste Participantes.



anterior



próximo



## 6.8 Valorização da Mulher. Ações, Eventos e Projetos.

**Protocolo Integrado de Prevenção e Medidas de Segurança voltado ao Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher praticada em face de Magistradas e Servidoras** - Recomendação CNJ nº 102/2021.

Ações: Plano de Comunicação - Promover a conscientização, o enfrentamento e o apoio institucional às magistradas e servidoras vítimas de violência doméstica e familiar, incentivando a denúncia e busca de rede de apoio.

Iniciativas para implantar o Programa de Prevenção e Medidas de Segurança voltado ao Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra magistradas, servidoras, estagiárias e funcionárias terceirizadas. Portaria 152/2025 - TRE-AP

**Encontro sobre Participação Feminina no Judiciário e Protocolo de Prevenção à Violência contra Magistradas, Servidoras e Colaboradoras** - Promover um espaço de escuta, fortalecimento institucional e construção coletiva sobre a participação feminina no Judiciário, com foco na prevenção da violência institucional, doméstica e de gênero e a construção de protocolo de prevenção à violência, conforme a Recomendação CNJ nº 102/2021.

Realização: Maio e Junho de 2025 Local: TRE-AP

Evidências: PA SEI 0000795-98.2025.6.03.8000

Publicidade do evento.

Campanhas conscientização - Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a mulher praticada em face de magistradas e servidoras.

Certificação dos Participantes.

**Palestra Violência Doméstica** - Promover a sensibilização, orientação e capacitação dos servidores da Justiça Eleitoral do Amapá sobre as causas, consequências e formas de enfrentamento da violência doméstica, contribuindo para a construção de ambientes institucionais mais seguros, acolhedores e respeitosos.



Realização: 11/06/2025 Local: TRE-AP  
Evidências: PA SEI 0002021-41.2025.6.03.8000

Publicidade Palestra Violência Doméstica.  
Certificação dos Palestrantes.  
Número de participantes: 96

**Palestra Institucional: Prevenção da Violência no Âmbito Familiar contra Criança e Adolescentes** - A palestra "Prevenção da Violência no Âmbito Familiar contra Crianças e Adolescentes" é uma ação educativa promovida pela Escola Judiciária Eleitoral do TRE-AP, alinhada à Recomendação nº 102/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que orienta os órgãos do Poder Judiciário a adotarem protocolos integrados de prevenção e medidas de segurança voltados ao enfrentamento da violência doméstica, especialmente contra magistradas e servidoras

Embora a Recomendação tenha como foco principal a proteção de mulheres no ambiente institucional, seus princípios de prevenção, acolhimento e enfrentamento à violência doméstica são plenamente aplicáveis à proteção de crianças e adolescentes, especialmente no contexto familiar, onde muitas vezes ocorrem situações de vulnerabilidade e violação de direitos.

Realização: 14/08/2025  
Local: Auditório do TRE-AP e Youtube  
Número de participantes: 112  
Evidências: PA SEI 0002851-07.2025.6.03.8000  
TRE Amapá realiza palestra sobre prevenção da violência no âmbito familiar contra crianças e adolescentes  
Publicação 1  
Publicação 2  
Certificação dos Participantes.

## **Projeto Conversas que Transformam** PA SEI 0002778-35.2025.6.03.8000

O Projeto "Conversas que Transformam" é uma iniciativa do TRE/AP, em parceria com a Coordenadoria da Mulher do TJ/AP, que promove rodas de conversa mensais para magistradas, servidoras, estagiárias e colaboradoras terceirizadas. O projeto cria um espaço seguro, breve e contínuo de acolhimento, fortalecimento e escuta ativa, contribuindo para a prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar, conforme instituído pelo Programa "Proteger & Empoderar: Juntas Contra a Violência" (Resolução nº 588/2024), ou seja, o objetivo é criar um espaço seguro e contínuo para acolhimento, fortalecimento e escuta ativa das mulheres que integram o TRE/AP, incentivando o diálogo sobre questões de gênero, prevenção à violência e valorização do papel feminino no Judiciário.

### **1º Encontro:** Escuta que Acolhe: Criando um Espaço Seguro

Realização: 28/08/2025

Local: Sala de Treinamento da EJE

Número de participantes: 23

Evidências: TRE Amapá realiza primeira edição do projeto Conversas que Transformam

### **2º Encontro:** Entendendo as diferentes formas de violência contra a mulher.

Realização: 18/09/2025

Local: Auditório da EJE

Número de participantes: 18

Evidências: Segundo encontro do projeto Conversas que Transformam promove diálogo e bem-estar no TRE-AP

### **3º Encontro:** Protagonismo feminino no Judiciário: Desafios e Conquistas

Realização: 18/11/2025

Local: Espaço Gourmet do TRE-AP.

Número de participantes: 19

Evidências: TRE Amapá encerra ciclo do projeto "Conversas que Transformam", promovendo diálogo, reflexão e acolhimento

Publicação 01



## 6.9 Diversidade e Inclusão – Ações e Projetos.

### **Encontro de Negritudes: Presença Negra na COP30 – A luta contra o racismo ambiental– PA 0001494– 89.2025.6.03.8000**

Ações: Palestras com temas afetos à COP30.

Local: Auditório do TRE/AP.

Realização: 25/06/2025

Número de participantes:122

Evidências:Publicidade Encontro de Negritude

### **Projeto Jovens Quilombolas em Ação: Escolhendo Prioridades para o Amanhã – PA 0003765–71.2025.6.03.8000**

Ação: Ciclo de palestras desenvolvidas pela EJE/APem 3 Escolas Quilombolas, visando desenvolver a educação cidadã, incentivar os estudantes do ensino médio e fundamental II a identificar e selecionar as políticas públicas mais urgentes para suas comunidades, conscientizar o exercício democrático, o debate sobre políticas públicas e a escolha participativa das prioridades comunitárias, além de ampliar a compreensão sobre o papel da Justiça Eleitoral e o funcionamento da urna eletrônica.

Realização: 06, 07 e 10/11/2025.

Evidências: Projeto:JovensQuilombolasemAção– EscolaEstadualQuilombolaProfessorAntonioFigueiredodaSilva

Projeto: Jovens Quilombolas em Ação – Escola EstadualTeixeira de Freitas– São Pedro dos Bois

Projeto: Jovens Quilombolas em Ação – Escola Quilombola Estadual ProfessorDavid Mirandados Santos

### **Parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência– CONDEAP.**

Ações:EscutaAtivaparaConstruçãodoPlanoEstadualdaPessoacomDeficiênciado amapá –Momento em que se discutidos avanços e desafios na defesa dos direitos das pessoas com deficiência em nosso estado, visando promover um ambiente inclusivo e democrático.



anterior



próximo



## **Curso de Libras**

Ação: **Libras Aplicada ao Atendimento ao Eleitor** – Capacitar servidores e atendentes eleitorais para se comunicarem de forma eficaz com eleitores surdos ou com deficiência auditiva, utilizando a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). O curso enfatizará o atendimento ao eleitor, abordando os dados do Requerimento de Alistamento ao Eleitor (RAE), garantindo acessibilidade e inclusão no processo eleitoral.

Realização: 22/04/2025 Local: Auditório do TRE-AP

Evidências: PA SEI 0001213-36.2025.6.03.8000

Certificação dos Participantes.

Publicidade: Curso de Libras visa promover acessibilidade e inclusão nos atendimentos a pessoas com deficiência na Justiça Eleitoral

## **Parceria Institucional do TRE-AP e CONDEAP.**

Ação: **1ª Conferência Livre de Políticas para Mulheres com Deficiência do Estado do Amapá** – Promover um espaço de escuta, articulação e fortalecimento da rede de mulheres com deficiência no Estado do Amapá, impulsionando políticas públicas inclusivas e equitativas.

Realização: 05/08//2025 Local: Auditório do TRE-AP

Evidências: PA SEI 0002445-83.2025.6.03.8000

Certificação dos Participantes

TRE Amapá sedia 1ª Conferência Livre de Políticas para Mulheres com Deficiência do Estado

Número de participantes: **160 (cento e sessenta)**

## **Projeto "TRE Acessível: Comunicação para todos"**

Ação: Oficina Introdutória em Libras, com ações voltadas ao atendimento prioritário de pessoas com deficiência

Realização: Setembro de 2025

Local: Zonas Eleitorais

Publicidade do Evento.

Número de Participantes: 22

Certificação dos Participantes.



## **Projeto de Palestra: Letramento e Equidade Racial.**

Ação: Palestra Letramento e Equidade Racial - Promover a conscientização racial no âmbito dos magistrados, servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral do Amapá para um atendimento mais eficiente, respeitoso e inclusivo/Integrar a Diversidade Cultural nas Atividades do tribunal, incorporando a história e cultura afro-brasileira nas atividades educativas e eventos promovidos pelo TRE-AP.

Realização: 13/05/2025 Local:Auditório do TRE-AP

Evidências:PA SEI 0001589-22.2025.6.03.8000

Publicidade Letramento Racial. Numero de participantes: 110 Certificação Pariticipação.

## **Projeto de Palestra: "Educação Linguística para o Atendimento à Comunidade LGBTQIA+ na Justiça Eleitoral**

Ação: Palestra Educação Linguística para o atendimento à Comunidade LGBTQIA+ - Sensibilizar servidores e colaboradores para a importância do respeito à diversidade sexual e de gênero no atendimento ao público/Promover boas práticas de comunicação e atendimento à população LGBTQIA+, alinhadas às diretrizes do CNJ e aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade/Contribuir para a construção de um ambiente institucional livre de discriminação e preconceito.

Realização: 23 de maio de 2025

Local:Auditório do TRE-AP

Evidências: PA SEI 0001690-59.2025.6.03.8000

Publicidade: TRE Amapá promove palestra sobre Educação Linguística para o atendimento à comunidade LGBTQIA+Certificação Participantes.



anterior



próximo



## **Capacitação EAD em Linguagem Simples - Parceria com a Escola Virtual do Governo/ENEAP.**

Ação: Curso Linguagem simples aproxima o governo das pessoas. Como usar?

Capacitação voltada a atender à Portaria TRE-AP nº 120/2024, que instituiu o Programa Simplifica TRE-AP: + Simples + Acessível, e a Portaria TRE-AP nº 128/2024, que trata do Plano de Formação Inicial e Continuada de Magistrados(as) e Servidores(as) para Elaboração de Textos em Linguagem Simples e Acessível.

Realização: junho de 2025

Local: EAD

Evidências: PA SEI 0001725-19.2025.6.03.8000

Publicidade Palestra Linguagem Simples no atendimento aos Povos Indígenas do Amapá.

Número de participantes: 95

## **Programa SIMPLIFICA TRE-AP + Simples + Acessível - Linguagem Simples nos Atos Judiciais e Administrativos**

Ação: Oficina Reescrevendo a Justiça - Objetivando conscientizar sobre a importância de adotar uma linguagem simples nas comunicações - 20h.

Realização: 23 à 27 de Junho de 2025 Local: EAD

Evidências: PA SEI 0001836-03.2025.6.03.8000

Oficina Dominando a Justiça Linguagem Simples - Card Programação e inscrição Oficina Reescrevendo a Justiça - Linguagem Simples

Número de participantes: 41

## **Curso: Violência Política de Gênero - Participação de Grupos Minorizados Realização: junho de 2025**

Local: EAD

Curso EAD - EJE/TSE(0954010)

Número de participantes: 56 (cinquenta e seis).



**Seminário e Exposição para celebrar os 93 anos de conquista do voto feminino e promoção de debate e sobre a participação feminina na política, destacando conquistas históricas e os desafios enfrentados pelas mulheres na busca por maior representatividade.**

Ação: Seminário Mulheres da Política – Um legado de Conquistas

Realização: 13 de março de 2025 Local: Auditório do TRE-AP

Evidências: PA SEI 0005100-62.2024.6.03.8000

TRE-AP realiza seminário MULHERES NA POLÍTICA – Um legado de Conquista. Lista de Participantes.

**Capacitação: Diversidade e Igualdade na Justiça Eleitoral – Direitos Humanos, Raça, Etnia e Gênero –20h** – Proporcionar uma reflexão aprofundada sobre os desafios e responsabilidade da Justiça Eleitoral na promoção dos Direitos Humanos, em especial a igualdade ético-racial e de gênero.

Realização: 12 à 15 de maio de 2025

Local: Modalidade Híbrida

Evidências: PA SEI 0000793-31.2025.6.03.8000

Diversidade e Igualdade na Justiça Eleitoral: Direitos Humanos, Raça, Etnia e Gênero

**Palestra: Perspectivas de Cotas Raciais** – Discutir o conceito, histórico e fundamentos legais das cotas raciais, Analisar os impactos sociais e educacionais das ações afirmativas no Brasil; Refletir sobre o papel do Poder Judiciário na promoção da equidade racial, bem como, Sensibilizar servidores, estagiários e o público em geral sobre a importância da valorização da diversidade étnico-racial.

Realização: 18/06/2025 Local: TRE-AP

Evidências: PA SEI 0002172-07.2025.6.03.8000

Publicidade Palestra Perspectivas de Cotas Raciais Certificação dos Participantes.

Número de participantes: 64



anterior



próximo



**Curso: Atendimento a Comunidade Quilombolas e Normativos do CNJ - Interface com a Justiça Eleitoral** - Capacitar servidores e magistrados da Justiça Eleitoral para atuar de forma ética, empática e juridicamente fundamentada no atendimento e garantia dos direitos eleitorais de comunidades quilombolas, promovendo inclusão e respeito às particularidades.

Realização: 10 e 11 de novembro de 2025 Local: TRE-AP

Evidências: PA SEI 0003504-09.2025.6.03.8000

Publicidade Capacitação sobre atendimento às Comunidades Quilombolas. Certificação dos Participantes

Numero de participantes: 27

Numero de Juízes/Membros do Pleno que participaram da ação: 3

**Projeto Consciência Negra: Uma História de Lutas** - Proporcionar um momento de reflexão sobre o desafio da construção de uma sociedade sem racismo.

Realização: 19/11/2025 Local: TRE-AP

Evidências: PA SEI 0003938-95.2025.6.03.8000

Card Palestra.

TRE- AP promove palestra em celebração ao Dia da Consciência Negra.

Numero de participantes: 48

**Projeto Valorizar é Proteger: Diálogos sobre a Terceira Idade** - Promover a valorização da pessoa idosa e sensibilizar a sociedade sobre a prevenção e o combate à violência contra a população idosa.

Realização: 27/06/2025 Local: TRE-AP

Evidências: PA SEI 0002065-60.2025.6.03.8000

Certificação dos Participantes



anterior



próximo



## **Comitê para Promoção e Implementação de Políticas Públicas para as Pessoas Idosas.**

Ação: **Palestra Saberes que Florescem: Escuta e Cuidado com a Pessoa Idosa** -Ampliar a consciência e qualificação para o atendimento de questões relacionadas ao envelhecimento, situações de vulnerabilidades de pessoas idosas, à discriminação baseada na idade e à defesa de seus direitos - Portaria CNJ nº 400/2024 - Selo "Tribunal Amigo da Pessoa Idosa"

Realização: 24/11/2025 Local:TRE-AP

Evidências: PA SEI 0003576-93.2025.6.03.8000

Publicidade da ação.

Certificação dos participantes.

Numero de participantes: 93

## **Orienta - Estágios - Educação**

**Plano de Capacitação para os Estagiários do TRE/AP** - PA 0004765-43.2024.6.03.8000

Ação: Promover a qualificação dos estagiários, oferecendo conhecimento sobre temas relevantes ao Poder Judiciário e ao processo eleitoral, alinhados às práticas éticas, inclusivas e tecnológicas.

**1ª qualificação:** A importância de estágio para a formação profissional

Realização: 26/02/2025

Número de participantes:19 estagiários

**2ª qualificação:** Oficina: IA na prática: Ferramentas que facilitam dia a dia no trabalho

Realização: 27/08/2025

Número de participantes: 24 estagiários

Evidências: Matéria Instagram da EJE/AP; TRE Amapá realiza oficina de capacitação em Inteligência Artificial para estagiários da instituição; Publicação 1

## Capacitações/ações dos Servidores em temáticas ESG (Exemplo: Sustentabilidade, Assédio, minorias e Diversidade)

Parceria com SEMAM/PMM.

Ação: **5ª Conferência Municipal Emergência Climática**

Realização: 22/01/2025 Local: TRE-AP

Evidências: PA SEI 0000101-32.2025.6.03.8000

Publicidade 5ª Conferência Municipal do Meio Ambiente de Macapá.

Certificação dos Participantes: 0963834 0963838 0963841 0963843  
0963852

## Movimento Popular Rio Amazonas Limpo e Saudável

Ação coletiva que tem como objetivo principal a conscientização da limpeza da Orla do Rio Amazonas, atuando nos bairros Perpétuo Socorro e Cidade Nova, empreendendo ações socioambientais com perspectivas na educação, cultura, esporte, saúde, lazer e meio ambiente.

Realização: 22/03/2025 Local: Orla do Rio Amazonas

Evidências: PA SEI 0001002-97.2025.6.03.8000

link Ação Sócio ambiental " Abraço ao Majestoso Rio Amazona"

Servidores Certificados: 0959500 0959540 0959543 0959546 0959551  
0959553 0959555

Ação: **Responsabilidade Social e Sustentabilidade** - O Curso apresenta conceituação em detalhes, com o objetivo de tornar claro o compromisso que, atualmente, pessoas e empresas precisam ter em relação ao meio ambiente.

Realização: 19 à 21/03/2025.

Local: EAD <https://www.ev.org.br/cursos/responsabilidade-social-e-sustentabilidade>

Número de Servidores Certificados: 161

Evidências: PA SEI 0000801-08.2025.6.03.8000

Ação: **Desvendando o ESG** - O curso de Aperfeiçoamento Profissional de Desvendando o ESG tem por objetivo o desenvolvimento de competências relativas à identificação dos principais conceitos da governança ambiental, social e corporativa, estabelecendo a relação entre as atividades humanas e os impactos ambientais, visando a adoção de práticas sustentáveis e conscientes 20h

Realização: 08 À 15/04/2025.

Local: SENAI ONLINE <https://www.sp.senai.br/curso/desvendando-o-esg/103026>

Número de Servidores Certificados: 98 Evidências: PA SEI 0001168-32.2025.6.03.8000

Ação: **Curso Coleta Seletiva** - Neste curso você vai aprender quais são as técnicas de triagem de resíduos e qual é o impacto positivo da reciclagem, além disso, vai conhecer iniciativas sustentáveis para a comunidade, a legislação ambiental e a definição de responsabilidade social - 10h

Realização: Maio de 2025.

Local:SEST SENAT ONLINE <https://digital.sestsenat.org.br/cursos/coleta-seletiva>

Número de Servidores Certificados: 96 Evidências: PA SEI 0001855-09.2025.6.03.8000

## **Projeto Raízes do Futuro: Celebrando o Dia da Árvore com Cidadania e Sustentabilidade**

Ação: Palestra Ciências Ambientais em Ação: As sementes que germinamem nossas florestas - Promover a sensibilização ambiental e o engajamento da comunidade na celebração do Dia da Árvore (21 de setembro), por meio de atividades práticas e educativas que incentivem a valorização da natureza e a adoção de práticas sustentáveis.



anterior



próximo



Realização: 24 de Setembro de 2025. Local: TRE-AP  
Evidências: PA SEI 0003140-37.2025.6.03.8000

<https://www.trep.jus.br/comunicacao/noticias/2025/Setembro/semana-da-arvore-tre-amapa-realiza-palestra-sobre-a-importancia-das-arvores-para-a-biodiversidade-amazonica>

Certificação dos Participantes

Número de Servidores Participantes: 73

### **Projeto de Oficina: Sustentabilidade no Ambiente de Trabalho**

Ação: Oficina presencial - Promover a sensibilização e o engajamento dos colaboradores terceirizados em práticas sustentáveis, incentivando atitudes responsáveis com o meio ambiente, com os colegas e com os recursos da empresa.

Realização: 24 de Outubro de 2025. Local: TRE-AP

Evidências: PA SEI 0003453-95.2025.6.03.8000

Publicidade da Oficina Sustentabilidade no Ambiente de Trabalho.

Certificação dos Participantes

Número de Servidores Participantes: 70

Ação: **Semana de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação** - Termo de Cooperação Técnica TRE-AC - TRE-PA e TRE-AP

Ações: Parceria entre TRE-AP, TRE-AC e TRE-PA, conforme Acordo de Cooperação Técnica nº 2 de 2025 ID

0961639 visando a promoção de palestras e campanha de orientações e esclarecimento sobre assédio moral, assédio sexual e discriminação.

### **Programação da Semana:**

Realização: 05/05 - Palestra, modalidade online: "Assédio no trabalho: cicatrizes e impactos reais na saúde mental".

Realização: 06/05 - Cine Pipoca: Exibição do filme: "O Escândalo".

Local: Auditório da TRP/AO

Número de participantes: 24

Realização: 07/05 - Palestra, modalidade online: "O impacto do Assédio na qualidade de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras da Justiça".

Realização: 08/05 - Palestra, modalidade online: "O enfrentamento da violência, do assédio e de todas as formas de discriminação no trabalho: um debate ético".

Realização: 09/05 - Roda de Conversa Macapá/Monte Dourado, modalidade híbrido: "A atuação em prevenção e enfrentamento do assédio, da violência e de todas as formas de discriminação no Pará e Amapá".

Local: Plenário do TJAP e Canal do TJAP no youtube.

Evidências: PA SEI 0000694-61.2025.6.03.8000 Matéria SitedoTJAP.

Ação: **Semana de Combate ao Assédio e a Discriminação - Parcerias TRT 8ª - TJAP - TREAP** - Palestra "O Enfrentamento da Violência, do Assédio e de Todas as Formas de Discriminação no Trabalho: Um debate Ético" e Roda de Conversa: A atuação em Prevenção e Enfrentamento do Assédio, da Violência e de Todas as Formas de Discriminação no Pará e Amapá.

Realização: Maio 2025

Local: Plenário do TJAP e youtube

Número de Servidores Certificados: 0969378 09698540969902 0970881 0970980.

Evidências: PA SEI 0001530-34.2025.6.03.8000

Ação: **Projeto Capacitação: Assédio Moral e Sexual no Ambiente de Trabalho - Prevenção, Enfrentamento e Promoção de Ambientes Saudáveis** - Eventos objetivando sensibilizar e capacitar o público-alvo sobre os aspectos legais, comportamentais e institucionais relacionados ao assédio moral e sexual no serviço público, com foco em prevenção, acolhimento e enfrentamento dessas práticas - Parceria com TJAP e TRT8ª.



anterior



próximo



## 7.0 Governança ODS

### Gestão de Memória

#### Ação: **Participação da CEMEL/TRE-AP na 23ª Semana Nacional de Museus**

Tema Nacional: "O futuro dos museus em comunidades em rápida transformação"

O projeto de exposição "Cidadania Indígena" é uma iniciativa do Centro de Memória Eleitoral (CEMEL) do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) e da Escola Judiciária Eleitoral (CEJE), e integra a programação da 23ª Semana Nacional de Museus, promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), entramos com o objetivo de apresentar à sociedade as ações de inclusão promovidas pela Justiça Eleitoral, destacando a valorização das tradições, culturas e línguas dos povos originários.

Realização: 12 à 16 de maio de 2025. Local: TRE-AP

Evidências: PA SEI 0001662-91.2025.6.03.8000

Comprovação de inscrição na Plataforma de promoção dos museus brasileiros. Divulgação do Evento.

Fotos da Exposição "Cidadania Indígena"

Publicidade

Exposição Cidadania Indígena - 23ª Semana Nacional do Museu"

Ação: **Participação do TRE-AP, nos 23 ANOS DE EXPOSIÇÃO DO MUSEU A CÉU ABERTO**, Museu Sacaca do Governo do Estado do Amapá, com a temática: Guardiã da Amazônia Amapaense: Cultura e Natureza em Harmonia.

Exposição: Cidadania Indígena. Realização: 12 de abril de 2025. Local: Museu Sacaca

Evidências: PA SEI 0001163-10.2025.6.03.8000

Exposição a Céu Aberto.



anterior



próximo



## 7.1 Outras informações relevantes:

**Curso Sistema Interamericano de Direitos Humanos e Liberdade de Expressão: Aplicando a Jurisprudência da Corte IDH em feitos eleitorais** – Primeira Etapa – Utilizar o controle de Convencionalidade e Jurisprudência do Sistema Interamericano de Direitos Humanos nos tribunais eleitorais, especialmente no que concerne à liberdade de expressão.

Realização: 17 de dezembro de 2025. Local: EAD

Evidências: PA SEI 0004213-44.2025.6.03.8000

Jurisprudência da Corte Interamericana em feitos eleitorais é tema de curso promovido pelo TRE-AP.

Frequência 1º Encontro.

Frequência 2º encontro.

Numero de participantes primeira fase: 74



**Execução PAC 2025 com orçamento.**

Ordem	Evento	Unidade	PA	Custo
1	Idenização Instrutoria Armamento e tido - GAS	SEGIN	4343-68.2024	R\$7.737,76
2	Libras Aplicada ao Atendimento ao Eleitor	EJE/CNJ	1213-36.2025	R\$8.600,00
3	Auditoria 4.0	COAUDI	1093-90.2025	R\$2.500,00
4	Capacitação em direitos humanos, gênero, raça e etnia	Premio CNJ	793-31.2025	R\$12.618,64
5	Linguagem Simples - Aplicada ao Atendimento dos Povos Indígenas.	EJE/CNJ	1524-27.2025	R\$565,45
6	Equidade Racial no Serviço Público	CNJ	1496-59.2025	R\$5.800,00
7	Letramento e Equidade Racial	EJE/CNJ	1589-22.2025	R\$590,00
8	Inteligência Artificial	EJE	1316-43.2025	R\$1.911,97
9	Educação Linguística para o Atendimento à Comunidade LGBTQIA+	EJE	1690-59.2025	R\$550,00
10	Capacitação: Assédio Moral e Sexual no Ambiente de Trabalho	EJE/CNJ	1628-19.2025	R\$4.000,00
11	Assedio Moral e Discriminação - Instrutoria Interna	EJE/CNJ	1780-67.2025	R\$3.035,58
12	Curso Acessibilidade e Inclusão	Premio CNJ	701-53.2025	R\$5.500,00

13	Palestra: Economia Circular e Sustentabilidade: Caminhos para o Setor Público.	ComSusten/CNJ	1992-88.2025	R\$800,00
14	Congresso de Auditoria Interna - Governança Corporativa.	COAUDI	2044-84.2025	R\$2.600,00
15	Linguagem Simples nos Atos Judiciais e Administrativos	PremioCNJ	1836-03.2025	R\$8.094,88
16	Seminário IA Aplicada às Contratações Públicas.	SAO	2227-55.2025	R\$12.720,00
17	IA Aplicada à Justiça Eleitoral: Inovação e Eficiência.	EJE	1983-29.2025	R\$10.000,00
18	Capacitação Suprimento de Fundo - Cartão de Pagamento do Gov. CPGF	SAO	2168-67.2025	R\$5.000,00
19	Previdência Complementar	SGP	2918-69.2025	R\$5.578,11
20	Funpresjud - Previdência Complementar	SPG	2419-85.2025	R\$4.415,59
21	Compliance e Gerenciamento de Riscos	COAUDI	3364-72.2025	R\$1.840,00
22	Execução Fiscal de Multas Eleitorais	CRE/ZE'S	3286-78.2025	R\$18.900,00
23	Gestão de Cadastro	CRE/ZE'S	3434-89.2025	R\$2.678,40

24	Descomplicando Políticas Públicas: Formação de Educadores para a Cidadania_Oiapoque	EJE/CNJ	3381-11.2025	R\$8.600,98
25	IA no Judiciário Brasileiro	SEJUD	3470-34.2025	R\$15.000,00
26	Atendimento à Comunidades Quilombolas e Normativos CNJ	Comitê Equidade Racial/CNJ	3504-09.2025	R\$2.142,80
27	Descomplicando Políticas Públicas: Formação de Educadores para a Cidadania_Aramirã	EJE/CNJ	3759-64.2025	R\$8.600,98
28	Congresso de Direito Eleitoral.	GABPRES	3784-77.2025	R\$7.188,86
29	Projeto Consciência Negra: Uma História de Lutas	Comitê Equidade Racial/CNJ	3938-95.2025	R\$550,00
30	Sistema Interamericano de Direitos Humanos e Liberdade de Expressão	CNJ	4213-44.2025	R\$8.500,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$176.620,00</b>

### Execução PAC TI 2025.

Ordem	Evento	Unidade	PA	Custo
1	Curso Curso EC-Council - Incident Handler	STI	1189-08.2025	R\$13.130,00
2	Curso Certified Cloud Security Engineer (CCSE)	STI	1185-08.2025	R\$7.380,00
3	Oráculo TI	STI	2959-36.2025	R\$5.472,00
4	Formação Agentic AI Engineer 4.0 e IA para o Direito 4.0	STI	2960-21.2025	R\$7.230,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$33.212,00</b>

**Capacitações sem Orçamento do PAC 2025 – PARCERIAS**

Ordem	Evento	Unidade	PA
1	Conferencia Meio Ambiente	ComSusten/CNJ	101-32.2025
2	XVII Congresso Brasileiro de Terapias Cognitivas	CODES	513-60.2025
3	Roda de Conversa - Conquista do Voto Feminino	EJE/CNJ	539-58.2025
4	Responsabilidade Social e Sustentabilidade	PremioCNJ	801-08.2025
5	Ação Rio Amazonas Limpo e Saudável IDS	ComSusten/CNJ	102-97.2025
6	Capacitação Violência Política de Gênero	EJE/TSE	1104-22.2025
7	Projeto: Seminário Mulheres na Política Um legado de Conquista - Cotas de Gênero_Violência Doméstica	EJE/CNJ	5100-62.2024 - Executado em março2025
8	Escuta ativa - Pessoa com deficiência	EJE/CNJ	734-43.2025
9	Projeto Entre os Rios voltada às Comunidades Ribeirinhas- Educação para a cidadania e incentivando a participação democrática	EJE	4888-41.2024 - Executado em março2025

11	Itinerante Aldeia do Manga - Eleição Valorize seu Voto na língua indígena	TRE/TRT	840-05.2025
14	Desvendando o ESG	ComSusten/CNJ	1168-32.2025
15	Semana de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral	PremioCNJ	694-61.2025
16	Projeto: Direito e Cidadania	EJE/CNJ	2890-38.2024 - Execução Continuada
17	Assédio Moral, Sexual e da Discriminação	TRE/TJAP	1530-34.2025
18	Cidadania Indígenas em Contexto Urbano	EJE	1623-94.2025
19	Encontro de Negritudes	PremioCNJ	1494-89.2025
20	Encontro sobre Mulheres no Judiciário e o PROTOCOLO de prevenção contra Violência Doméstica e Familiar	PremioCNJ	795-98.2025
21	Curso Coleta seletiva (técnicas de triagem de resíduos e o impacto positivo da reciclagem)	ComSusten/CNJ	1855-09.2025
22	Formação Cidadã e Fortalecimento de Grêmios Estudantis	EJE	1727-86.2025
23	LGPD e LAI	PremioCNJ	1919-19.2025
24	Linguagem Simples	EJE/CNJ	1725-19.2025
25	Cursos oferecidos pelo TJAP aos magistrados - Linguagem Simples_Acessibilidade	TRE/TJAP	1478-38.2025
26	Acessibilidade e Inclusão	PremioCNJ	1725-19.2025
27	Prevenção e Enfrentamento da Violência Doméstica	EJE/GEA	2021-41.2025
28	Semana do Meio Ambiente - Economia Circular e Sustentabilidade	ComSusten/CNJ	1630-86.2025



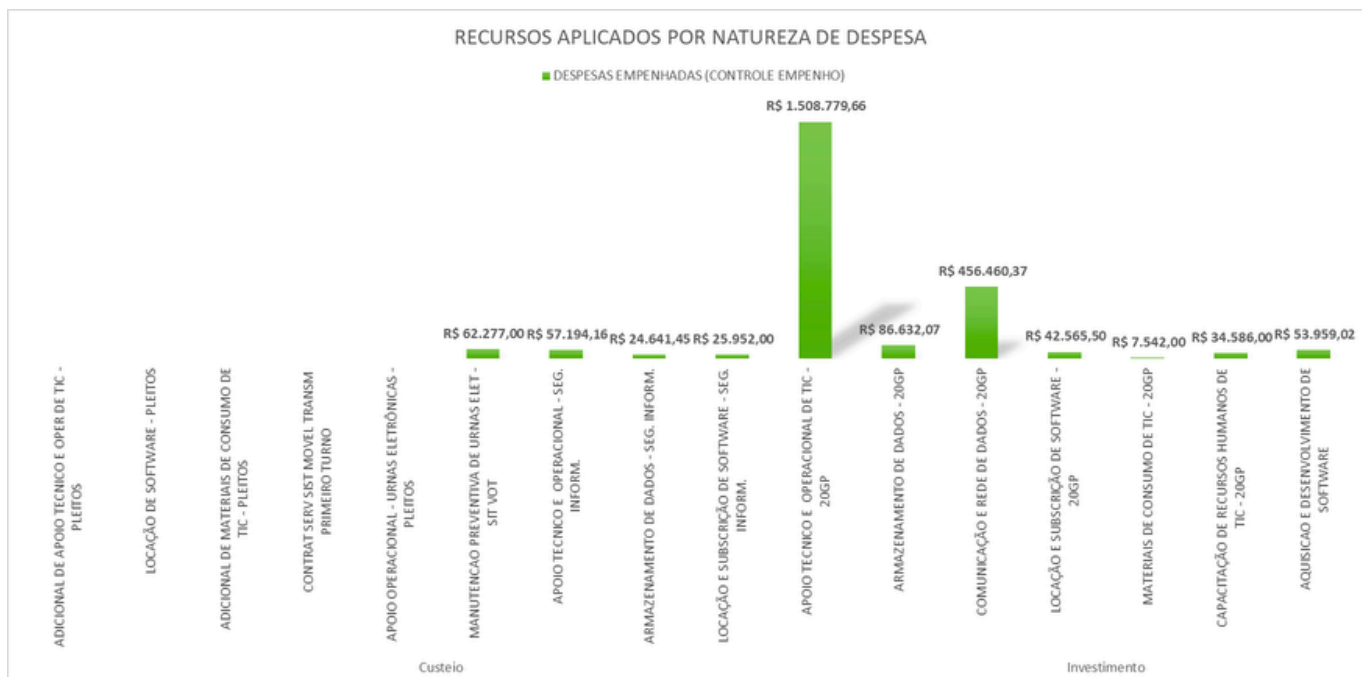
29	Educação, Direito e Cidadania - Direito do Consumidor_Direito de Família_Direitos Trabalhistas_Violência Doméstica	EJE/GEA	1622-12.2025
30	Palestra: Perspectivas de Cotas Raciais	EJE	2172-07.2025
31	Valorizar é Proteger - Diálogos sobre a Terceira Idade	EJE/CNJ	2065-60.2025
32	Linguagem Simples - Treinamento em Sibersegurança	STI/CNJ	2441-46.2025
33	Ações Eleitorais em Espécie	EJE/TSE	2540-16.2025
34	1ª Conferência Livre de Políticas para Mulheres com Deficiência do Estado do Amapá	EJE/CNJ	2445-83.2025
35	Prevenção da Violência no Âmbito Familiar contra Crianças e Adolescentes	EJE	2851-07.2025
36	Curso de Práticas Cartorárias	CRE/ZE's	2822-54.2025
37	Webinário FONAR : Estratégias para Prevenção e Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar,	CNJ	2938-60.2025
38	1º Ciclo de Oficinas de Práticas Cartorárias da 14ª Zona Eleitoral de Macapá	14ª ZE	2595-64.2025
39	Aperfeiçoamento da Magistratura Eleitoral - Pleito Eleitoral 2026	TSE	2737-68.2025
40	Projeto "Conversas que Transformam"	EJE	2778-35.2025
41	Raízes do Futuro: Celebrando o Dia da Árvore com Cidadania e Sustentabilidade	ComSusten/CNJ	3140-37.2025
42	Eleições de Prioridades em Comunidades Indígenas	CEJE	1609-13.2025

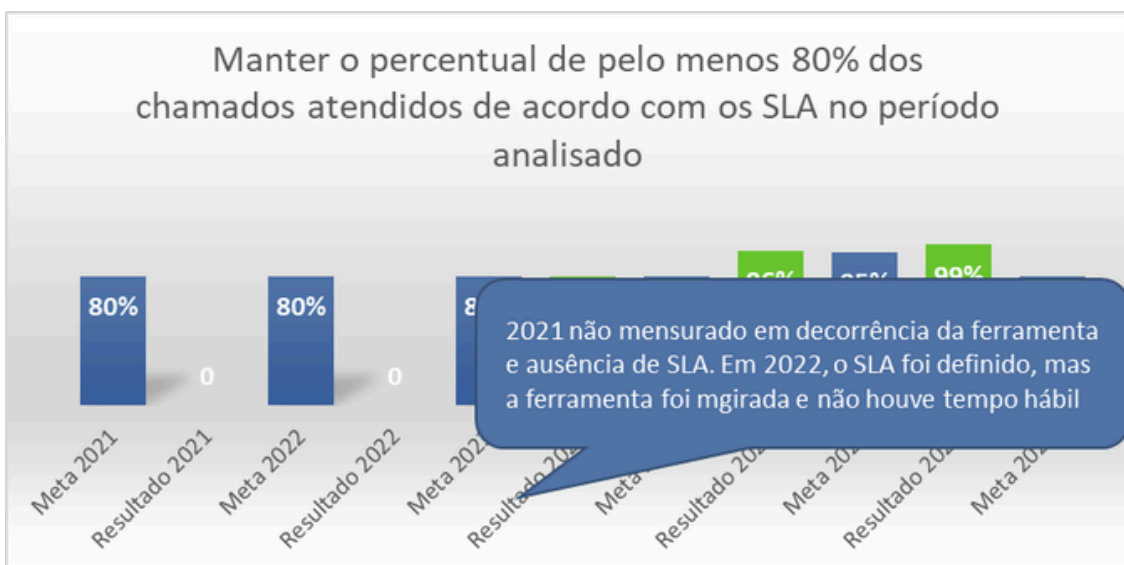
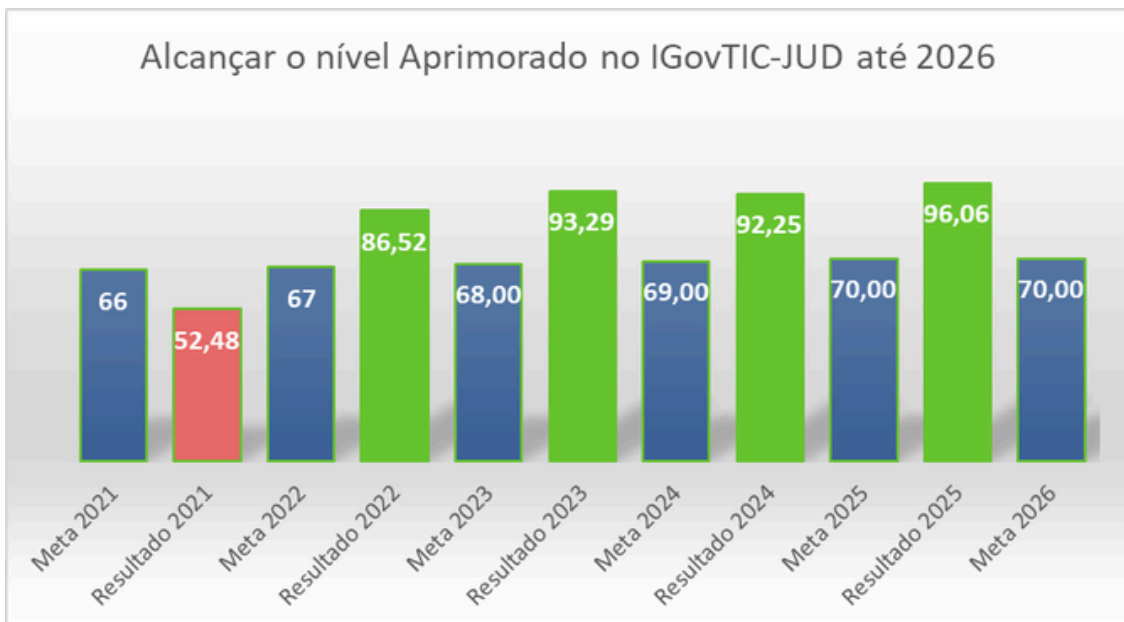
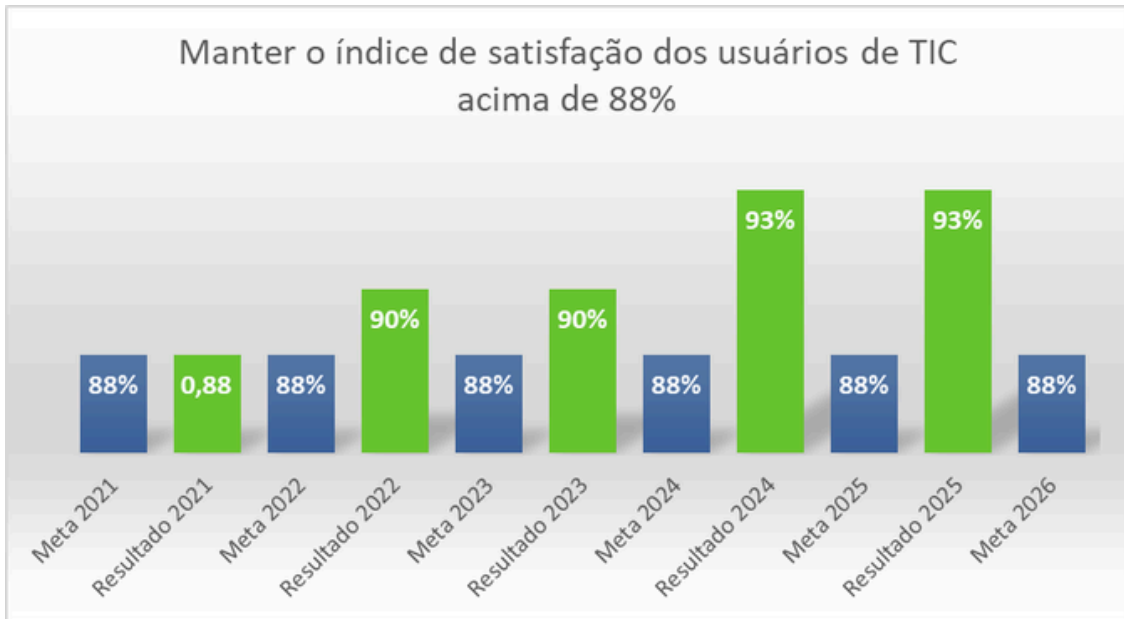


42	Eleições de Prioridades em Comunidades Indígenas	CEJE	1609-13.2025
43	Treinamento para pedidos de dados ao TikTok	GAB-DG	2916-02.2025
44	Compensação Previdenciária: Teoria e Prática – COMPREV	SGP	3377-71.2025
45	Urna Eletrônica para Todo Mundo Entender	TSE	3487-70.2025
46	Trilha de Capacitação dos Gabinetes	EJE/TSE	2947-22.2025
47	Sustentabilidade no Ambiente de Trabalho	ComSusten	3453-95.2025
48	Saberes que Florescem: Escuta e Cuidado com a Pessoa Idosa	Comissão Idoso	3576-93.2025
49	Curso - Inteligência Artificial	ComSusten	3553-50.2025
50	Inteligência Artificial Generativa e Inovação na Justiça Eleitoral	EJE	3395-92.2025
51	Curso sobre a Lei Anticorrupção e Processo Administrativo de Responsabilização de Empresas – PAR.	TRE/CGU	3738-88.2025
52	Jovens Quilombolas em Ação: Escolhendo Prioridades para o Amanhã	EJE/CNJ	3765-71.2025
53	TRE SOLIDÁRIO: Cidadania, Inclusão Social e Sustentabilidade no Amapá.	ComSusten	2812-10.2025
54	TRE/AP Acessível - Libras: Comunicação para Todos	ComSusten/CNJ	3812-45.2025
55	II Seminário para Profissionais – AA	EJE/AA	3635-81.2025
56	XXVI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos	SOMI	4100-90.2025



## 7.2 Despesas

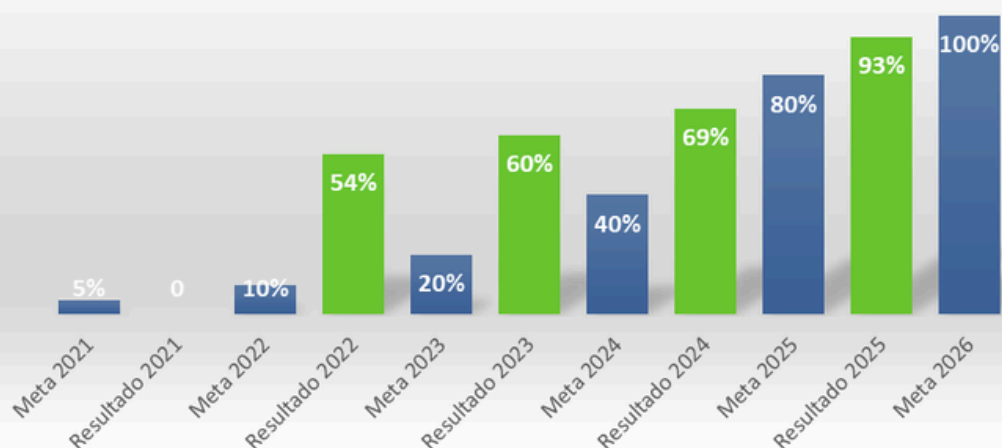




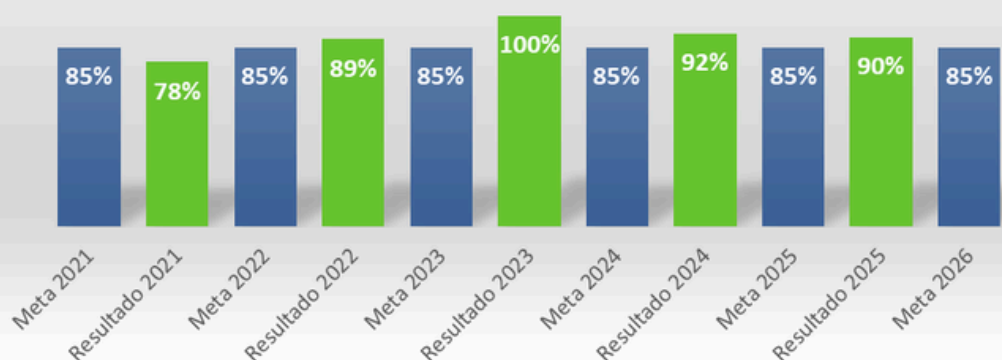
Atingir 100% do número de reuniões de governança realizadas em relação ao planejado no instrumento de instituição do comitê de governança

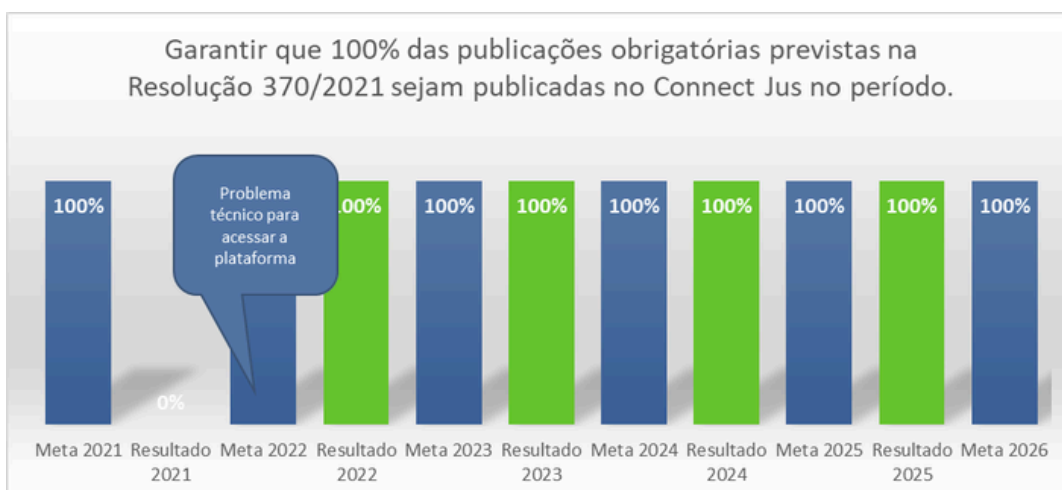
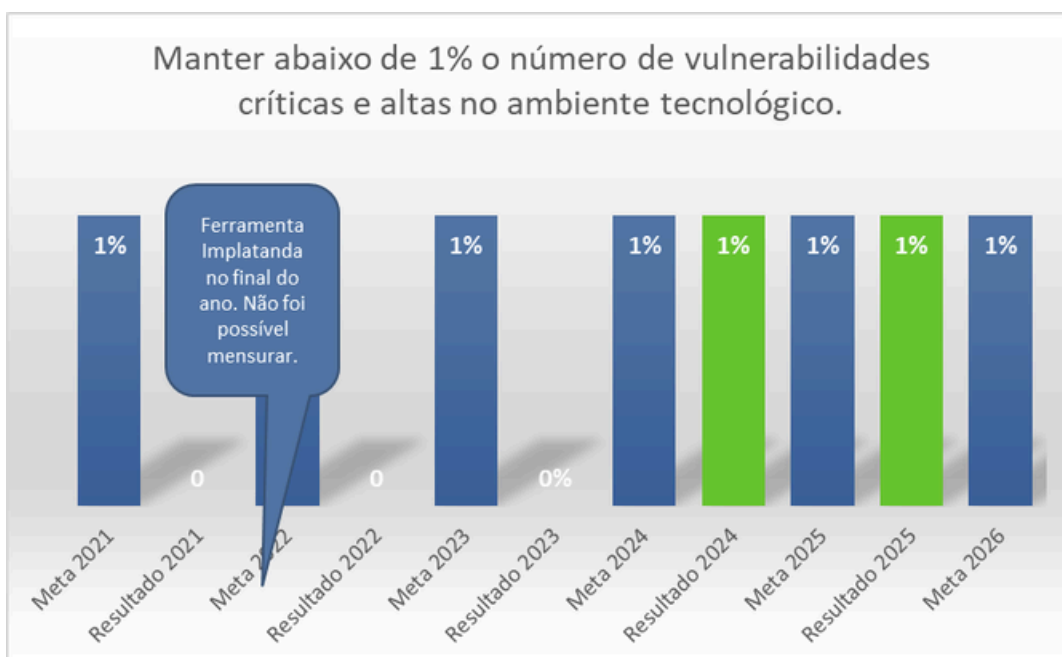
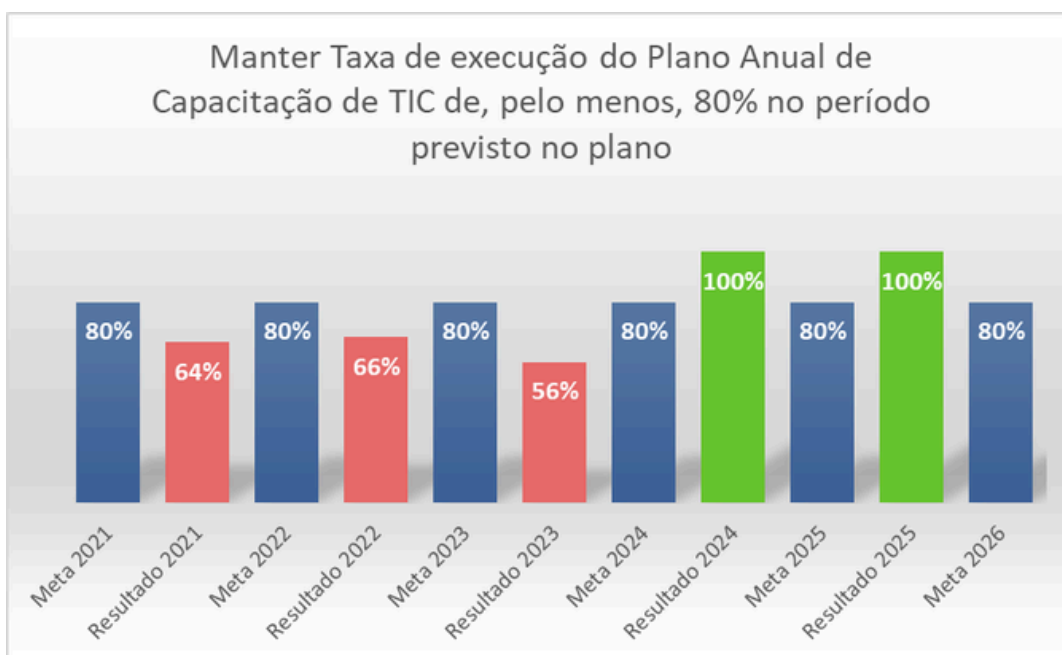


Atingir 100% de execução do PTD até 2026

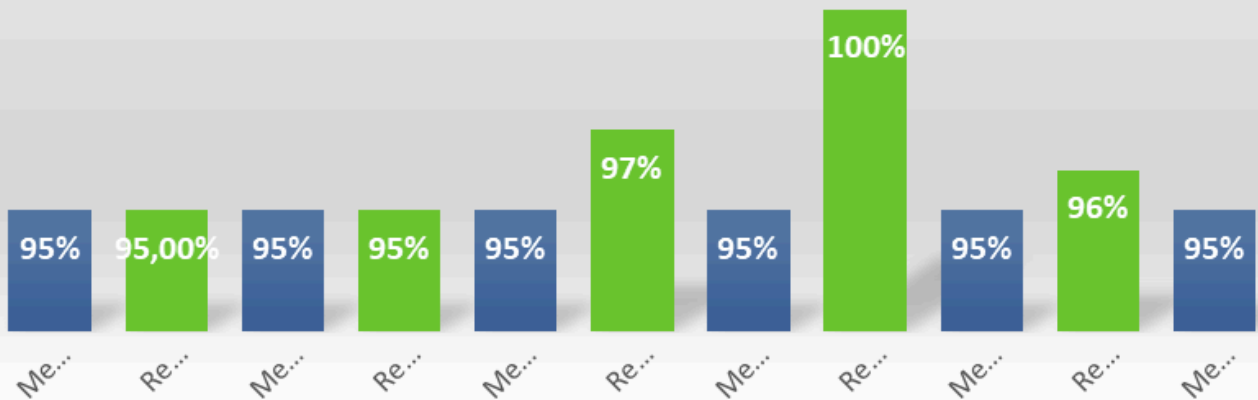


Efetivar, a cada exercício, no mínimo 85% das contratações previstas no Plano de Contratações da STI com previsão orçamentária (Contratações Efetivadas / Contratações Previstas)  
\*100 Não medido

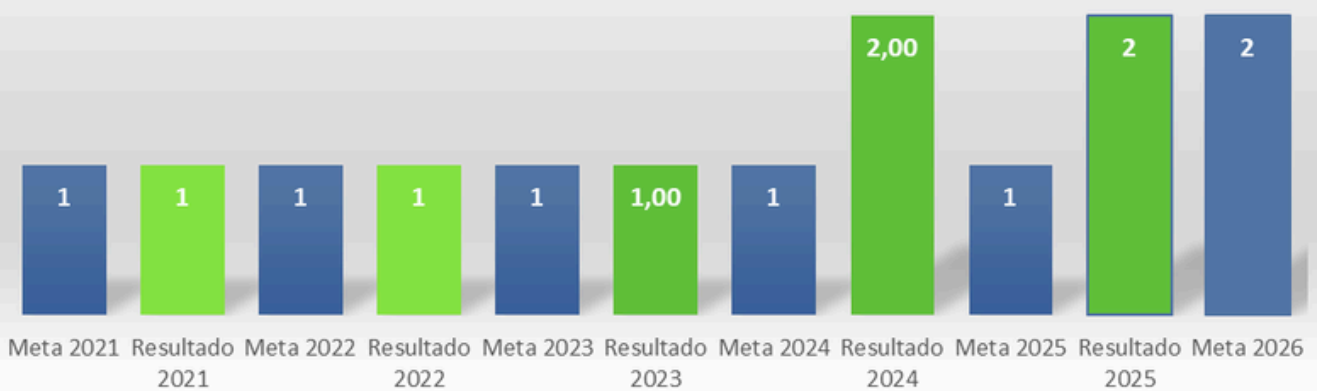




### Manter a disponibilidade dos serviços essenciais de TIC acima de 95%



### Participar de, pelo menos, 2 iniciativas de trabalho colaborativo com outros órgãos do Judiciário, entre 2021 e 2026.





A Seção de Contabilidade do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá tem a responsabilidade de acompanhar e orientar a gestão contábil, abrangendo a execução orçamentária, financeira e patrimonial desta Unidade Prestadora de Contas (UPC).

A Seção de Contabilidade (SECON) é composta por dois analistas judiciários, especialidade contabilidade, ambos servidores efetivos do quadro de pessoal deste Tribunal. Os responsáveis pela Contabilidade são Rubenilson Guimarães Gomes, contador titular, e Rodrigo Barros Ferreira, contador substituto, conforme estabelecido na Portaria da Diretoria-Geral nº 191/2023.

As competências da SECON estão previstas no art. 31 da Resolução TRE-AP Nº 406/2012. A Seção integra a Coordenadoria de Orçamento e Finanças.

### **8.1 Demonstrações Contábeis**

As demonstrações contábeis do TRE-AP foram elaboradas em conformidade com os seguintes normativos: Lei 4320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, Lei 10.180/2001, os Decretos nº 93.872/1986 e nº 6.976/2009, além das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 11ª edição, entre outros normativos vigentes.

As demonstrações exigidas incluem Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa, disponíveis para consulta no site do TRE-AP através do link: <https://www.tre-ap.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/demonstracoes-contabeis>.

Para assegurar a confiabilidade, regularidade, completude e abrangência dos seus registros contábeis, este Tribunal adota mecanismos de controle interno, dentre os quais destacam-se a conformidade de registro de gestão e a conformidade contábil. A conformidade de Gestão é realizada diariamente, permitindo verificação tempestiva dos lançamentos efetuados no sistema. Mensalmente, procede-se à conformidade contábil após verificação dos demonstrativos contábeis e balancetes, conforme procedimentos do Manual SIAFI. Adicionalmente, são executadas rotinas de análises e conciliações de saldos contábeis de forma periódica. A segregação de funções distribui as responsabilidades de execução, registro, aprovação e conferência, dos atos e fatos contábeis, entre diferentes agentes, reduzindo riscos operacionais.



Esses procedimentos asseguram a integridade, fidedignidade e confiabilidade das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), proporcionando razoável segurança quanto à regularidade e completude dos procedimentos contábeis desta organização.

## 8.2 Declaração do Contador

Esta declaração refere-se às Demonstrações Contábeis e suas respectivas notas explicativas de 31 de dezembro de 2025 do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá. Ela reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas na referida data e está pautada na Macrofunção 020315 - Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis - Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2025, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as Leis nº 4.320/1964, nº 101/2000, nº 10.180/2001, dos Decretos nº 93.872/1986, nº 6.976/2009, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP 11ª edição) e do Manual SIAFI.

Macapá/AP, 05 de fevereiro de 2026

**Rubenilson Guimarães Gomes**

**Contador Responsável - CRC 013713/O-5**

## 8.3 Posição Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá apresentou um Ativo Total de R\$ 82.544.682,44, contraposto a um Passivo Exigível de R\$ 1.206.678,57, resultando em Patrimônio Líquido de R\$ 81.338.003,87. O Ativo total registrou redução de 2,39% em relação ao mesmo período de 2024. O subgrupo mais expressivo no Ativo é o imobilizado, que representa 87,59% do total, destacando-se os bens imóveis, com 60,64%. O Passivo Exigível refere-se à contrapartida dos valores em caixa relativos a saldos em contas vinculadas junto ao Banco do Brasil (R\$ 1.129.413,38) em cumprimento ao Acórdão TCU nº 2.717/2023.



Os recursos nessas contas referem-se a retenções de encargos trabalhistas, previdenciários e outros valores a serem pagos às empresas contratadas prestadoras de serviços de cessão de mão de obra. As retenções visam resguardar a administração de eventuais obrigações trabalhistas e tributárias das empresas contratadas em relação aos seus empregados. O Saldo restante do Passivo (R\$77.265,19), refere-se às obrigações de férias a pagar, decorrentes da apropriação por competência nos termos da Orientação SOF/TSE nº 10/2018.

O imobilizado do TRE/AP é composto por bens móveis (30,78%) e bens imóveis (69,22%). Os bens móveis apresentaram redução de 5,59% em relação a 2024, totalizando R\$ 22.251.278,74, sendo os Bens de Informática o item mais expressivo (55,41%). Os bens imóveis totalizam R\$ 50.048.161,41, distribuídos da seguinte forma: 10 (dez) edifícios registrados no SPIUNET (R\$ 44.476.484,35) e 5 (cinco) edifícios não registrados no SPIUNET (R\$ 5.571.677,03). Adicionalmente, em decorrência de reavaliações realizadas em exercícios anteriores, consta no Patrimônio Líquido um saldo em Reserva de Reavaliação de R\$ 28.514.263,47, sendo R\$ 27.597.093,89 referentes a edifícios registrados no SPIUNET, R\$ 912.918,32 a edifícios não registrados no SPIUNET e R\$ 4.251,26 a bens móveis.

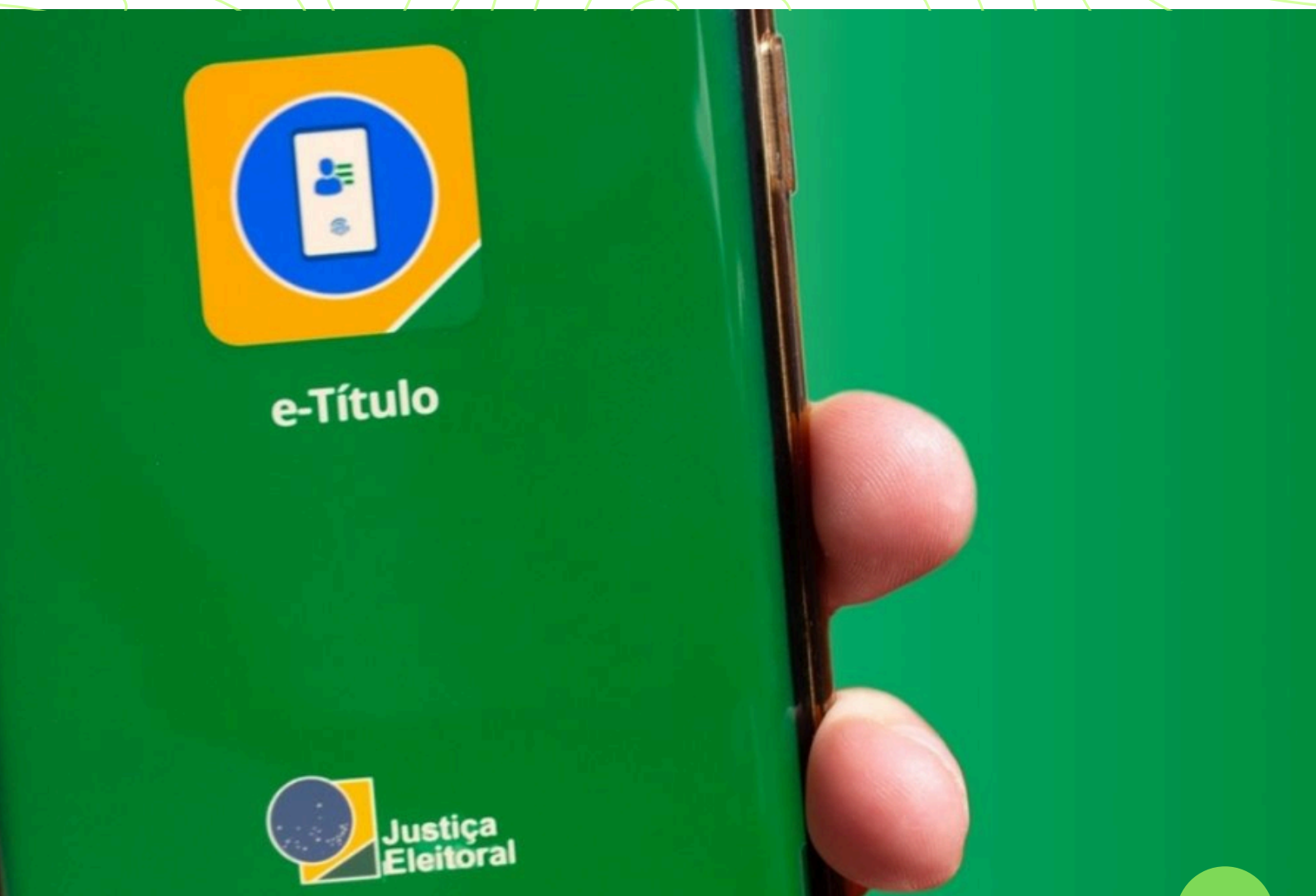
## 8.4 Posição Orçamentária

Com relação ao Orçamento de 2025, a dotação atualizada deste Tribuna foi de R\$ 79.397.257,00, cuja execução foi de aproximadamente 99,73%. Além disso, o Balanço Orçamentário apurou um déficit de R\$ 83.113.499,59. Esse resultado deficitário ocorre porque a Unidade Prestadora de Contas (UPC) não é um órgão arrecadador; assim, a execução orçamentária ocorre exclusivamente pela execução das despesas, o que implica que o Balanço Orçamentário sempre apresentará um déficit correspondente ao valor das despesas empenhadas. Ademais, o total das despesas empenhadas (R\$ 83.113.499,59) excede a dotação atualizada, em razão de esta UPC executar recursos orçamentários provenientes de provisões realizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral para o custeio das ações Pleitos Eleitorais e Políticas de Segurança da Informação.

## 8.5 Notas Explicativa

As demais informações relevantes sobre a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá podem ser consultadas nas Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas de 2025, disponíveis na seção de Transparência e Prestação de Contas no site do TRE-AP:

<https://www.tre-ap.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/demonstracoes-contabeis>.



## 9 GESTÃO DE CUSTOS

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, foi elaborada com a finalidade de atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Neste sentido, foi desenvolvida uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia tem como objetivo adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em 2.254 municípios e de possuir mais de 2.700 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática que permita a comparação dos custos entre as diversas regiões do país – de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade – que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca por eficiência e melhor qualidade dos gastos.

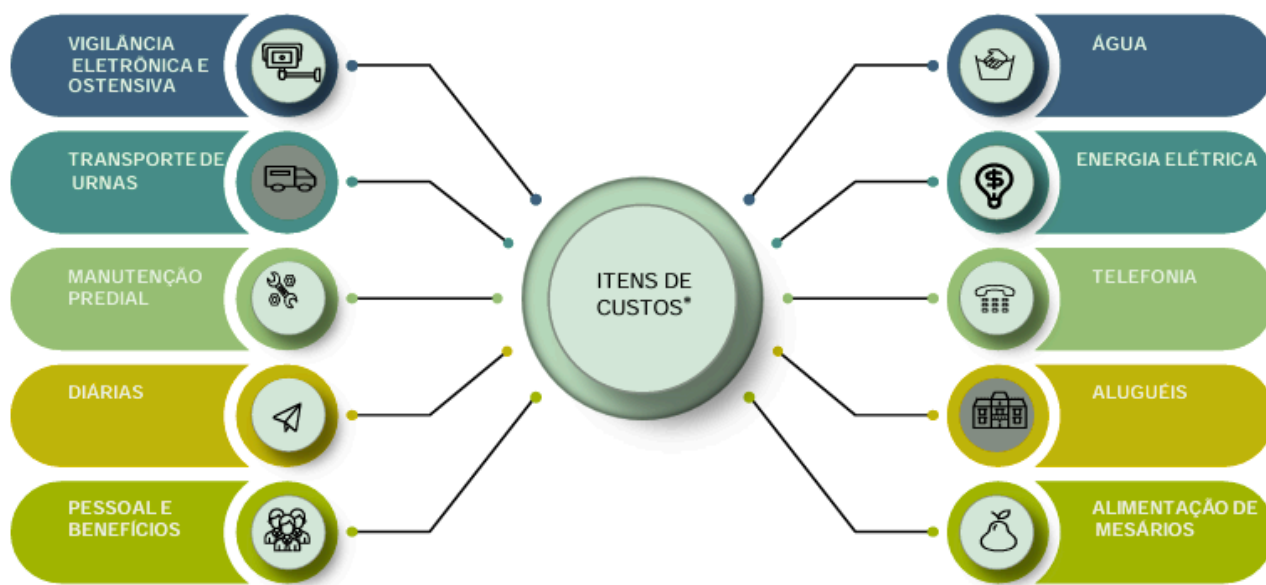
Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido o Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (SIGEC), no qual são fornecidas as informações de custos obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados dos Tribunais Eleitorais. Tanto a integração com os sistemas estruturantes quanto essa captação são geridas pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (SOF/TSE), no papel de setorial de custos da Justiça Eleitoral.

O fluxo do processo da apuração de custos ocorre da seguinte maneira:



Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: Itens de Custos e Atividades/Serviços.

No eixo Itens de Custos, procura-se responder à questão “com o quê?”, e é apresentada a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



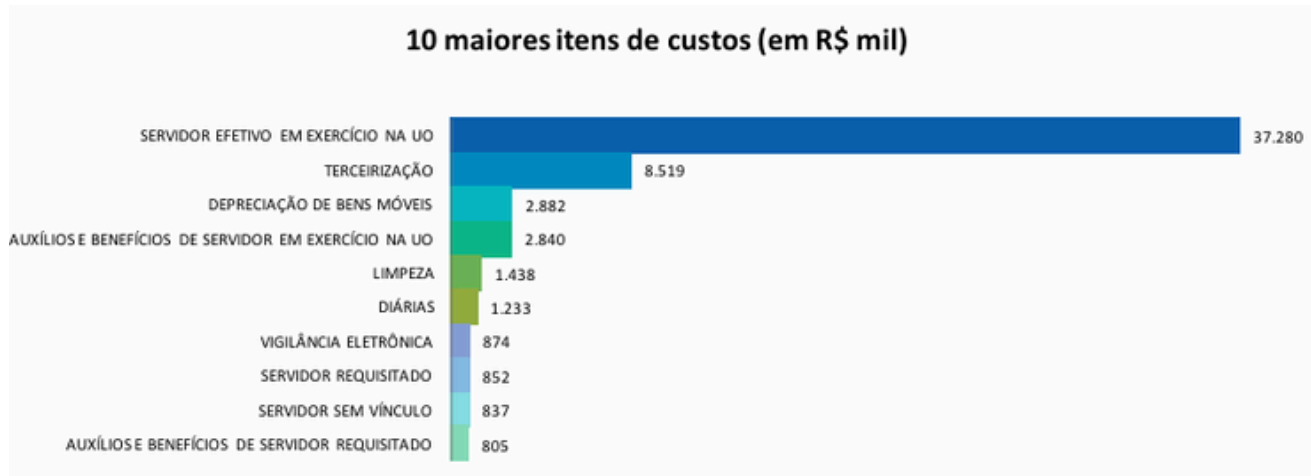
\*Atualmente são 48 itens de custos

No eixo das Atividades/Serviços, procura-se responder à questão “para quê?”, e é apresentado o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:

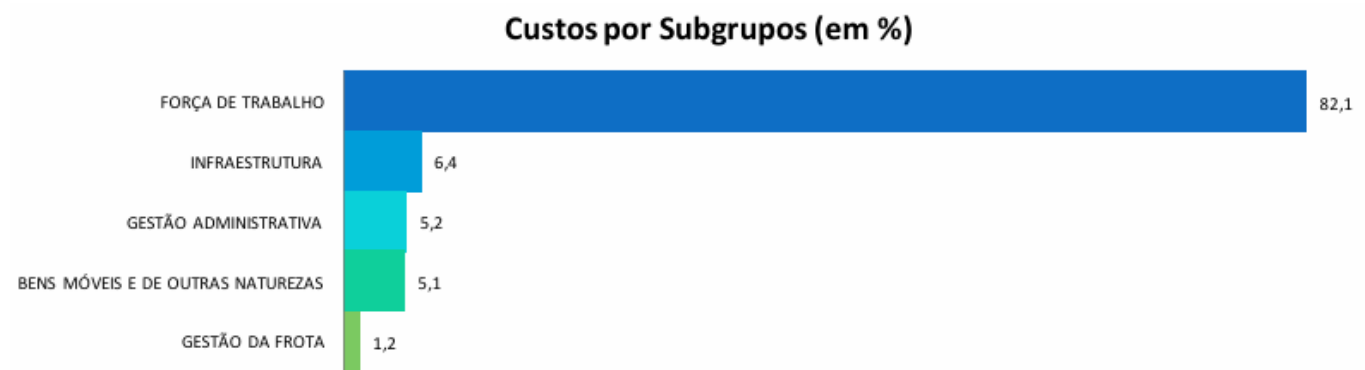


\*Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, e algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

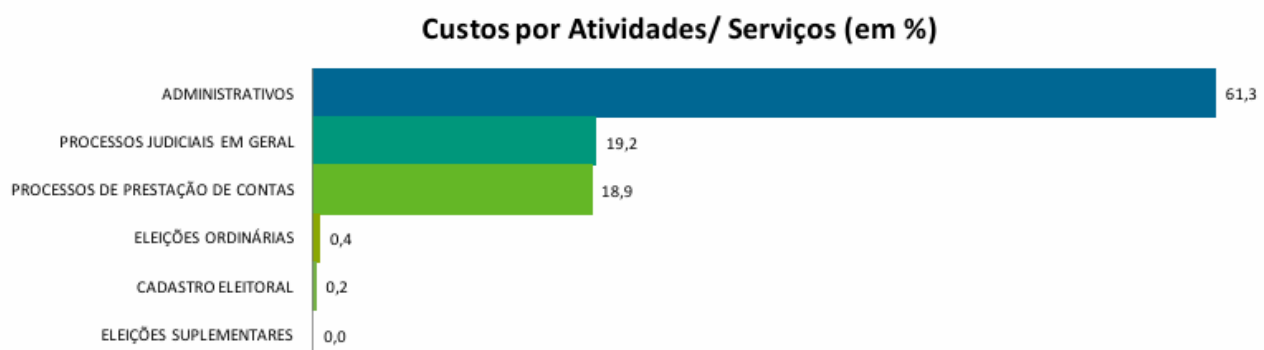
Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá no exercício de 2025, que totalizaram R\$ 64,7 milhões, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:



Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:

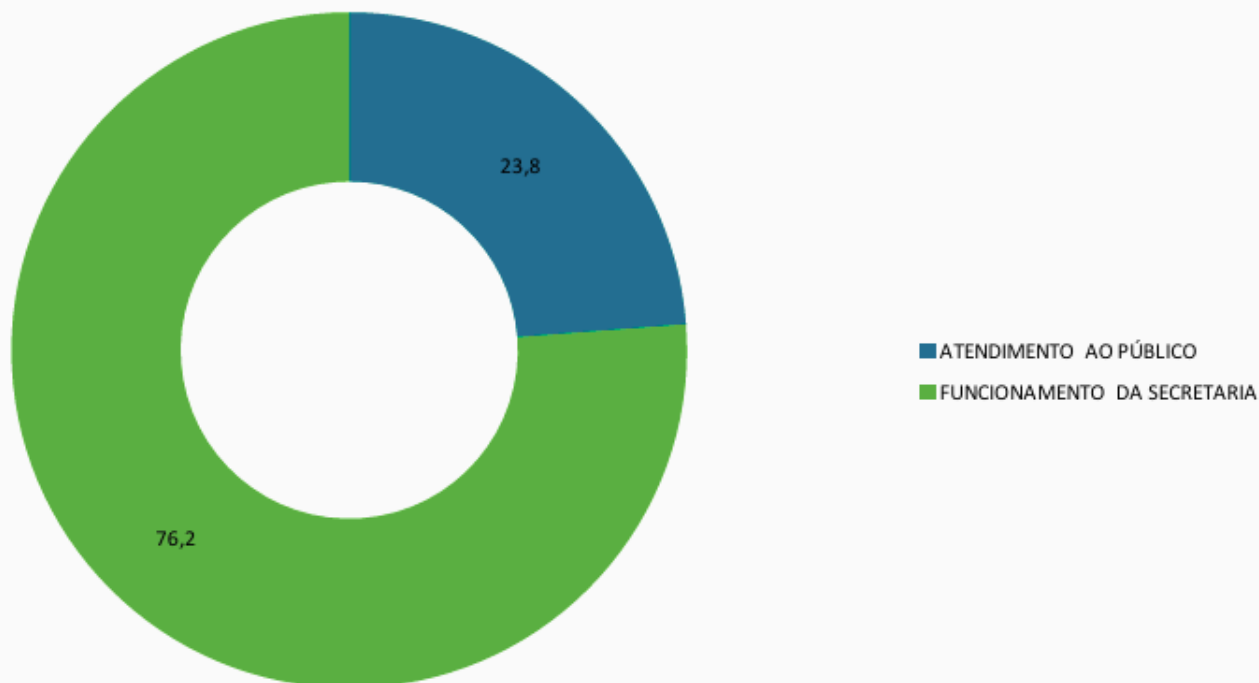


Os dados das atividades/serviços estão representados no gráfico a seguir:



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

**Funcionamento da Secretaria x Atendimento ao Público (em %)**



Por fim, cumpre ressaltar que essas informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, com a incorporação de novas técnicas e ferramentas, na busca por contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes, não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.





[www.tre-ap.jus.br](http://www.tre-ap.jus.br)

TRE-AP